

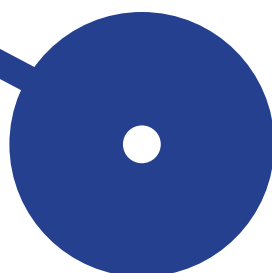
**M**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos

**À mesa...**  
**Investigação e ação reflexiva**  
**junto de uma família afegã**  
Raquel de Castro Lopes Casal e Melo

12/2023



Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

**Raquel de Castro Lopes Casal e Melo**

**À Mesa...**

**Investigação e ação reflexiva junto de uma família afegã**

Relatório de Projeto

**Mestrado em Educação e Intervenção Social**

Orientação: Prof. Doutor Hugo Monteiro

Porto, dezembro de 2023

Ao Tino. Por me fazeres lembrar da importância que foi sentarmo-nos à mesa e, entre pai e filha, discutirmos e (des)contruirmos mundos mais justos – o meu é certamente mais feliz por isso.

## AGRADECIMENTOS

Um dos meus *guilty pleasures*, durante este percurso, agora explanado nesta folha, prendia-se com espreitar nos repositórios “agradecimentos” das dissertações e relatórios disponíveis. Encontrava coisas muito bonitas, outras mais previsíveis, mas nem por isso, menos graciosas. Li declarações de amor, pactos de amizade, admiração e saudade e em quase todas me emocionava. Há qualquer coisa que me prende nesta capacidade que o ser humano tem de uma forma tão afetiva e simples agradecer a quem de alguma maneira, direta ou indiretamente, os influenciou. Mesmo que isso implique falar de pessoas que a probabilidade de lerem os relatórios se resume ao título. Daqui a uns anos, quando voltar a este documento a minha leitura provavelmente vai-se resumir estas páginas de agradecimentos porque nelas está a parte mais bonita disto tudo – as relações humanas.

Assim sendo, lanço-me a agradecer à Laila, Mariam, Fariba, Khadija, Aziza, Aman, Hamza, Zalmi, Omar e ao Hakim, por terem aberto a sua casa e sentados à mesa, termos construído uma relação que foi base deste projeto. Agradeço por me permitirem ouvir-vos.

À Luísa por me ter aberto caminho e apresentado a sua equipa, ao Sr. Henrique pelas boleias na carrinha e gelados na estação de serviço, e à Clara pelas viagens de carro e reflexões constantes.

Ao Prof. Doutor Hugo Monteiro, também orientador, agradeço a paciência e generosidade com que levou este diálogo longo. Entre um carácter moldado pela ironia, leveza, e um profundo sentido crítico, agradeço-lhe a relação pedagógica e disponibilidade nas infindas reflexões que tivemos juntos à mesa. Liberdade que me levou a olhar e ser projeto nos momentos em que achava que isso não existia. Este projeto é claramente uma coconstrução de duas mentes divagadoras, rebeldes e certamente, transformadoras.

Ao conjunto de docentes do MEIS, sem exceção, que através das suas partilhas construíram espaços de diálogo e discussão, mas principalmente, de muita escuta ativa. Agradeço por me terem acordado a “antropologia” no caminho.

À minha turma do MEIS composta só por mulheres, por terem sido um lugar de conforto durante a pandemia e início deste projeto. Em especial à Sofia pelo companheirismo, à Guilhermina e à Orlanda pelas trocas.

À professora Elsa Lechner e todos/as os/as participantes da oficina biográfica sobre projeto por me desbloquearem o caminho e me permitirem encontrar afetos na investigação.

À Marta, Inês, Fifas, Luís e Filipa pelo amor, laranjas e abraços.

À Aicha por partilhar um mundo comigo.

À minha família, os meus irmãos, Rita por ser o maior exemplo que posso ter neste caminho, obrigada pela Música e a Educação. Ao caçula e “amore da minha bidah”, o Gui, por me surpreender a cada dia que cresce. Pela serenidade e sentido de justiça. Ao Ricardo pela Antropologia e sentido sabedoria que nos traz. Titi, vó, tio pá e primos, há espaço para vocês nesta mesa.

Ao Lucas, meu companheiro, copensador e coconstrutor deste projeto. Obrigada pelo caminho que fazemos juntos. Que nunca percamos as reflexões infindas que fazemos sentados no sofá, a música, e a etnografia.

À minha mãe, por manter a mesa onde nos sentamos, pautada pela liberdade, partilha, diálogo e o respeito pelos afetos, silêncios, risos e opiniões de cada um.

A todos/as que algum dia partilharam uma mesa comigo de conversa e crescimento.

## RESUMO

O fenómeno da migração é marcado por conflitos e violência, levando pessoas a sair do seu país em busca de uma nova morada que lhes permita uma vida mais digna. A complexidade desse processo desafia conceitos previamente estabelecidos, exigindo uma compreensão mais abrangente. Apesar das mudanças e evoluções em Portugal nos últimos anos, o país enfrenta desafios na experiência de acolhimento

O projeto “À mesa” surge com a intenção de refletir sobre a experiência de acolhimento e integração em Portugal junto de uma família afegã e a equipa técnica responsável pelo seu acolhimento através de um programa de reinstalação. Construído a partir de relações de proximidade desenvolvidas, pelo meio de aromas e pratos que fomos experimentando, mas também pela escuta ativa da realidade vivida. Orientado por uma metodologia de Investigação-Ação Participativa desenvolveram-se ações a partir da interação e participação ativa de uma família composta por dez elementos e três profissionais. A primeira parte consistiu num trabalho de análise de entrevistas semiestruturadas realizadas a cinco entidades de acolhimento. Além disso, o projeto orienta-se principalmente, do ponto de vista metodológico pelo trabalho de campo pautado pela observação participante nas intervenções semanais da equipa. Os objetivos gerais foram pensados de forma a melhorar a experiência de integração e acolhimento desta família, mas também fomentar uma reflexão construtiva junto da equipa responsável.

**Palavras-chave:** Acolhimento, Investigação-Ação Participativa, Observação Participante, Migração; Refugiados; Reinstalação

## ABSTRACT

The migration phenomenon is marked by conflicts and violence, leading people to leave their countries in search of a new residence that allows for a more dignified life. The complexity of this process challenges previously established concepts, requiring a more comprehensive understanding. Despite changes and developments in Portugal in recent years, the country faces challenges in the reception experience.

The "À Mesa" project aims to reflect on the reception and integration experience in Portugal with an Afghan family and the technical team responsible for their reception through a resettlement program. Built on developed relationships of proximity, through the exploration of aromas and dishes, but also through active listening to the lived reality. Guided by a Participatory Action Research methodology, we developed actions from the interaction and active participation of a family composed of ten members and three professionals. The first part involved an analysis of semi-structured interviews conducted with five reception entities. Additionally, the project is primarily methodologically oriented towards fieldwork based on participant observation during the team's weekly interventions. The overall objectives were designed to improve the integration and reception experience of this family and to encourage constructive reflection within the responsible team.

**Keywords:** Participatory Action Research; Participation Observation, Migration; Refugees; Resettlement

## **LISTA DE SIGLAS**

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde

ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional

CPR – Conselho Português para os Refugiados

CV – Curriculum vitae

CVP – Cruz Vermelha Portuguesa

D – Desafio

DGES – Direção-Geral de Ensino Superior

DGEste – Direção- Geral dos Estabelecimentos Escolares

DGS – Direção-Geral da Saúde

EA – Entidade de acolhimento

ESE – Escola Superior de Educação

ET – Equipa técnica

IAP – Investigação-Ação participativa

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude

IPP – Instituto Politécnico do Porto

ISS – Instituto da Segurança Social

JRS – Serviço Jesuíta aos Refugiados

MEIS – Mestrado Educação e Intervenção Social

OE – Objetivo Específico

OG – Objetivo Geral

OIM – Organização Internacional para as Migrações

PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados

PLA – Português Língua de Acolhimento

PR – Programa de reinstalação

SCML- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Plano de objetivos gerais e específicos do projeto “À mesa”.

# ÍNDICE

1.	ANÁLISE DA REALIDADE.....	4
1.1.	PROCESSO DE INTEGRAÇÃO: ENTRE UM “EU” E O “NÓS” .....	4
1.2.	CONSTRUINDO UM MAPA.....	12
1.3.	OS PROGRAMAS E AS ENTIDADES DE ACOLHIMENTO.....	13
1.3.1	DA PERSPETIVA DE QUEM SE ENCONTRA NO TERRENO .....	16
1.4.	ENTIDADE DE ACOLHIMENTO: CRIANDO UM ESPAÇO DE ESPAÇO DE INTERVENÇÃO .....	32
1.5.	FAMÍLIA FAIZULLAH .....	37
2.	ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	43
2.1.	ORIENTANDO-ME, TANTO QUANTO POSSÍVEL, PELA IAP .....	43
2.2.	ESCOLHAS NO TERRENO: OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE, CONVERSAS INTENCIONAIS E ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS .....	46
2.3.	DESAFIOS IDENTIFICADOS .....	48
3.	DESENHO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETO .....	50
3.1.	O PLANO .....	50
3.2.	AÇÃO 1: À MESA.....	52
3.2.1	BREAD AND LOVE: OG1 – CONSTRUIR RELAÇÕES DE PROXIMIDADE E CONFIANÇA .....	54
3.2.2	FALTA SEMPRE UM À MESA: OG2 – VALORIZAR O REAGRUPAMENTO FAMILIAR NA PRESERVAÇÃO DE UMA ABORDAGEM ÉTICA E HUMANIZADORA .....	59
3.2.3	ALÉM DE UM CV: OG3 - RECONHECER E PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS, VALORIZANDO AS SUAS EXPERIÊNCIAS, COMPETÊNCIAS E CONHECIMENTOS.....	61
3.3.	AÇÃO 2: A INTERVENÇÃO NÃO COME COM AS MÃOS.....	64
4.	AVALIAÇÃO .....	69
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	76
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	78
7.	ANEXOS.....	81

# INTRODUÇÃO

“A 30 de agosto de 2021 as forças armadas dos Estados Unidos da América concluíra a sua retirada do Afeganistão, tendo os Talibã tomado o poder nesse mesmo mês (...) e revertido inúmeros dos avanços conseguidos em torno dos direitos dos residentes, com destaque para as meninas e mulheres e a liberdade de imprensa, direitos que haviam sido conquistados no esforço de reconstrução do país pós-2021, incluindo com o apoio da comunidade internacional. Desde agosto de 2021, inúmeras escolas para meninas foram fechadas, sendo restringido o acesso à educação, e limitado o ingresso no ensino superior para mulheres. As mulheres foram ainda proibidas de trabalhar na maioria dos empregos públicos e em muitas outras áreas, nomeadamente na educação. (...) As forças Talibã também pessoas a abandonar ou fugir de suas casas em diversas provinciais, em retaliação ao suposto apoio dos residentes ao antigo governo. (...) o longo conflito no Afeganistão até essa data deu lugar, a partir de agosto de 2021, a uma crescente crise humanitária, económica, migratória e de direitos humanos.” (Oliveira, 2023, p.76 – 77)

*A Fariba e a Laila acabam de trazer os pratos para a mesa. Hoje comemos douradinhos com ketchup, e um chã que me parece ser de orégãos. Não pode faltar o pão da Fariba diz-me que não está tão bom hoje fazendo uma cara com a boca enrugada e o nariz fechado de quem não gosta do que acabou de comer. Diz-me que é do tipo de farinha que usou. Para mim, está delicioso, como sempre. A Clara pergunta à Mariam o que ela fazia lá no Afeganistão. Ela explica que era jornalista, e começa a procurar alguma coisa no telemóvel. De repente, estamos todos a olhar para aquele ecrã, com a Mariam de microfone na mão, coberta por um traje elegante, bem bonito, de uma cor perola, e leva um lenço que lhe cobre o cabelo e o pescoço, diferente daquele que já a vi usar aqui. Tem um brilho nos olhos e o sorriso no rosto. Pergunto-lhe se tem saudades, e ela diz-me que sim. Que pergunta a minha. Como não haveria de ter saudades? A Fariba chega com uma moldura com a família toda representada. Estão todos maquilhados e com vestidos cheios de brilhos e cores que contrasta com a sala onde nos encontramos. Reparo que é a foto do casamento do filho mais velho que não se encontra em Portugal. Pergunto-lhes o que fizeram com aquelas roupas e a Laila responde-me em inglês, “ficou tudo lá. Tudo”. (Excerto de diário de campo, 10 de maio de 2023, Porto).*

Vivemos um mundo de incertezas e constantes mudanças, marcado por deslocações constantes, onde a justiça e o conceito de direitos humanos se tornam cada vez mais secundarizados (Santinho, 2011). Famílias que num dia se sentam à mesa, no outro se veem sem ela e, por sua vez, enfrentam caminhos de migração na procura de um lugar onde possam, pouco a pouco, reconstruir-se e encontrar-se como tal. Por cá, atravessamos um momento crucial em relação ao ato de acolher quem nos chega, numa situação de migração sem escolha. Apesar dos esforços e de uma suposta atitude de hospitalidade – por vezes interrogando o próprio conceito de tolerância, Portugal vai-se abrindo às diversas mudanças político-legais dos programas de acolhimento, que continuam a exigir reflexão e ação nos diversos e significativos desafios que inevitavelmente surgem.

O segundo ano do Mestrado em Educação e Intervenção Social (MEIS), na especialização em Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos, traz-nos o desafio de construirmos um

projeto orientado pela Investigação-Ação Participativa (IAP), num contexto/grupo à nossa escolha. Assim sendo, o projeto “À mesa”, tal como o nome pode fazer adivinhar, surge da construção de uma relação de proximidade com os Faizullah, uma família afegã acolhida em Portugal ao abrigo de um programa de reinstalação. O desafio parte, ainda antes disso, de uma análise mais alargada a várias entidades de acolhimento (EA), na região do Porto, com o objetivo de conhecer e refletir sobre o modo como a integração destas pessoas está a ser feita em Portugal, mais precisamente no concelho do Porto. Dessa análise surge a possibilidade de acompanhar uma equipa técnica (ET), composta por duas técnicas de intervenção social e por um trabalhador de uma associação, responsável por acolher esta família de dez elementos.

Este projeto de investigação surge com intenção de refletir sobre desafios que vão surgindo na intervenção levada a cabo através do programa de reinstalação (PR), mas, principalmente, da vontade de conhecer esta família. Assim sendo, a finalidade do projeto constrói-se a partir da perspetiva de *“Promover um acolhimento humanizado, fomentando redes auto-organizadas de discussão, de integração e de entreajuda na construção solidária do acolhimento migrante”*.

O projeto “À mesa” organizou-se em duas fases: conhecimento da realidade do programa de acolhimento de reinstalação, através de entrevistas semiestruturadas a várias entidades de acolhimento e, no seguimento, o desenvolvimento de projeto com uma família, recebida por uma das Entidades de Acolhimento (EA) entrevistada anteriormente. Encontra-se organizado em cinco capítulos, Introdução e Considerações Finais, sendo o primeiro capítulo referente à Análise da Realidade, o segundo ao Enquadramento Metodológico e os restantes dedicados, respetivamente, ao Desenho, Desenvolvimento e Avaliação do projeto.

De realçar que este relatório garante o sigilo e a confidencialidade dos/as participantes, assim como o anonimato do contexto de desenvolvimento do projeto; por essa razão algumas informações sobre a localização, bem como os nomes dos membros da família e equipa foram omitidos, de modo a proteger a identificação do contexto e das pessoas, sendo trocados por nomes fictícios.

Não sei se o /a leitor/a se encontra à mesa, neste preciso momento em que faz a leitura deste relatório, mas gostaria que se voltasse para esse objeto e considerasse a carga simbólica que ele pode ter em diferentes culturas. E a partir, do nosso "*habitus*"; seja por um sentido técnico e de utilidade, seja pelas memórias que carrega dos almoços e jantares em família ou amigos, imaginá-lo. Neste caso, esta mesa, onde nem sempre cabemos todos/as, seja pela falta do número de cadeiras suficientes, ou pela ausência dos que ainda não se encontram connosco, durante alguns meses, pretendeu-se que houvesse espaço, voz e ação coletiva e individual suficientes para caminharmos em direção a um futuro mais pleno e inclusivo.

# 1. ANÁLISE DA REALIDADE

## 1.1. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO: ENTRE UM “EU” E O “NÓS”

A construção de um projeto de investigação tem, na sua essência, questionamentos. Ainda bem, diria eu. Onde começa e acaba este projeto? Qual o primeiro passo que se deve dar? A construção de um projeto de investigação tem, na sua essência, defeitos. Arriscado dizer, diria eu. Os projetos de investigação têm na sua base algo defeituoso porque partem da visão e questionamento do/a investigador/a. Com isto quero dizer que essa mesma visão transporta consigo expectativas sobre aquilo que vamos encontrar e, por sua vez, construir. Refiro-me aquilo que rodeia o terreno, e como a nossa percepção da realidade sobre o mesmo nos traz desafios internos. Quando se iniciou este processo, a proximidade à questão das migrações, fruto de uma bolsa de investigação em curso e de um envolvimento com ações de voluntariado – a subjetividade do/a investigador/a – traziam consigo desafios na escolha de que caminho percorrer face às diversas possibilidades. Nesse sentido, considera-se essencial pautar que este projeto não se limita, por isso mesmo, a definir-se apenas como um projeto de intervenção com uma família acolhida ao abrigo de um programa de reinstalação (PR). Trata-se antes, e principalmente, de um projeto a partir da experiência do “eu”, do/a investigador/a, do ser humano, sobre um fenómeno migratório. Importa refletir sobre pressupostos basilares da etnografia, a partir de autores que questionaram a própria produção de conhecimento, como Foucault (1985) e Bourdieu (1997) e que nos levam a discutir a neutralidade e imparcialidade do/a investigador/a sobre o contexto estudado, para explicar o sentido desta subjetividade defeituosa. Quer se queira quer não, a nossa presença vai influenciar a realidade estudada e, por sua vez, condicionar situações que são, para nós, motivo de estudo e interpretação. À medida que avançamos e mergulhamos no terreno, este irá também sofrer reformulações por interferência nossa. A própria leitura deste relatório trará, certamente, novas reflexões e interpretações da realidade.

Foi nesse sentido que compreendi que esta entrada teria de partir deste “eu”, e dos caminhos que surgiam como possíveis. Talvez pela ausência de uma questão de investigação, ou pela constante lembrança de que *“qualquer terreno é passível de projeto”*, surgiu-me no caminho uma clara

confusão de direção. Nesse sentido, vale a pena aprofundar um pouco mais este trilha, desenhado e redesenhado, para melhor compreensão deste pensamento. No excerto “Aproximações e Reformulações” podemos caminhar, tal como o título indica, por entre avanços e recuos que a escolha do âmbito envolveu.

*2º ano, projeto de investigação. Ansiedade, expectativas, motivação lá em cima. Quero muito fazer este projeto e quando me questionam sobre a escolha de uma temática, não hesito: “Eu gostava de trabalhar no âmbito das migrações”. Porquê as migrações? Porquê o trabalho com migrantes? O meu interesse na interculturalidade pode vir dos tempos em que só queria pegar numa mochila e partir sozinha pelo mundo? Espanha, França, Brasil, Peru. Não me interessava o Machu Pichu, se não as horas que passava no mercado local a falar com os comerciantes nos três meses que lá estive. O interesse nas migrações pode vir dessa romantização por conhecer o outro nesse sentido, mas também no cruzamento de outras línguas? Os sotaques, termos ênicos, o movimento migratório das pessoas, o trabalho, a construção de uma família noutra lugar, a sua identidade e memória. de investigação que se quer e se pretende alinhado com a metodologia Investigação Ação Participativa. (Excerto nota substantiva – Aproximações e reformulações: a partir de uma oficina biográfica grupal com Elsa Lechner)*

O excerto resulta de um texto autobiográfico escrito para uma oficina em contexto de aula do MEIS. Para quem já teve a oportunidade de se encontrar neste exercício com a investigadora Elsa Lechner, numa aula do 1º ano do MEIS – Estudos Comunitários, sabe que o momento é pleno e de um profundo autoconhecimento, ou não fosse esse mesmo o exercício pedido: a escrita de um texto focado no nosso projeto de investigação. Sendo as ciências sociais e humanas voltadas para a análise de experiências humanas, é de notar e valorizar todos os instrumentos teóricos e metodológicos participativos. Este exercício biográfico e de narrativa grupal tem a capacidade de nos formar e transformar, e por ser o projeto um exercício também ele narrativo, adquire, por sua vez, uma ação cívica (Lechner, 2023).

É, portanto, notório que o exercício de nos entendermos a nós próprios no meio de uma investigação, ainda que muitas vezes desvalorizado, é o que nos permite compreender as circunstâncias que escutamos e observamos no terreno e acrescentar a este percurso competências relacionais, comunicativas, de “relação ao Outro e a si mesmo, absolutamente fundamentais se quisermos ser coerentes com valores de justiça social, de responsabilidade cívica, consciência biopolítica, de uma cultura da hospitalidade e da solidariedade, num mundo marcado por brutais conflitos, desigualdades estruturais (...)” (Lechner, 2023, p.48).

Foi, então, preciso entender como me encontrava, física e emocionalmente, perante o âmbito de estudo

*Uma vez mais desmancho-me em lágrimas a ver o jornal da noite, não me consigo controlar e penso que o devia fazer, afinal, estarei daqui a umas semanas com uma família que acaba de chegar. Preciso controlar as minhas emoções. Na televisão, vejo as pessoas que vão chegando à fronteira da Ucrânia, pela Polónia e pela Eslováquia, e leio no rodapé “O apoio aos refugiados aumenta na Eslováquia” e segue por aí. Chegam com malas, roupas no corpo, os filhos ao colo, e alguns, com os animais de estimação. Chegam aos locais de abrigo. Uma jovem de 33 anos com dois filhos que acaba de chegar e diz ao jornalista que o marido ficou lá. Consigo ver que alguns têm amigos que os esperam, outros não têm essa sorte, outros tantos ainda aguardam para poder sair. Milhares de famílias separadas. Os que chegam e os que aguardam. Volto a pensar...somos bagagem! Penso na solidariedade, o medo, a empatia, e a cooperação internacional que se juntou para colmatar este pedido, mas também penso que ainda falta tanto. Do outro lado, o jornalista faz referência às manifestações e de mais de 4600 pessoas detidas no território. Palavras como “invasão” são proibidas. Um jovem que surge na câmara diz “fascismo” e eu penso “a censura do século XVI”. (...) não entendo ainda o que atravessamos. enquanto humanidade, enquanto membros de um país que pertence à união europeia. Esta “crise de refugiados” e eu sem saber globalmente o que isso significa, mas convivendo diariamente com essa expressão. Que significa isto para quem realmente chega? (Excerto de nota substantiva 27 de março 2022, 20h50, Porto)*

Este pequeno parágrafo, retirado de uma nota substantiva enquanto assistia às notícias sobre o conflito atual, que tem como consequência o abandono forçado de milhares de cidadãos a partir da Ucrânia, invadida pela Rússia, despertou-me para inúmeras questões, do foro emocional, mas também crítico sobre aquilo que vivemos e atravessamos, atualmente, no mundo. Desde logo, entendi que não queria debater conceitos de migração e estatutos, mas sim, responder ao que se passava na realidade no terreno.

Este foi um dos sinais que me fez perceber o meu interesse pelo âmbito: além de pessoal, ele tornava-se também militante. Isto, na verdade, surgia como um fator bloqueador de avanço, pela impotência face ao fenómeno que se iria estudar – não, não podia salvar o mundo, mas não menos importante, talvez fazer alguma diferença. Trata-se de uma perceção elaborada sobre uma perspetiva de que a militância não tem de ser uma ação sofrida, mas sim um ato que nos envolve em relação ao interesse que temos pelos outros e que nos coloca numa “ação coletiva”, acrescida da sensação de dever que temos perante “desconhecidos” (MRI, 2022). Claramente, o interesse parte de uma indignação perante uma injustiça e pela procura da dignidade destas pessoas, implicando responsabilidade, mas principalmente, ação (idem).

Assim sendo, libertava-me da ideia de mudar o mundo, mas tão pouco abandonava a de um pequeno espírito revolucionário que nascia e que impelia a refletir. Numa perspetiva de Bensaïd (1997) de que o “mundo como é não é aceitável. Portanto, é necessário tentar mudá-lo, sem nenhuma garantia de consegui-lo” (MRI, 2022, s.d), pois “mudar é possível se nós entendermos a história como centro de possibilidades e não de determinação ou determinismo” ainda que, sendo possível, ela se torna impossível na medida em que não sendo “possível hoje, sim o seja amanhã” (Freire, 2022, p.73).

Face aos acontecimentos, percebeu-se que o projeto teria de passar por conhecer um contexto de acolhimento e integração, mas que teria de abandonar a ideia de que, face ao momento humanitário que passamos, eu iria na esperança de encontrar problemas para, assim, os resolver, descartando desde já todo e qualquer tipo de papel heroico, que não me competia a mim ter. Por outras palavras, um papel de “poder” sobre o outro, de quem ajuda o necessitado de ajuda, ou, mais precisamente, de quem “dá voz”, refletindo que “falar pelos outros/as” ou “em vez deles/as” se tornara, tal como nos diz Monteiro (2019, p.72) citando Foucault (2011, p.1177) um “*ato indigno*”. Ainda, Mendes (2022), acrescenta,

a liberdade nunca é doação, será sempre uma conquista. E se assim o é, a prática social ultrapassa a visão, ainda ingénuas de dar voz aos sujeitos e progride no sentido de conferir o poder da voz, ou melhor dizendo, exige o reconhecer da voz, respalda o poder que emana do sujeito e das classes populares, “é o meio discursivo para que se façam ouvir” e para que se definam como autores ativos do próprio mundo (p.185).

Dá-se lugar a uma dimensão onde a pessoa como ser individual pode sair dela para estar no mundo, tornando-se capaz de “projetar-se, discernir, conhecer”, mas também de pensar criticamente e decidir sobre a sua ação de estar no mundo, numa perspetiva de “conscientização”, onde o sujeito percebe a sua própria história, cultura e tempo (Freire, 1979). Isto revela-se essencial face aos migrantes, que sofrem de uma “generalização desumanizada produzida pelos poderes dominantes” (Monteiro, 2022, p.58).

A primeira etapa, que antecipei como tendo um espectro antropológico e etnográfico, acabou por ser sobre olhar. Olhar dentro, à distância, mas sobretudo, um olhar próximo, afetivo e atento, e que

nas entrelinhas, entre aquilo que achava que ainda não era projeto, estava na verdade a base que me levava a querer fazer mais.

Momento de este “eu” se projetar, para se incluir num “nós” e passar a ser além de um mero divagar emocional. E, desta forma, começar a aplicar conhecimentos base, que foram sendo trabalhados ao longo de dois anos de mestrado, sobre a perspectiva de que certas competências, tais como a empatia, o diálogo, a escuta ativa e a constituição enquanto sujeito na relação com o outro (Bertão, 2008), se constroem num espaço marcadamente de interação, de afetos e atos (Moita & Bertão, 1998 citado por Miranda & Oliveira, 2012). Um divagar que tantas vezes me fez perder o rumo, mas que me fez perceber, tal como Freire (2022), que não há outra forma de coconstruir conhecimento se não a de nos entregarmos de “corpo inteiro”, com “paixão (...) sentimento, medos (...) reticência. (...), perguntas, dúvidas, desejos, utopias...” (Freire, 2022, p.80). Numa palavra, *sendo, nós mesmos, projeto.*

## **Migrantes em Fuga**

A verdade é que as migrações sempre condicionaram o nosso desenvolvimento enquanto país, daí a importância de se olhar estes fenómenos de forma completa e sobre múltiplos aspetos económicos, sociais e de segurança (McAuliffe & Triandafyllidou, 2021). No que concerne ao âmbito das migrações, esta ponte entre o “nós” e os “outros” torna-se ainda mais evidente, porque “delimita graus de cidadania, distribuindo as vidas, os corpos e os espaços de cada um e de cada uma entre a proximidade com o centro favorecido e as margens da invisibilidade e do silêncio” (Monteiro, 2022, p.40).

Assim sendo, a inquietude começava a surgir e com ela questões: “*para onde vão estas pessoas?*” “*o que acontece quando chegam?*” “*o que acontece depois?*” “*qual o seu futuro?*” “*quem é responsável por acolhê-las?*” “*o que é ser um refugiado?*”.

“Os europeus fazem as suas compras entre os diplomados e alimentam diversas calamidades; jovens afectados por estes desastres são forçados, depois de terem tentado muitas outras soluções, a dirigir-se para o Velho Continente. Quando chegam a Lampedusa, encontram a porta fechada. No mesmo momento, nas televisões e nas rádios senegalesas, a região italiana de Piemonte passa uma

canção em wolof: «Querer uma boa vida não deve levar-te a sacrificares-te. A vida é preciosa, o mar é perigoso» (2). E o cinismo europeu é mortífero.” (Brève, 2023, sd.)

Desde 2014 até ao final de 2021, podemos concluir que 29.000 imigrantes irregulares morreram a tentar cruzar um oceano para entrar na Europa (Ferrari, 2022). Só em 2021, dados da OIM documentam 5.684 mortes nas rotas até à Europa e dentro do continente. Propositadamente, não começo por indicar quantos já conseguiram chegar até aqui, mas antes dar conta de que forma temos tratado este assunto, que continua a não permitir ter noção clara da extensão destas vítimas, afastando-nos de ler com a devida atenção os seus destinos, dando lugar a um silêncio e invisibilidade (Monteiro, 2022). Os dados existentes indicam-nos que precisamos, urgentemente, de repensar as vias legais e condições de segurança desta imigração. Por um lado, um debate global iniciou-se há já largos anos, mas tem-se intensificado, entre duas tendências: um lado, que aceita as recomendações da OIM e que quer assegurar melhores condições a quem chega; um outro que, impulsionado por uma crescente vaga de xenofobia europeia, cada vez mais consolidada e com espaço de poder nos respetivos países, reprime pessoas migrantes e negligencia as questões do acolhimento, com o suporte de políticas de direita e ultradireita (Ferrari, 2022). Esta última tendência é responsável pelo crescimento de um sentimento de diabolização e culpabilização destas pessoas, como “bode expiatório” (Ferrari, 2022) face à fragilidade económica que os países atravessam. Este fenómeno, que, como Monteiro (2022), designo por “fenómeno de migrantes em fuga”, traz-nos igualmente questões sobre distinção entre refugiado e migrante, além do tema da hospitalidade, que irei mais à frente debater de forma ténue. O mundo divide-se, por entre notícias que falam numa “crise de refugiados”, mas que por outro lado vê formar-se uma onda de solidariedade nunca antes vista para com cidadãos ucranianos o que nos leva a refletir sobre a manipulação e a hipocrisia envolvidas na leitura deste tipo de fenómenos:

os conflitos médio oriente e o agravamento das situações de guerra em países como Síria e Afeganistão, em parte consequência dos mandos e do desmando de países hegemónicos no xadrez geopolítico, como EUA ou a própria Europa, geram aumento e concentração de movimentos migratórios e situações humanamente dramáticas. As reservas para dos países de acolhimento para com estas pessoas e comunidades, fugindo a situações causadas direta ou indiretamente destes mesmo países, originou uma onda de políticas securitárias, mais ou menos declaradas no que Agier declarou por “instrumentalização do desastre humano. (Monteiro, 2022, p.20 – 21)

Milhares de pessoas, diariamente, veem-se obrigadas a sair do seu país, principalmente por questões de conflitualidade e violência: “os movimentos migratórios continuam a desafiar e a exceder tipologias, tantas vezes instrumentos de resolução burocráticos de realidades que, na sua dureza, extravasam a retórica das instituições” (Monteiro, 2022, p.24). Recordando o prefácio de Lopes (2022)

é preciso perceber que todas as culturas atuais são culturas de fronteira, liminares, o que confere uma enorme importância nos processos de atravessamento, transgressão, passagem, tradução e mediação” e que nos exige, tal como diz o autor, uma interculturalidade próxima que se dá através dos encontros e “de(encontro)” (p.11).

O projeto que aqui se apresenta assume-se como expressão de uma inquietação e reflexo de uma ação em relação às respostas de acolhimento e integração, prevendo, assim, a perspetiva da construção ou melhoria de um processo de acolhimento justo, ético e solidário, tendo uma família como horizonte de reflexão/intervenção. Mesmo assim, o debate ainda se encontra em aberto sobre aquilo que falta fazer e que dificuldades são inerentes à integração das pessoas que chegam às nossas paragens em busca de sobrevivência, trabalho e vidas melhores.

## Entre o conceito de *refugiado* e *migrante*

Somos una especie en viaje. (...) Estamos vivos porque estamos en movimiento. Nunca estamos quietos, somos trashumantes. Somos padres, hijos, nietos y bisnietos de inmigrantes (...). (Jorge Drexler, 2017)<sup>1</sup>

Correr es mi destino para burlar la ley (...) Me dicen “el clandestino”. Por no llevar papel (...) Peruano clandestino, Africano clandestino”. (Manu Chao, 1998)<sup>2</sup>

Estes versos trazem duas reflexões. Por um lado, Jorge Drexler, músico uruguaio imigrado em Espanha “transporta-nos para o movimento de diáspora inerente aos migrantes que atravessam continentes (...) recordando-nos a permanente viagem que caracteriza a natureza da nossa espécie, e que embora carreguemos bagagens, somente nos mantemos vivos porque fazemos parte do “movimento” (Diogo & Melo, 2022, p.15), e nesse sentido, a lembrança de que migração é um fenómeno comum todos/as. Por outro lado, Manu Chao, músico natural de França, em 1998,

---

<sup>1</sup> Música “Movimiento”, do álbum “Salvavidas de hielo”, Jorge Drexler, 2017 - <https://youtu.be/IIGRyRf7nH4?feature=shared&t=63>

<sup>2</sup> Música “Clandestino” do álbum “Clandestino”, Mano Chao, 1998 - <https://youtu.be/TyA-oz7ISrc?feature=shared&t=22>

editava e gravava a celebre e marcante música “Clandestino”, e através destes versos, trazia-nos a reflexão da disparidade de tratamento no próprio fenómeno migratório, alertando-nos para a condição de imigrantes no mundo que necessitam de recorrer a vias irregulares, arriscar a vida e “fugir da lei” para sobreviver.

Diariamente, diversas pessoas se veem obrigadas à deslocação do seu país, por diferentes motivos, sobretudo relacionados com conflitos e violência. Forçadas a fugir através de meios altamente traumáticos, como travessias de barco ou a pé, cruzamento de fronteiras, tráfico de seres humanos, estas experienciam desafios que podem ser alargadamente disruptivos à sua condição humana, representando traumas físicos e psicológicos. Segundo Oliveira (2023), atualmente, atravessamos uma reflexão sobre a diferenciação dos conceitos de “imigrante” e “refugiado”, e sendo, nas palavras da autora “cada vez menos clara a sua distinção” (p.11) lançamo-nos a problematizar, dentro do possível, os dois termos. Segundo a mesma (2023),

A distinção entre ‘imigrante’ e ‘refugiado’ remete tradicionalmente para o binómio sociológico clássico que opõe iniciativa (ou agência) a estrutura. Os imigrantes estariam associados a um movimento voluntário e seriam caracterizados pela iniciativa, tomando decisões por via das quais pretendem maximizar os proveitos da sua localização, seja por razões económicas, de estudo, de reforma, de saúde, entre outras. Enquanto os refugiados estariam implicados num movimento involuntário ou forçado, condicionados por fatores estruturais que determinariam os seus movimentos. (p.11)

No entanto, apesar de “claras”, estas definições tornam-se pequenas quando vistas de um ponto de vista da realidade social, uma vez que tal como indica a autora (2023) citando Oliveira, Peixoto e Góis (2017) “os conceitos atuais falham por não atenderem à multiplicidade de realidades que existem no terreno”(p.77).

Atendendo à reflexão de Monteiro (2022), parece-nos mais adequado centrarmo-nos na definição de migrantes incorporando as suas palavras na medida em que nos indicam que os migrantes são aqueles que deslocam a sua vida e a força do seu trabalho para um local distinto do seu local de origem, podendo fazê-lo com graus diferentes de liberdade e de autonomia no processo de deslocação (Monteiro, 2022, p.25). Por outro lado, o autor (2022) critica a definição do termo “refugiado” indicando que este leva nos leva a uma posição de “orfandade cultural, de crise identitária, de relação com o tempo que, associados obviamente à precariedade económica,

têm ainda a capacidade para descrever a difícil situação da pessoa migrante perante a sua geografia de acolhimento” (p.24).

O autor (2022) reflete, ainda, que esta distinção entre “imigrante” e “refugiado” acontece por uma necessidade legislativa, distinguindo quem se desloca por livre vontade, voluntariamente, ou por sua vez, “contra a sua vontade, de uma situação de guerra ou de perseguição” (p. 26). Se voltarmos às palavras, que nos dizem que o fenómeno das migrações é complexo e deve ser entendido por diferentes dimensões, entre as quais, económicas, sociais e políticas (McAuliffe & Triandafyllidou, 2021), estaríamos a ir contra esse pressuposto na medida em os fluxos migratórios não podem simplesmente ser “enquadráveis pela simples compartimentação institucional” (Monteiro, 2022, p.26).

Nesse sentido, o autor (2022) encontra uma linha que interliga os dois conceitos, ou mais precisamente, as pessoas, e encontra aquilo que é comum às situações: “a situação de fuga. (...) seja ela determinada por guerras e conflitos armados, pela severidade das condições económicas, sociais ou ambientais ou pela combinatória de todas estas razões.”(p.27).

Ainda, quando Manu Chao canta e nomeia o imigrante “africano”, o “peruano” considerados “clandestinos” está na verdade a trazer a reflexão para a forma como a definição que lhes é dada à chegada a um novo país dita o “grau e a intensidade com que os processos de desigualdade e de segregação vão classificando, acozando e afetando as pessoas migrantes” (Monteiro, 2022, p.25).

## **1.2.CONSTRUINDO UM MAPA**

Das primeiras inquietações que me levaram posteriormente à base do trabalho de campo – conhecer a prática dos profissionais nas áreas de acolhimento e integração – surgiu a necessidade de mapear entidades de acolhimento. Dessa forma, comecei por contactar as principais plataformas de apoio na região do Porto, através de e-mail e via telefone, nomeadamente, a PAR, JRS, CPR, IEFP e ISS, responsáveis por contactar as entidades e associações disponíveis para serem entidades de acolhimento (EA). No anexo 1 verificamos um

exemplo de e-mail que foi enviado para efeitos da construção deste mapeamento. Deste contacto, através de um contacto do ACM, obtive uma tabela de EA que, à data do projeto, tinham ou ainda acolhiam famílias na região do grande Porto. O objetivo inicial prendia-se com contactar, conhecer e refletir sobre as experiências dos profissionais de intervenção alocados ao *Programa de Acolhimento e Recolocação de Pessoas em Situação de Refugiado*. Dos contactos feitos, apenas obtive resposta positiva de seis entidades, três das quais já não acolhiam famílias à data da entrevista. Foram realizadas seis entrevistas, a nove profissionais de intervenção, que decorreram sempre no contexto profissional, e uma via plataforma ZOOM, com um guião semiestruturado (o pedido de entrevista pode ser consultado no anexo 2, o guião anexo 3, e o modelo de consentimento informado no anexo 4).

Na sequência das entrevistas realizadas às diferentes EA urgiu conhecer e perceber como se dá o acolhimento e integração na prática. Para melhor responder a esses pontos parti de várias questões colocadas, o que contribuiu para definir as principais categorias deste capítulo: 1) Como funciona o PR; 2) Como é a preparação e experiência prévia dos profissionais; 3) Principais necessidades e recursos que apresentam; 4) Principais desafios e constrangimentos que surgem durante o programa; 5) Pós programa. Dessa forma, o subcapítulo que se segue é uma análise feita a partir de entrevistas semiestruturadas com testemunhos de profissionais e voluntários das EA.

### **1.3.OS PROGRAMAS E AS ENTIDADES DE ACOLHIMENTO**

Segundo dados da ACNUR, assistimos a um aumento expressivo do número de pessoas com necessidade em deslocar-se contra a sua vontade, resultante de guerras, conflitos armados ou violação de direitos humanos, alcançando 89,3 milhões de pessoas em todo o mundo em 2021 (mais do dobro das 42,7 milhões de pessoas em 2012) (Oliveira, 2023). Não devemos apenas focar-nos no volume de aumento, mas também no ritmo e evolução destas deslocações. Assiste-se a um período agitado, resultado de um crescente número de chegadas de pessoas a fronteiras internacionais, por vias irregulares (Vaz Ferreira et al, 2023) que nos obriga a revisitarmos a ideia de que “migrar não é ilegal”.

Segundo Vaz Ferreira, Mairós Ferreira e Bertão (2023) o aumento destas deslocações apresenta, uma “dualidade de tempos e ritmos”, que nos obriga a “tomar rápidas decisões sobre quem proteger”. E acrescenta que, “para ser justa, esta análise requer tempo e cuidado, algo que numa situação emergencial nem sempre sucede” (s.d).

Portugal não se encontra entre os principais destinos de proteção internacional no mundo. No entanto, encaminha-se por orientações normativas europeias, e a aplicar orientações presentes nos pactos, nomeadamente o Plano Nacional de Implementação do Pacto Global da Migração (Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019), e a reforçar o sistema de asilo (Vaz Ferreira et al, 2023). Segundo dados, em 2021, dos 27,1 milhões de refugiados no mundo, apenas 2,9 milhões estavam em países da EU e desse número Portugal acolheu apenas 2,7 mil. Portugal encontra-se na vigésima posição entre 27 estados-membros da UE, por ordem de quem recebe o maior número, estando na primeira posição a Alemanha, com um registo de 5,9 do total de refugiados no mundo. (Oliveira, 2023, p29). Assim sendo, é urgente melhorar e evoluir na proteção que se desenvolve, de forma a criar condições de reposta às necessidades que emergem das crises políticas atuais, como o caso do Afeganistão (2021) e Ucrânia (2022) (Vaz Ferreira et al, 2023), que são as nacionalidades que mais efetuam pedidos de asilo no país.

Da Agenda Europeia para Migração, em 2015 surgiu uma abordagem global no espaço europeu para melhorar a gestão das migrações em todas as suas vertentes, incluindo da proteção internacional. Assim sendo, surgem duas propostas de recolocação e reinstalação de migrantes nos vários Estados-membros da UE (Oliveira, 2023, p.63). Torna-se necessário clarificar estes dois termos de natureza jurídica e operacional.

Por *recolocação (relocation)* entende-se,

movimento de requerentes de proteção internacional de um Estado-membro da EU, para outro Estado-membro, onde o pedido de asilo passa a ser analisado. A recolocação traduz um processo de solidariedade interna e de partilha de encargos na EU, especialmente com os países de fronteira marítima ou terrestre da Europa que recebam mais refugiados.” (Oliveira, 2023, P13).

Das EA entrevistadas apenas duas fizeram referência ao acolhimento através deste programa. As restantes, apenas mencionaram a *reinstalação (resettlement)* como mecanismo alternativo,

seguro e legal para as deslocações irregulares e perigosas de migrantes com necessidade de proteção internacional e que,

consiste na transferência de refugiados, com estatuto reconhecido pelo ACNUR (...) em situações de vulnerabilidade e com necessidade de proteção internacional, a pedido do ACNUR, de um primeiro país de asilo fora da União Europeia para um Estado-membro que o aceita acolher. Por regra, é concedido a esses refugiados reinstalados um estatuto de residência de longa duração e, em inúmeros casos, a possibilidade de aceder à nacionalidade do Estado-membro que os acolhe. (Oliveira, 2023, p.14)

Em Portugal este programa está representado pelo Conselho Português para os Refugiados (CPR). Desde 2015, a chegada a Portugal do cidadão estrangeiro em proteção internacional está enquadrada num dos dois programas e os programas são acionados da seguinte forma:

Os reinstalados e recolocados são encaminhados à chegada do aeroporto para uma instituição de acolhimento designada pelo ACM. O modelo de acolhimento contemplou, desde 2015, através do Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações (criado pelo Despacho nº 10041-A/2015, de 3 de setembro) o apoio durante 18 meses e em articulações estreita entre diferentes instituições governamentais, entidades da sociedade civil e municípios, num programa coordenado pelo ACM e suportado por fundos comunitários. (Oliveira, 2023,p.24).

No final de 2020, a par com a Resolução do Conselho de Ministros nº 13/2020 de 23 de novembro, o acolhimento de todos os requerentes e beneficiários de proteção internacional passa a ser gerido por três entidades: ACM, o SEF e o ISS e ainda, com o alargamento das entidades que se encontram no processo de acolhimento e integração: DGES, DGEstE, IPDJ, IEFP, ANQEP, SCML, ACSS, DGS, IHRU e entidades convidadas, CPR, ACNUR, OIM e DGE (Oliveira, 2023). Importa também referir que o modelo de acolhimento e a rede de instituições (públicas e da sociedade civil, nacionais e locais) têm vindo a ser repensadas e reestruturadas desde 2015. Nesse sentido, são ainda envolvidas a PAR, Cruz Vermelha Portuguesa – CVP e, entre outras (idem).

É possível concluir que o acolhimento e integração em Portugal tem sofrido alterações e melhorias que se refletem em novas dinâmicas na prática das EA no terreno. As eficácias destes programas não dependem só de resolução governamentais, mas também da estreita parceria e interligação entre organizações não governamentais e entidades da comunidade local. Durante o processo de entrevistas realizadas a diversos profissionais alocados às EA e conseqüentemente ao PR não foi fácil perceber como se davam estes protocolos na prática, existindo distintos agentes envolvidos e, nomeadamente, tendo havido uma omissão do próprio documento com os

objetivos, o que dificultou a compreensão global do PR. No entanto, através dos testemunhos que se seguem tivemos a possibilidade de refletir sobre a perspetiva de quem está no terreno.

### 1.3.1 DA PERSPETIVA DE QUEM SE ENCONTRA NO TERRENO

- **Protocolo do PR e objetivos**

O PR passa por diferentes fases, desde o contacto das entidades responsáveis até à chegada da(s) família(s). O primeiro passo foi entender quem faz o contacto com a família ou, neste caso, como se dá o *matching* entre a mesma e a EA. Confrontando os testemunhos dos interlocutores com a literatura, os dados não são claros. Algumas EA indicaram que foi através da ACNUR que contactaram com a família, neste caso, é a mesma que faz o primeiro contacto no primeiro país de acolhimento e que a partir desse contacto se identificam possíveis candidatos ao abrigo do PR. Tal como nos diz Catarina, voluntária na EA 5 *“nós não contactamos com eles lá, quem faz isso é a ACNUR que depois faz a seriação das famílias para encaminhá-las para Portugal”*. Em colaboração com a OIM, os sujeitos inscrevem-se no programa e são eles que optam pelo país onde querem realizar a reinstalação. Neste caso, acerca deste ponto, a informação obtida a partir dos testemunhos não foi clara, mais uma vez, porque as EA não estão a par desta primeira etapa do processo de acolhimento. *“surge aqui este interesse também em abraçar no fundo esta proposta que nos foi proposta pelo Alto Comissariado, numa base à descoberta, foi um desafio, porque os técnicos que abraçavam o projeto não faziam ideia do que é que ia acontecer (Patrícia, assistente social na EA 1).*

Noutros casos, a proposta parte de um interesse da comunidade em relação à problemática que se vive e são as mesmas a contactar a plataforma PAR para ficarem elegíveis a acolher uma família, como nos conta Rosa, voluntária na EA 2,

*“(…) nós ficamos, como comunidade, inquietos com essa problemática e (...) E aquilo que nós decidimos foi consultar a comunidade toda. (...) no final das eucaristias passamos um inquérito em que as pessoas diziam se “sim” ou “não” acham bem que a paróquia*

*acolhesse uma família de refugiados e se estavam dispostos a participar ou a colaborar nesse acolhimento. E tivemos uma respostas de sins de 90%. (...) Havia uma página online da PAR em que as instituições se inscreviam e nós inscrevemo-nos como [entidade] e disseram-nos que nos contactariam quando tivessem uma família que se enquadrasse no perfil da cidade, dos meios que nós poderíamos ter para acolher." (Excerto de entrevista realizada a Rosa, voluntária na EA 2)*

Tal como, Lola, diretora técnica da EA 3, que refere que, devido ao investimento que tinham tido nas instalações da entidade, decidiram colocar-se disponíveis ao PR: *"vem esta situação dos refugiados e o presidente da direção decidiu (...) temos o espaço ali todo equipado. Aquilo tem umas excelentes condições. Vamos aproveitar isto e vamos acolher uma família. [contactaram] a PAR (...) tivemos que preencher na altura uns formulários."*

Lucinda, membro da direção da EA 4, explica como se deu a assinatura do protocolo, referenciando que não foi um processo complicado,

*"o processo de assinar protocolo foi muito simples porque aquilo que nós só nos comprometíamos, sim senhora, a acolher uma família e nem pusemos restrições nenhuma. Dizíamos que aceitávamos qualquer tipo de família, com qualquer tipo de estrutura até... pronto... só queríamos que nos dissessem... qual era que era para adaptarmos as coisas. E, portanto, até foi um bocadinho aqui a PAR que nos disse "vocês aceitam uma família, um casal com três filhos?"(Excerto de entrevista realizada a Lucinda, membro da direção da EA 4)*

O PR tem como objetivo a autonomização dos sujeitos que chegam a Portugal. Os sujeitos passam por um período de 18 meses de apoio financeiro, em que a EA tem a obrigação de trabalhar a integração e autonomia dos agregados tendo em conta diversas dimensões. É da responsabilidade das EA assegurarem,

habitação adequada à dimensão do agregado familiar/cidadão isolado (...) É estabelecido ainda que seja assegurada a satisfação das necessidades básicas dos requerentes e beneficiários de proteção internacional no apoio ao acesso aos serviços nacionais de saúde, da educação, das finanças e da segurança social, promover aulas de português e facilitar o acesso ao mercado de trabalho com vista à autonomização (Oliveira, 2023, p.164)

Tal como nos explica Patrícia, assistente social da EA 1, o *"objetivo é que nesses 18 meses se consiga esta autonomização para quando ao término dos 18 meses eles estejam independentes da entidade de acolhimento"*. e Lola, diretora técnica da EA 3 *"o nosso objetivo era que, e isso nós tínhamos que fazer por ser parte do protocolo que, ao final dos 2 anos, eles tinham que ser autónomos. Já ter uma habitação (...) Também explicaram-nos (...) as nossas obrigações. Eles [entidade responsável] ajudavam, mas nós tínhamos que tratar da questão da saúde deles, da*

*inscrição na segurança social, no SEF, nas finanças, na escola se fosse com crianças. Rosa, voluntária na EA 2 acrescenta ainda que as responsabilidades passam por "fazer o máximo para os integrar no mercado laboral. Para os ajudar com os meios disponíveis na comunidade e entidades oficiais para que eles tivessem apoios de saúde, acesso à língua portuguesa, integração o máximo na comunidade. Lucinda, membro da direção da EA 4 acrescenta ainda que "a instituição é que garantia o encontrar uma casa e preparar uma casa (...) tínhamos que os inscrever nas finanças, no centro de saúde e nas escolas – naqueles que tinham crianças – e daí para a frente... e tínhamos que ter uma casa."*

- **Apoio financeiro**

Já no país de reinstalação, as EA que se comprometem a acolher uma ou mais famílias recebem financiamento por parte do ACM num valor por pessoa para um período equivalente a 18 meses. "Os requerentes de proteção internacional em Portugal têm direito a receber apoio para o seu acolhimento no país desde o momento da apresentação do seu pedido até à decisão final," (Oliveira, 2023, p.144).

Em conversas com as diferentes entidades não foi possível perceber qual o valor exato que cada entidade recebia e como é feita essa gestão. Foi possível perceber que, ao mesmo tempo que o assunto não era claro, em alguns casos, tornava-se tabu a sua resposta. No entanto, através da explicação de um dos testemunhos, em forma de crítica e avaliação, foi possível perceber que a gestão financeira, apesar de receber diretrizes pelas entidades responsáveis, dá-se de diferentes formas por cada EA,

*A maior parte das instituições tinha 50% que era para elas. (...) repare, os nossos 50% está perfeitamente justificado porque nós alugamos uma casa nova e, portanto, o valor nem chegava para a casa. (...) Instituições que tinham uma casa (...) enfiaram para lá a família e meteram o dinheiro no bolso. (...) isso foi feito. Segundo aspeto (...) a PAR tinha um documento em que dizia que aquilo que se fazia era o valor total por adulto e 50% desse valor por criança. (...) O dinheiro foi-nos transferido diretamente, eu percebi que o dinheiro era por cabeça, era x vezes o agregado familiar. E, portanto, questioneei imediatamente a PAR. Deixemo-nos de histórias: se fosse para ser 50% por cada criança o estado não lhe dava 100%. Portanto o valor é assim. Portanto nós vamos transferir integralmente o valor devido para a família. (Excerto de entrevista realizada a Lucinda, membro da direção da EA 4)*

O valor de 50% referenciado faz parte do financiamento que é gerido e distribuído de acordo com as necessidades primárias de cada família: habitação adequada ao agregado familiar com

equipamentos básicos; contratos de eletricidade, água e gás e pagamento das despesas; despesas de manutenção do foro habitacional; despesas extraordinárias; despesas associadas a trabalho. Os restantes 50% dizem respeito a um *pocket money* mensal no valor de 150 euros por pessoa do agregado familiar, " *chamavam uma bolsa com um valor, que era um valor por cabeça, que eles disponibilizavam à instituição que acolhia, e era a instituição que acolhia que tinha a obrigação de dar 50% para a família e 50% ficava para a instituição (Catarina, voluntário na EA 5).*

Podemos verificar pelos testemunhos que são diversas as dimensões de apoio que as EA têm de garantir mesmo antes da chegada dos agregados, não só a nível financeiro, mas principalmente quanto a necessidades básicas materiais. Patrícia, assistente social na EA 1, explica que a EA " *recebe um valor por cabeça digamos (...) depois com esse valor são pagas as despesas de alojamento de água, luz, gás (...) valor de 150 euros por elemento da família em que eles vão gerir como entenderem desde a alimentação, desde vestuário (...)*". Na maioria dos casos o valor do financiamento do programa não cobre os gastos da EA, como explica Rosa, voluntária na EA 2 " *Uma parte era dinheiro do bolso para eles, a outra parte seria contributo para a paróquia, para as despesas com eles. [Questionada sobre se seria para pagar habitação?] Que nem de longe nem de perto. Não é? Nós gastámos muito mais com eles do que aquilo que recebemos*".

Quando questionados sobre como é feita a gestão desse financiamento, uma das voluntárias explica que, pelas recomendações das plataformas financiadoras, o financiamento que é recebido pelas EA deveria ser distribuído e incentivado a que existisse uma gestão autónoma do mesmo. Tal como nos explica Lucinda, membro da direção da EA 4 " *a PAR recomendava que eles gerissem. (...) Aliás, nós rapidamente passamos a conta da água e da luz para nome deles até porque havia aquela história da tarifa social e eles podiam beneficiar disso. Mas perguntávamos, nos primeiros meses a gente tinha medo... se eles não pagassem, a gente sabia lá. Mas sempre absolutamente certíssimos*". No entanto, a perspetiva sobre a sua distribuição não é consensual, tal como nos indica Patrícia, assistente social na EA 1 " *a questão do alojamento e da água, da luz está em nome da entidade, portanto estar-lhes a passar o valor seria bom sim para os responsabilizar (...), mas por outro lado é um risco muito grande para a EA. (...) se eles vão embora se eles não pagam a entidade é que fica com todo esse prejuízo, portanto percebo aqui que não seja fácil*".

Catarina, técnica da EA 5, acrescenta ainda que *"em termos de protocolo é [nome omitido] que lhes paga a habitação, que lhes paga as despesas da habitação, ou seja, chega a um ponto de (...) aparecem contas para pagar de luz para aí de 200 EUR e depois o discurso é "ai não tinha noção que a luz era assim tão cara"*. Nesse sentido, a mesma considera ser necessário haver um trabalho próximo para que as famílias possam compreender as faturas, algo que não acontece na prática porque a maioria das EA é que pagam as contas.

Para colmatar este controlo das despesas por parte da EA, a assistente social explica que tentam fazer um trabalho de proximidade e de literacia do ponto de vista da organização familiar financeira: *"temos uma altura que lhes mostramos as faturas deles para ter uma noção dos gastos para quando terminar o programa saberem quanto é que custa a água em Portugal quanto é que custou gás quanto é que custam as coisas (...)"*.

Além de todas estas despesas algumas EA, ainda que não esteja previsto no PR, fazem a distribuição de cabazes alimentares mensais, ou semanais, decorrente de parceria com o banco alimentar: *"o nosso cabaz é muito limitado para as necessidades deles a nível alimentar não é pronto damos aquilo que temos a uma pequena ajuda mas de facto objetivo tanto que há muitas entidades que não têm a atribuição de cabazes alimentares mas por acaso temos esta resposta acabamos por atribuir também aqui às famílias"* (Patrícia, assistente social da EA 1.)

- **Preparação e chegada**

O acolhimento de uma família requer alguns meses de preparação para a sua chegada. Na sua maioria, sendo uma novidade no país, as EA estream-se como EA no acolhimento a pessoas em situação de refugiado. Os testemunhos revelam ter recebido formação por parte da plataforma financiadora: *"por exemplo, eu tive que ir a várias formações, eu fui para [local omitido] para sabermos como é que isto ia funcionar, porque isto era muito desconhecido, como é que nós íamos acolher uma família que nem dominava a língua nem nada; e explicar-nos todos os procedimentos, a questão, por exemplo, do SEF, como é que nós íamos fazer.* (Lola, diretora técnica EA 3

Rosa, voluntária na EA 2, explica-nos que a procura da habitação numa das maiores cidades do país, como o Porto, tornou-se um grande desafio, pela inflação do preço das casas, mas também pela discriminação que começou a perceber quando se tratava de arrendamento a uma família de outra nacionalidade,

*“O nosso problema, primeiro, foi a habitação. Que habitação vamos acolher esta família? Tentámos ver se havia aqui alguma casa disponível, algum paroquiano que tivesse alguma casa parada que pudesse ceder. Mas, o que nos acontece aqui nisto que já é centro da cidade, é que as casas disponíveis estão todas para turismo de habitação. Portanto, não havia nenhuma casa disponível tivemos de partir para aluguer de habitação. Começámos a ver um bocadinho o mercado e começámos a ficar assustados que o aluguer de casas está horrível. [R] Os preços altíssimos e nós “Ai meu deus” como é que vamos conseguir alugar uma casa aqui perto para podermos dar o apoio a esta família. Começámos a pesquisar aqui os anúncios. O que nos acontecia era que quando dizíamos que era para refugiados... xau.”* (Excerto de entrevista realizada a Rosa, voluntária EA 2).

A falta de experiência e novidade no acolhimento de pessoas refugiadas revelou-se um constrangimento: *“eu confesso que quando nós abraçamos a ideia de ser entidade de acolhimento, eu estava com muito receio até porque nós não tínhamos nada, portanto, não tínhamos equipamentos para montar uma casa, não tínhamos nada e comecei nem a pedir a amigos, não é?”* (Patrícia, assistente social na EA 1).

Além disso, os testemunhos revelam que não tiveram grande apoio por parte das entidades responsáveis na preparação, principalmente, pela falta de informação sobre os agregados familiares que iriam receber: *“(...) só sabíamos que era uma família com 5 e quer eram 3 crianças. E muito rapidamente ficamos a saber a idade deles. Era a única coisa que sabíamos”* Lucinda, membro da direção da EA 4). E, como acrescenta Rosa:

*quando fizemos o contrato ainda não sabíamos a tipologia da família, nós dissemos que podíamos acolher uma família até 4, 5 pessoas máximo, para tentar pôr num T2. Mas não sabíamos mais: se com crianças, [R] nacionalidade, exatamente. Até que nos disseram em cima da hora, com uma semana de antecedência, vem uma família de 3, um casal com uma criança. Toca de conseguirmos arranjar uma casa. A casa estava por mobilar. Foi o tempo de pôr toda a gente da paróquia a arranjar móveis para mobilar o quarto de casal, o quarto de criança, equipar uma cozinha, tudo. Até fazer cortinas. Na véspera de eles chegarem [as senhoras da paróquia] ainda estavam a fazer cortinas! A casa ficou com tudo necessário, eletrodomésticos, tudo.* (Excerto de entrevista realizada a Rosa, voluntária na EA 2)

Lucinda, membro da direção da EA 4 tece algumas críticas à morosidade e falta de respostas face à motivação que as EA tinham à chegada da família: *“quando se fala nestas coisas há toda aquele (...) este sentido de urgência e logo o esbarrar de todas (...) as areias na engrenagem que existe,*

*para nós, que estamos aqui, queremos acolher, é logo um aspeto negativo. (...) Hum! Foi terrível. Nós assinamos o protocolo com a PAR em outubro de 2015, e a família chegou a 16 de setembro de 2016.*

Ainda, a diretora técnica revela-nos que devido à falta de diretrizes do PR, internamente, criaram estratégias para corresponder às necessidades verificadas. Explica que, dada a falta de informação, começou informalmente a contactar anteriores EA que tinham acolhido famílias, para perceber as principais necessidades à sua chegada. Foi assim que perceberam que a comunicação foi um dos principais desafios à chegada das famílias e, como tal, prontificaram-se a procurar uma alternativa para colmatar esse desafio antes do dia:

*Nós entendemos que devíamos tentar saber os que nos tinham antecedido. Não eram muitos casos, mas nós já não éramos os primeiros. E lembro-me de que fui ali a [local omitido] que já tinha acolhido uma família, falar com a diretora que me disse “o pior de tudo foi a viagem de Lisboa até ao Porto sem conseguirmos falar com eles. Sem conseguirmos comunicar. (...) como eu retive isso, eu disse “isto não vai acontecer desta vez. (...) E portanto, eu entrei em contacto com esses alunos sírios e disse “eu tenho esta situação, vai-me chegar uma família síria. Eu precisava de alguém que fosse comigo a Lisboa que pudesse falar com eles”. E houve logo uma estudante que disse “Professora para mim é uma honra poder ajudar os meus compatriotas. E portanto, conte comigo. E a [nome omitido] foi, estava comigo no dia 16 de setembro quando recebemos a família em Lisboa e foi fundamental”. (Excerto de entrevista realizada a Lucinda, membro da direção da EA 4).*

- **“Bem-vindos”**

A apresentação das entidades de acolhimento aos recolocados e reinstalados que são acolhidos em Portugal passou a ser feita logo à chegada ao aeroporto pelo ACM, na presença do SEF, no momento em que as pessoas são enquadradas relativamente aos seus direitos e deveres na sociedade portuguesa e lhes é fornecido material informativo através da entrega do *Welcome Kit* (criado pelo ACM). É nesta fase que a entidade de acolhimento assina, também, o protocolo de cooperação com o Estado português, sendo definidos os montantes das tranches para a entidade assegurar a implementação das dimensões do acolhimento e integração dos reinstalados. (Oliveira, 2023, p.163)

A chegada da família é um momento marcante no decorrer do PR e dos momentos mais relatados durante as entrevistas, tanto pela novidade e estranheza ao receber uma família que não conheciam, mas também pela dificuldade comunicacional relatada. Os testemunhos descrevem como foi a viagem do aeroporto de Lisboa até ao Porto, mas, principalmente, o momento em que se interligam as entidades responsáveis, EA e famílias. Optei por manter o mais fielmente possível o testemunho dos interlocutores, de forma a passar a carga emocional do momento.

*Fomos para Lisboa – eu acho que isto tem alguma graça – chego a Lisboa, está lá uma pessoa da PAR, diz-me duas coisas que me chocaram profundamente. Estávamos quatro instituições, iam chegar quatro famílias, viram-se para nós e dizem assim “você vão vê-los passar aqui à vossa frente, mas não podem falar com eles”. Eu fiquei a olhar para a mulher e disse “como? porquê?” a mim não me dão ordens. [respondem] “porque eles tão sob custódia do estado português, estão presos. Eles aterram e têm que se dirigir à sala que funciona aqui no aeroporto como tribunal para pedirem asilo. E eu digo que está tudo doido. Um processo que já tinha meses, eles estavam alojados na Grécia num hotel pago pela Cáritas portuguesa, tinham sido identificados, já se sabia que vinham para Portugal, o governo sabia quem eles eram, portanto, quer dizer, treta! Não estamos aqui a falar de penetras. (...) 5 minutos depois, quando eles passam, em que vê uma fila de famílias, conduzida por uns soldados com metralhadoras viradas para baixo e os soldados já traziam bebês no colo. Os soldados portugueses de camuflados, portanto, as tropas (...) estavam a trazer em escolta aquelas famílias para a dita cuja sala, eles já traziam os bebês no colo, as armas para baixo (...) É esta história da diferença do discurso... quer dizer, nós são somos capazes de largar a burocracia, a formalidade. E depois, no momento, estamos já a fazê-lo. Se eu tivesse tirado uma fotografia àquilo era ridículo. (...) Espera aí! Não. Eu disse-te que houve 2 coisas que me chocaram profundamente. E essa foi a segunda foi a mulher da PAR a dizer-me assim “eu vou-vos pedir uma coisa que, as famílias vão sair uma a uma. E eu vou-vos pedir que vocês fujam, saiam – ela não disse fujam, disse saiam, a fuga é minha – saiam imediatamente daqui. Levem-nos daqui para fora, não fiquem aqui no aeroporto”. E eu, mais uma vez [pergunto] porquê? Porque estas 4 famílias estão todas juntas há 3 meses, vivem todas juntas, são o apoio uns dos outros e agora vai cada um para o seu lado e nós não queremos choros. E eu levo o segundo murro no estômago, “quer dizer eu venho aqui participar e ser o mau da fita que estou a separar esta gente dos seus (...)” Claro que aquilo que eu fiz imediatamente enquanto estávamos à espera, e ainda hoje existem no meu telemóvel, foi ter os contactos das outras 3 instituições porque eu pensei “se estas famílias são as famílias com quem eles estiveram, a gente tem que conseguir pô-los a conversar na mesma uns com os outros se for preciso, para lhes dar algum apoio”. (Lucinda, membro da direção da EA 4)*

Em alguns dos casos, a surpresa em relação ao agregado familiar revelou-se em necessidade de última hora: *“Então, fomos a Lisboa, ao aeroporto, e não era uma família com 1 criança, era uma família com 2 crianças. Toca a telefonar para o Porto: “precisamos de uma cama de grades!”* (Rosa, voluntária EA 2). E ainda, a preparação que antecede o momento: *“a semana que antecede a integração é caótica precisamente (...) para deixar a casa pronta a habitar (...) para a família se sentir o mais confortável possível”* (Patrícia, assistente social EA 1).

- **Gestão de expectativas**

As pessoas que chegam a Portugal ao abrigo do PR trazem consigo expectativas que estão relacionadas com as suas experiências individuais e/ou familiares, o contexto cultural onde se inserem e nas informações fornecidas durante o processo de recolocação. Essas expectativas estão relacionadas com as dimensões previstas no acolhimento, habitação, oportunidades de emprego e educação, reunificação familiar, e acesso a serviços básicos. Os testemunhos revelam uma insatisfação e constrangimento face às expectativas iniciais, seja por parte de quem acolhe ou por quem chega. Lola, diretora técnica da EA 3 descreve-nos como foi a preparação da sua comunidade para receber a família e a sua respetiva chegada:

*Nós tínhamos as colegas todas, tínhamos feito um cartaz de "Bem-vindos" em sírio. Tínhamos posto a casa o mais aconchegado possível. Lá está, fizemos isso como se fôssemos acolher um dos nossos. E eles chegaram, viram aquelas pessoas todas e eles não gostaram. Perguntaram logo "estas pessoas vão ficar aqui connosco, vão ficar aqui a dormir?". E eu "Não, não vão, é só para dar as boas-vindas". Até as pessoas, as colegas, ficaram assim um bocadinho... "então nós fizemos aqui, preparámos tudo e eles têm esta reação". Mas claro, vocês têm de compreender [que] são outras culturas, outros costumes. (...) Claro que, em termos de colegas, elas não ficaram logo muito... isto vai ser um bocadinho complicado. (Excerto de entrevista realizada a Lola, diretora técnica da EA 3)*

Explicam que expectativas que são criadas ainda no primeiro país de acolhimento não correspondem às reais do PR, na prática, confrontando-se muitas vezes com comparações em relação a outras políticas de acolhimento noutra país. Os interlocutores chegam a referir que se reflete como um entrave à integração das famílias. Tal como nos diz Inês, educadora social na EA 1, *"nós temos famílias que às vezes dizem "ah disseram-me que em Portugal arranjávamos emprego em 2 dias" em Portugal isto não acontece. É criado se calhar aqui um cenário mais positivo, do que há no país"*. Lola, faz uma crítica à informação que é divulgada junto das famílias,

*"acho que isso funcionou muito mal. Porque eu achava que eles já sabiam para onde vinham. (...) O que aconteceu connosco foi: eles chegaram ao aeroporto e foi dito, numa sala, foi-lhes dito que eles vinham para [local omitido] para uma instituição que ia-os acolher. Claro que eles não reagiram bem. Na altura eu ainda me lembro de o [nome omitido] falava muito alto, muito nervoso, eu compreendo a situação dele. Eles vinham sempre com referência das cidades, Porto ou Lisboa. (Excerto de entrevista realizada a Lola, diretora técnica EA 3)*

Rosa, voluntária na EA 2, ainda, revela que a família que recebeu considerava que o país lhes ia oferecer uma casa, comparando a dificuldade em obter uma em relação à situação económica e habitacional do país: *"Aquilo que lhes tinham dito lá, que aceitaram vir para Portugal que lhes davam uma casa. (...) E nós dissemos "não" (...) a paróquia, como entidade, com apoios da união europeia, e depois através do próprio Estado, nós não temos possibilidade de vos dar, oferecer uma casa, até porque a situação económica em Portugal também não é fácil"*. Por outro lado, as expectativas no caso de Lola, diretora técnica da EA 3, *prendiam-se com a localização da EA "achava que iam para a cidade do Porto. E depois, lá está, eles tinham no whatsapp grupos em que tinham colegas que já estavam no Porto e Lisboa"*.

Este constrangimento parte, segundo os entrevistados, da informação que é passada ainda no país de recolocação. Explicam, através de informação que lhes chega de outros voluntários, que existem campanhas de sensibilização sobre Portugal como forma de incentivar as famílias a optar por este país de acolhimento: *"foi ela a tal que me disse, a primeira a dizer, que eles tinham*

*um vídeo sobre Portugal, não sei de quem é que foi a responsabilidade de fazer esse vídeo, sinceramente não sei. A expressão dela foi "o vídeo é demasiado cor-de-rosa". As palavras dela não são minhas. (...) o vídeo que eles usavam (...) porque eles têm que querer vir, eles é que escolhem o país. (Lucinda, membro da direção da EA 4).* Não podemos comprovar a veracidade de tal informação, mas sabemos que estas expectativas iniciais podem ser diversas e influenciadas por uma série de fatores, desde as políticas de acolhimento à receção por parte da comunidade ou até a própria situação económica do país, apresentando desafios constantes à integração dos sujeitos. Globalmente a monitorização da proteção internacional no mundo é difícil, incompleta e acarreta alguns desafios:

Desde logo há a dificuldade de harmonizar dados de diferentes fontes, seja de diferentes países, seja de, num mesmo país, compilar dados administrativos de diferentes instituições. (...) Por outro lado, há alguns limites à densificação da informação para algumas variáveis ou para algumas das fases do processo de proteção internacional, que vai desde o pedido de proteção, concessão do estatuto em proteção, acolhimento e integração do refugiado e autonomização plena na sociedade de acolhimento. (Oliveira, 2023, p.26)

Por outro lado, todos estes aspetos sobre o PR servem de reflexão e avaliação por parte das EA. Os interlocutores indicam que esta avaliação é passada às entidades responsáveis,

*(...) era uma reflexão já tinha com o próprio Alto Comissariado que é "o que é que é transmitido muitas vezes nestas missões?" não é por muito que eu já tenha tido reuniões inclusive com os colegas que fazem estas missões (...) é este primeiro momento e acho que é muito importante ter-se uma consciência do que é dito porque muitas vezes basta dizer um bocadinho ao lado que as expectativas vão ser gigantes (...), porque eles estão tão ansiosos de uma vida melhor (...) uma estabilidade que quando chegam querem tudo para ontem. (Patrícia, assistente social EA 1)*

- **Necessidades e recursos que apresentam**

Os interlocutores explicam que as famílias chegam com diversas necessidades a serem colmatadas, e nomeiam algumas. Patrícia, assistente social, quando questionada quais as necessidades que apresentam responde sem hesitar: "*TODAS. Eles vêm sedentos de necessidades básicas, nomeadamente, ao nível da saúde (...) a nível de educação porque muitas vezes como (...) nem conseguem legalização na Turquia [país de recolocação] não conseguem inscrição na escola, isto acontece algumas vezes (...).*

Para as pessoas migrantes, estas linhas de fronteira aumentam em número ou extensão, com a "forma-campo", dos campos de refugiados (...) Os campos de refugiados, exemplos magnos de uma estratégia concentracionária de gestão de exclusões, são espécies

de não-lugares. Neles, as pessoas migrantes são suspensas num vazio de lei, sem espaço realmente público e desprovidas da sua condição de sujeitos, com ação humanitária como única vinculação com o restante mundo. (Monteiro, 2023, p.41)

Além disso, a assistente social explica que em relação à procura de emprego, outra necessidade sinalizada e que lhes permite atingir autonomia, os sujeitos sofrem de discriminação que se manifesta de diferentes formas, seja pelo preconceito nos processos de recrutamento, pela barreira linguística e/ou reconhecimento de qualificações, falta de conhecimento dos direitos laborais e principalmente, o estigma e preconceitos conectado à população migrante,

*Há muita discriminação, portanto a necessidade a nível de inserção no mercado de trabalho obviamente é a base para que possam ter aqui uma autonomia, língua é a base, não é, portanto sem conseguirem o mínimo (...) português (...), portanto, há aqui toda uma série de necessidades que eles precisam de ver respondidas* (Patrícia, assistente social na EA 1)

- **“PLA – Português Língua de Acolhimento”**

*Eles só falavam árabe. E curdo. [Sabiam que não falavam inglês?] Não sabíamos. Só foi depois que percebemos lá, que mesmo elas a falar... tinha uma tradutora que traduza. Pronto, mas isso foi complicado* (Lola, diretora técnica EA 3). A aprendizagem da língua portuguesa é referenciada como um dos indicadores de integração plena no país de acolhimento. Nesse sentido, apresenta desafios, nomeadamente em relação a uma barreira comunicacional, que se dá por meio das interações entre a família e os técnicos das EA. Além disso, é necessário olhar a diferentes aspetos do ponto de vista dessa dificuldade, nomeadamente, fatores de alfabetização, idade, stress pós-traumático, falta de recursos à aprendizagem e tempo. Aliados a estes fatores devem entrar políticas e programas de apoio à aprendizagem, a criação de ambientes seguros e inclusivos à aprendizagem e, principalmente, o apoio da comunidade local, que desempenha um papel fulcral no incentivo à prática da língua de acolhimento.

Na maioria dos casos, o inglês é a língua utilizada como meio de comunicação, tal como nos explica Rosa, voluntária na EA 2: *“havia aqui pessoas na paróquia que falavam [inglês]. A família falava inglês porque era uma língua que eles teriam usado nos campos. Pronto, entre eles falavam naturalmente.* As diretrizes do PR em relação à aprendizagem da PLA não são claras, segundo os testemunhos. Prevê-se cursos de aprendizagem da língua portuguesa facilitados pelo IEFP, no entanto, a realidade no terreno revelou-se outra quando as EA se deparam com o entrave ao início

dos cursos por falta de elementos. Segundo Lucinda, membro da direção da EA 4: *"eu conheci... (...) instituições que aqui na área do Grande Porto estavam a acolher e havia lá pessoas que estavam há uma ano à espera para ingressar no curso de português."*

A informação varia consoante os testemunhos: *"(...) começámos à procura de cursos de português e estivemos, se a memória não me falha, mais de um ano sem curso de português, porque não havia os 20 necessários para arrancar um curso de português. Ora, isto aqui, nós dissemos ao ACM várias vezes que era um pressuposto básico. Quer dizer, era isso que estava contratado, era um apoio na língua portuguesa houvesse 20 ou não houvesse 20, deviam ter dado apoio na língua portuguesa"*(Rosa, voluntária EA 2). Ainda, *"de 12 pessoas, sim. Não sabíamos. Isso não sabíamos antes. Só soubemos depois. A situação de tentarem o curso, foi o próprio município que tentou fazer o curso para aulas de português e eles disseram-nos isso de ter de arranjar um mínimo de 12 pessoas. E nós "ok, então, mas tem de ser alguma de nós a frequentar isto porque nós não conseguimos arranjar 12 pessoas aqui para frequentar esse curso!"* (Lola, diretora técnica EA 3).

Por outro lado, uma das técnicas responsáveis, Catarina da EA 5, explica que por vezes, algumas pessoas acabam por desistir do curso, *"Eu faço a inscrição vais, vais, não vais, agora parte do teu lado de fazer o que o técnico fez, mas pronto eu também dou aqui esse benefício porque também entendo que estão num país muito distante tudo aquilo que eles vivenciaram mas lá está, já avisei que foi a última vez até porque a realidade é que o protocolo termina em abril portanto a partir de abril eles têm de estar autónomos"*

Em alguns casos, as diretrizes indicavam que teriam uma linha de tradução disponível por parte da entidade responsável: *"inicialmente disseram-nos que nós íamos ter uma pessoa, que iam existir voluntários [e] nós nunca tivemos. Era com uma linha de tradução de apoio que nós conseguíamos falar com eles. Isso era muito difícil. Porque lá está perde-se sempre coisas pelo meio (...) Eu tinha que ligar para a linha de tradução para ele me dizer o que estava, para me tentar [traduzir], ele dizer a ele, para comunicar qualquer coisa tinha que ser sempre assim. E, às vezes, não era possível. Porque ligávamos para esse número e tínhamos de esperar que alguém nos atendesse e que existissem tradutores disponíveis. Essa foi uma parte muito difícil. A comunicação* (Lola, diretora técnica EA 3).

Estes desafios fizeram com que as EA tivessem de criar estratégias internas para colmatar essas dificuldades comunicacionais: *"Foi quando nós tentámos resolver a situação de outra forma. Ok, vamos tentar umas professoras. Lá está, estas professoras também foi, lá está, por conhecimento dos professores da escola. E elas vinham aqui ao sábado dar as aulas de português (Lola, diretora técnica EA 3).* No caso de Rosa, voluntária na EA 2, aproveitaram recursos internos para colmatar a não abertura dos cursos: *"[tínhamos] aqui uma professora na paróquia, de ensino de português e de inglês que também se disponibilizou no primeiro tempo até eles arranjam um curso, para os ajudar nesse aspeto"*.

Grande parte dos profissionais indicaram comunicar com as famílias através de outros meios de comunicação, nomeadamente, aplicações como o *whatsapp*, *"eu em particular estou sempre em contato com eles, nós funcionamos por Whatsapp (...)"*(Catarina, técnica da entidade 5).

A propósito da comunicação, reveladora de grandes dificuldades para quem chega, esta profissional ainda nos conta um episódio que a marcou,

*"tive uma refugiada que veio grávida (...) não sou mãe dei por mim a ver na internet, a falar com colegas mais velhas. (...) Dei por mim a fazer uma mala de maternidade. A questão da preparação pós parto, e ela foi, mas como não percebeu nada a médica disse que não valia a pena ela ir mais. (...) Eu dei por mim a fazer um áudio para o 112 a explicar tudo porque a criança podia nascer à noite, no fim de semana, eu não estou cá, como é que ia ser? (...) Então a gravação era do género "Olá, eu sou a Catarina, [nome da entidade omitido], sou técnica, isto é uma gravação, portanto, não coloquem questões, a [nome omitido] está grávida, tem sintomas de que o bebé poderá estar para nascer, ela não fala português, ela não fala inglês, ela viva na rua x, por favor, venham" e ela conseguiu chegar ao hospital com esta gravação, mas eu questiono, como foi feito o parto?"* (Excerto de entrevista realizada a Catarina, técnica da EA 5).

- **O que correu menos bem?**

Em relação a duas entidades entrevistadas, a certa altura do programa, existiram dois casos de não término do programa antes do final do prazo. O abandono do PR pode ocorrer por diversas razões, nomeadamente por desafios que enfrentam ao longo do processo de reinstalação, entre as quais dificuldades na adaptação, falta de informação ou até isolamento social. Nesse sentido, Rosa descreve, com desilusão e incompreensão, o momento em que a família que acolhiam decidiu,

*No Domingo de Páscoa quando chegámos lá eles não estão. Eles saíram sem avisar e sem concluir o processo, e foram para a Alemanha. De facto, rebobinando o filme, nós vemos que na sexta-feira, por exemplo, o miúdo mais velho se agarrou ao meu marido num abraço enorme. Portanto o miúdo já sabia que ia embora, proibido pelos pais, com certeza, de nos dizer. E apagaram as redes sociais, apagaram os emails, apagaram tudo. Como nos disse depois a segunda família, oficialmente eles não podiam deslocar-se sem autorização para outro país uma vez que estavam com proteção cá em Portugal. Eles entravam na Alemanha ilegais e não queriam que as entidades aqui em Portugal tivessem conhecimento de onde eles estavam e, portanto, a única hipótese que eles tinham era cortar absolutamente os laços connosco. E assim foi. Portanto, não tivemos nunca qualquer feedback mais em relação a eles. A comunidade ficou tristíssima, o colégio ficou absolutamente triste. (Excerto de entrevista realizada a Rosa, voluntária na EA 2)*

Questionada sobre o que acha que falhou no processo, Rosa responde que não existiu *“relação muito entre o perfil da família e o meio em que eles se inseriram”*, tendo em conta as habilitações profissionais que tinham e a origem de um meio mais rural. Ainda assim, acrescenta que enquanto comunidade fizeram de tudo para que se sentissem integrados. Outra falha que aponta é a falta de apoio *“em relação ao curso de português senão muito tardiamente. Porque isso depois para os integrar no mercado de trabalho foi péssimo. Eles não tinham uma certificação”*; e a morosidade nos processos de obtenção de documentação: *“Havia uma legislação que estava a fazer feita sobre o joelho e depois a legislação até podia estar bonita, mas depois a engrenagem não estava montada na prática. (...) Depois de cada vez que era preciso renovar os documentos deles no SEF era outra história. Imensa... os documentos caducavam, era preciso outra vez ir tirar fotografias, era preciso estar em filas, fazer marcações no SEF, pronto. Eles viram que, de facto, a nossa burocracia era muito perra para lhes dar uma resposta em tempo útil. Porque tudo tinha que estar a funcionar antes dos 2 anos e não estive. E não eram coisas que dependiam de nós, eram burocracias formais do país que não estava preparado”*. Resumindo, refere que existiu *“inexperiência destes processos de acolhimento”*.

Lucinda, membro da direção da EA 4, aponta ainda a falta de recursos humanos nas instituições, o que obriga a uma intervenção pouco próxima das famílias: *“as outras instituições eu vejo que são as desgraçadas das técnicas. Não há tempo. Não há condições. Eu acho que nós aqui conseguimos efetivamente ter uma equipa muito multidisciplinar. Muita gente. Porque muita gente cada um dá um bocadinho, seja dinheiro seja tempo e consegue-se. Agora, deixar isto na mão de uma ou duas pessoas?”*.

- E o que correu bem?

Nem tudo se revelam aspetos negativos, e há que louvar também a entrega e dedicação das EA, mas principalmente dos técnicos, membros e voluntários que acolheram estas famílias num período que o próprio programa sofria alterações. No caso de Rosa, que assinala que no mesmo ano começaram a acolher outra família, explica que foi *um “caso de sucesso, falam bem português, trabalham, têm uma família portuguesa e, portanto, é uma boa coisa.”* Patrícia explica que os casos de sucesso se dão por uma integração que se baseia na proximidade, contrariamente às famílias que chegaram na altura do COVID-19: *“houve aqui muito trabalho de proximidade quando elas chegaram para esta família (...) houve aqui muito trabalho diário com esta família, portanto e acho que isso também ajudou nesta o facto de eles terem ficado, portanto, mas de facto a pandemia não ajudou depois com outras famílias”*.

Além disso, Lucinda explica como é fundamental as famílias serem recebidas num ambiente comunitário que implica um sentimento de pertença. No caso da sua entidade, inserida numa resposta social – Centro Comunitário, este membro da direção explica que era um lugar onde todos se envolviam e *“que era fixo, estava aberto, tinha porta aberta de hora x a hora x, a casa da família (...) é aqui a menos de 500 metros, e, portanto, a gente pode-lhes dizer [que] vocês, qualquer SOS que tenham, têm sempre ali a porta aberta, podem-se dirigir ali. Tinham uma base. E obviamente que nós envolvemos as pessoas do centro e até os próprios utentes (...) achavam que eram avós das crianças.(...) são detalhes, mas eu acho que são detalhes muito significantes.*

Questionada sobre o que acha que resultou para o sucesso da integração, Lucinda responde sem hesitar: *“a palavra que eu diria é confiança. E a confiança conquista-se. Eles, ao fim de algum tempo, confiaram em nós e nós nunca lhes falhamos. Eles sabem efetivamente que se estiverem aflitos podem-nos telefonar e isso é subjetivo, é ler nas entrelinhas, é apreciar as linguagens corporais e tudo isso. As vezes que eu estive com famílias e instituições (que acolheram as várias famílias) tudo junto, eu vejo na maneira como as famílias falam com as outras instituições eu vejo um receio, uma distância que não existe no nosso caso. E eu sinceramente, se me perguntares, eu acho que é isso, há uma confiança, há uma relação, há uma solidez nas nossas relações que eu acho que não existe em todos os outros casos.*

Ainda, quando devolvida a questão “*uma confiança em vocês e....?*”, Lucinda, responde-me sem hesitar “*(...) neles.*”

- **O que levam do programa?**

Aproveito este espaço para deixar também um pouco daquilo que o PR significou no dia-a-dia das EA, mas também dos profissionais e voluntários que pela primeira vez contactavam com o âmbito do acolhimento e integração. O medo e o receio inicial que foram ultrapassados,

*abracei aqui este processo, este programa com muito medo, com muito receio mas posso te dizer que tudo aquilo que eu faço aqui dentro se calhar, embora não se veja o sucesso porque não tem é uma coisa que eu gosto e embora de certa forma sinto que as pessoas não fazem muito por si, gostam é algo que me senti que me desafiou bastante a nível profissional e como pessoa, que fez com que eu crescesse muito. (...) partir de abril, se eu receber aqui novas famílias, à partida está tudo para isso acontecer porque nós já demos o parecer positivo eu sinto que estou ainda melhor preparada para isso embora com estas famílias possa não ter havido aqui uma autonomia. (Catarina, técnica na EA 5)*

Não obstante, alguns revelaram que não voltariam a fazê-lo.

*(...) muito enriquecedor. Fez-me contactar com pessoas, com situações que eu via na televisão, mas que passaram a ter um rosto para mim. Foi muito forte. Muito enriquecedor. “tu agora arranjaste uns netos [nacionalidade omitida]”. Mas, de facto, acho que lhes dediquei muito tempo, muito empenho, muita gente. Não nos arrependemos. Mas quando a PAR depois de eles terem ido embora nos pergunta se queremos acolher outra família nós dissemos “não temos capacidade”. E não temos capacidade económica sobretudo. (Rosa, voluntária EA 2)*

A importância dos voluntários no programa,

*Eu acho que a enorme maioria das pessoas consegue sentir uma enorme gratificação quando se coloca ao serviço dos outros. A maior parte das vezes não o faz, portanto, não chega a ter oportunidade de o fazer, não chega a ter gratificação e depois não continua. Eu acho que as pessoas que trabalham nas instituições, os voluntários e que, são ínfimos relativamente ao mundo todo. Quem faz voluntariado é uma ínfima parte da sociedade. (Lucinda, membro da direção EA 4)*

A capacidade empática de entender o outro que passa por um processo de deslocação e migração,

*Foi desafiante porque, é assim, eu nunca tive contacto com pessoas refugiadas, com estas histórias. E também nos faz pensar que..., não é? O que eles passaram para chegarem a Portugal (...) Também se calhar, a ver a vida de outra forma. Que nem sempre é fácil e que também pode acontecer connosco. E, lá está, eu tentei sempre dar o meu melhor. Tanto como pessoa, como técnica. Eu, se calhar, às vezes era mais... não era técnica, eu era quase família deles. Sinceramente, era mesmo isso. E eles próprios, às vezes, diziam isso. Até*

*inclusive uma vez disse que eu era a filha, mas uma filha assim muito velha que os ajudava em tudo. É verdade. Eu se calhar nunca fui como técnica, quase. Foi mesmo como uma amiga, ou até mesmo uma família.* (Lola, diretora técnica EA 3)

## 1.4. ENTIDADE DE ACOLHIMENTO: CRIANDO UM ESPAÇO DE ESPAÇO DE INTERVENÇÃO

Deste trabalho de análise e contacto com as entidades locais, surgiu o desafio de me juntar a uma EA e acompanhar os profissionais no terreno. Dada a abertura em receber uma anterior aluna, agora técnica da entidade, uma das EA entrevistada mostrou-se disponível para me receber e permitir que pudesse acompanhar, uma vez por semana, a sua intervenção com uma família. No dia 8 de fevereiro de 2023, realizou-se a primeira reunião com a equipa técnica responsável pelo acolhimento das famílias. Na reunião estiveram presentes o presidente da associação, uma técnica assistente social responsável pelo PR e mais uma técnica educadora social. Foi apresentado um cronograma com os objetivos iniciais do projeto de investigação (anexo 5) que levou a que me fosse autorizada a presença semanal, junto da equipa técnica, numa visita à família que tinha acabado de chegar pelo PR. Sobre esta reunião destaco a necessidade de esclarecerem a minha posição nestas visitas semanais, sendo claro que *"eu estaria ali para investigar e não para intervir"* [Conversas intencionais], sendo esse papel reservado às técnicas de intervenção da entidade. Desde o início que esta necessidade de marcarem a minha posição como estudante/investigadora se tornou um constrangimento ao meu acesso ao terreno. Por um lado, porque necessitava de autorização para visitar a família e, por outro lado, pela fragilidade e falta de conhecimento da realidade que ainda detinha inicialmente, que criou em mim um receio de alguma forma me sobrepor à entidade, caso quisesse visitá-los sozinha.

Importa-nos saber quem é esta entidade, e quem a compõe. A associação<sup>3</sup> *"surge enquanto cooperativa em 2008 (...) tendo aqui projetos em várias áreas de intervenção com vários públicos-alvo. (...) aqui a vertente base é a saúde, numa lógica de minimização de danos e redução*

---

<sup>3</sup> Designação adotada pela EA

*de riscos associada à dependência. (...) e mais recentemente este projeto de recolocação e reinstalação de refugiados desde 2019'* (Luísa, assistente social, entrevista realizada no dia 23 de novembro 2022). Embora a minha ideia inicial fosse fazer parte do dia-a-dia desta entidade, com o tempo, apercebi-me que a motivação por parte desta não era a mesma e acabei por me concentrar apenas na intervenção junto da família que parte da sua equipa realizava e, nesse sentido, conhecer os profissionais que iriam conviver comigo. A equipa técnica da associação alocada a este projeto, que intitulam de "*projeto dos refugiados*", é composta pela Luísa, uma mulher jovem "*[sou] assistente social na [nome omitido], neste momento (...) a trabalhar em dois projetos [...] ligados às dependências e (...) responsável do projeto de acolhimento de refugiados [...]*" (Luísa – Assistente Social, entrevista realizada no dia 23 de novembro 2022). A Luísa acompanhou-nos algumas vezes durante o tempo que visitávamos a família. Nessa altura pude perceber que é a responsável pelo projeto e pelas questões mais burocráticas de todo o processo e também a que faz a ponte com os outros serviços da rede social. Mais tarde, a Luísa ficou de baixa e foi substituída por outra técnica que não tive oportunidade de conhecer por não se encontrar no terreno. A esta equipa junta-se o "*Senhor*" Henrique um senhor na casa dos 50 anos, alto e que a princípio não falava muito, recorro de um dia me dizer "*Eu comecei no projeto [nome do projeto]. Fui contratado para conduzir a carrinha*" (Henrique, conversas intencionais). Foi interessante observar o papel dele durante as nossas idas à família, tanto pelo seu papel social de género em relação a aspetos culturais da família (as mulheres da família usariam o *hijab* na presença de homens que não conhecem o que não aconteceu neste caso) como pela curiosidade e participação que ia fomentando, estando mais aberto a compreender e respeitar indivíduos com afiliações culturais diferentes das nossas. Este facto foi decorrente da interação e incentivo de uma das suas colegas de trabalho. Esta colega é Clara "*educadora Social, fiz o projeto aqui na [nome da associação] depois fiz um estágio profissional também aqui na [nome da associação] e aqui estou, mesmo a trabalhar contratada (...)*" [Clara, educadora Social, entrevista realizada no dia 23 de novembro 2022]. A Clara revelou-se uma peça essencial para este projeto, não só pelo conhecimento prévio que detém do terreno e da intervenção, mas pela disponibilidade e acolhimento que teve comigo. Nos primeiros meses de saídas de campo, ela é que fazia a ponte com a associação e a família, e constantemente mostrava-se interessada e disponível a receber algumas propostas e reflexões que iam surgindo.

Todas as quartas-feiras, dia previamente combinado para os acompanhar, o ponto de encontro era quase sempre na sede da associação,

*“Saímos pelas 16h, um pouco mais tarde que o habitual e dirigimo-nos à sede da associação para apanhar alguns alimentos para formar os cabazes alimentares. A Clara entra freneticamente e vai colocando, aparentemente, de forma aleatória os alimentos nas caixas. Pergunto-lhe se têm alimentos certos para levar, e diz-me que é para ir colocando consoante vou vendo nas caixas. Reparo num pacote de gelatina e aponto para ele, ela questiona-me “será que tem proteína animal?”. Carregada a carrinha partimos para [local omitido] com o Senhor Henrique a conduzir a carrinha, é a primeira vez que vou com eles. O ambiente na carrinha é de muita galhofa e convívio entre todos, parecem dar-se muito bem. Queria aproveitar o tempo para fazer algumas perguntas sobre a família, mas não quis interromper. Ouço a Luísa dizer, “Vá devagar, Senhor Henrique. Quando eu for para casa vai ter saudades minhas”, “Quando fazes anos, Raquel?” diz a Clara, “És Capricórnio”, soltou o Senhor Henrique.” (Excerto de nota de campo, 22 de março 2023, Porto)*

Uma grande parte do projeto passou-se nestas viagens até à casa da família. Inicialmente, poucas, mas significativas, viagens na carrinha da associação com toda a equipa, e depois, posteriormente, no meu carro, e muito pela minha insistência em manter uma regularidade na presença, com a Clara, quando percebi que a intenção por parte da associação seria de termos *visitas* mais esporádicas.

A primeira avaliação do contexto deu-se precisamente por esta relação que foi sendo construída, e pela abertura da Clara, cada vez mais evidente nas nossas conversas intencionais. Nestes trajetos, entre conversas sobre o nosso percurso profissional e uma partilha sincera do que significou uma aluna tornar-se técnica no mesmo contexto, a interação entre as duas foi crescendo e a confiança para partilharmos os desafios que surgiam, e que gostaríamos de ver mudados, foi ganhando espaço. Com ele, os primeiros problemas identificados: *“o financiamento não pressupõe o pagamento de uma equipa técnica (...) não pressupõe contratação”* levando-nos a pensar na carência de recursos humanos nas EA alocados especificamente ao PR (D1), *“(…) no início só estava eu portanto, (...) como estou em mais dois projetos (...) tinha aqui no fundo que me dividir em três para conseguir estar com as famílias (...) felizmente entrou mais um elemento a e eu consigo pronto estar mais tempo nos outros projetos”* (Luísa, excerto de entrevista realizada no dia 23 de novembro de 2022). Este desafio, na perspetiva da ET, é o que leva à realização de uma intervenção mais mecanizada e espaçada durante o programa. Os técnicos referiram a importância da relação de proximidade e de confiança, mas devido à falta de financiamento à contratação de recursos humanos, tornava-se um objetivo difícil de alcançar: *“ela [Luísa] já está*

*mais presente na questão da proximidade eu sou principalmente, quando são assuntos mais chatos de falar e assim, portanto, eles têm esta consciência de que existe aqui uma separação (...) eu mais a coordenação e a Clara, mas não é isso que faz influência depois no trabalho com as famílias".* (Luísa, excerto de entrevista realizada no dia 23 de novembro de 2022).

Apesar do esforço identificado, ao contrário do que estava previsto inicialmente, a associação não previa visitar a família todas as semanas. Inclusive em conversas intencionais percebi que a perspectiva era a de que *"quanto mais nós viermos aqui menos eles criam autonomia"* [Conversas intencionais]. À data da realização deste projeto a EA não acolhia só uma família e a perspectiva era a de aumentar o número de acolhimentos. Ora, uma assistente social e uma educadora social não são suficientes para realizar uma intervenção próxima e numa perspectiva de construção de relações de confiança, estando a acolher mais de três famílias. No âmbito do PR estavam a acolher três famílias (Faizullah, e mais outras duas, sendo uma delas um grupo de jovens adultos). Todas tinham passado por período variáveis de dois a três anos, no primeiro país de acolhimento, a Turquia. *"Eles aguardam na Turquia e enquanto isso a vida deles está parada, em pausa. Já imaginaste o que isso é?"* (Luísa, conversas intencionais). Segundo Santinho (2013), estas pessoas ficam limitadas na sua ação porque vivem processo marcados pela "espera", adquirindo um "caráter político e dela são vítimas todas as populações que dependem economicamente das ajudas dos sistemas estatais" (Santinho, 2013, p.25).

Quando questionados sobre o objetivo de acolher famílias ao abrigo deste programa as respostas não são claras, mas a desmotivação face à falta de recursos humanos e o excesso de trabalho alocado a outros projetos da associação, não sendo apenas uma associação dedicada ao acolhimento de migrantes, era notória. Em certa medida, este desabafo era uma crítica à forma como se organizavam nesse sentido. Mesmo assim, o discurso por parte da associação sempre foi o de primarem por essa proximidade e construção de relações de confiança. Identificamos um discurso contraditório em relação a este aspeto, mas, no entanto, não posso deixar de mencionar que existe um esforço por parte da ET para colmatar essa limitação, *"os técnicos acabam por ser as primeiras pessoas com que eles contactam e as primeiras pessoas com que eles podem ter estas experiências no novo país, portanto, nós tentamos fazê-lo (...)"* (Luísa, conversas intencionais a propósito de organizarem passeios e visitas a locais da cidade).

Este desafio levou-nos a refletir sobre outro aspeto, apenas identificado pela Clara, em conversas intencionais. A culpabilização e responsabilização do sucesso do PR depositados nos sujeitos das famílias (D2), reconhecendo, em vários momentos, que a perspetiva por parte da maioria dos profissionais é a de que, o insucesso da integração e autonomização das famílias, se dá por falta de motivação das mesmas, acrescentando ainda, a ideia de que estes são exigentes em relação ao acolhimento e condições que recebem. Este desafio centra-se com a necessidade de desconstrução de preconceitos associados a uma desinformação. As famílias que a EA acolhia, à exceção da família Faizullah de origem afegã, são de origem iraquiana, República árabe da Síria. Em conversas com a EA foi possível perceber um pouco a perceção e experiência que foram adquirindo desta diferença cultural: "*São culturas próximas em alguns hábitos culturais, como a língua [árabe] e o islamismo*" [Luísa, conversas intencionais]. "*Embora tenham dialetos diferentes, no caso dos Faizullah falam farsi, não é? Nunca entendo bem. Francês entendo bem e falo com eles*" [Clara, conversas intencionais]. "*no início eu não ia, havia uma família que tinha um homem que não deixava mais ninguém falar. Não gostavam da minha presença, mas esta aqui são diferentes, são mais sorridentes, simpáticos. Foi a primeira vez que comi à mesa com eles*" (Sr. Henrique, conversas intencionais). "[sobre a questão, com o Sr. Henrique usavam o hijab?] *não, eu acho que é porque confiam nele e são um pouco menos rígidos. Nas outras ele não ia até casa deles*" (Luísa, conversas intencionais). No entanto, em relação a outros aspetos as diferenças acabam por afetar os objetivos de integração e autonomização, "*Tivemos uma família que o pai não queria que a mulher trabalhasse, mas nós explicamos que aqui em Portugal ambos precisam de o fazer. Os Faizullah foi diferente, o pai queria logo trabalhar. É muito diferente, uma atitude diferente e que muda tudo*" (Luísa, conversas intencionais).

O emprego, ou obtenção do mesmo, foi um assunto mencionado diversas vezes como um dos objetivos principais, por parte da ET, mas também por alguns elementos da família. No final dos 18 meses, e com o objetivo de alcançarem a autonomização, o emprego é uma componente necessária para conseguirem pagar uma renda de habitação e restantes despesas. Referiram muitas vezes as expectativas por parte das famílias: "*ah disseram-me que em Portugal arranjávamos emprego em 2 dias*" (...) *em Portugal isto não acontece. É criado se calhar aqui um cenário mais positivo, o que há no país*" (Clara, conversas intencionais). Esta dimensão depende

de diversas estruturas: *“mesmo a nível do emprego já tivemos famílias (...) ingressam no programa no incorpora, por exemplo, enquanto às vezes trabalhamos com o IEFP, outras vezes somos nós próprios, outras vezes trabalhamos com empresas de trabalho temporário. Vamos tentando consoante as necessidades das famílias também encontrar parcerias que nos sejam úteis.”* (Clara, excerto de entrevista realizada no dia 23 de novembro de 2022).

Além disso, o acesso a estes vários serviços e outras entidades está pendente de prazos e respostas que, por vezes, tendem a chegar. No caso da obtenção de emprego existe um grande fator, essencial à sua concretização, que se prende com a regularização da documentação e validação de habilitações. A Luísa referia muitas vezes, com uma certa revolta: *“18 meses parece muito, mas não é, para tudo aquilo que eles necessitam fazer e obter. Nós técnicos temos de trabalhar com uma rede de entidades e por vezes, não obtemos resposta. Ligamos para tratar do curso de língua, não obtemos resposta. Ligamos para a validação das cartas de condução, não obtemos resposta. São meses de espera que causam constrangimento à autonomização (...) Acho que alguns serviços não estão preparados”*. Este desafio levou-nos a querer, em conjunto, que existe morosidade nas respostas sociais face às necessidades apresentadas (D3).

Ainda, em conversas com a Clara acabamos por refletir que, além da morosidade e falta de respostas sociais, sentiam que muitas das necessidades que eram colocadas pela família acabavam por não ter resposta imediata e terminavam esquecidas perante a falta de um plano mais concreto de intervenção, levando-nos a olhar à falta de diretrizes e ausência de planeamento sobre os objetivos a alcançar com o PR (D4). Tornou-se imperativo avançar para um conhecimento mais aprofundado dos sujeitos que, além da EA, participam e refletem sobre o PR, e que me levou à parte fulcral deste projeto: a construção de uma relação de proximidade com a família acolhida.

## 1.5. FAMÍLIA FAIZULLAH

O primeiro contacto com os Faizullah deu-se no dia 15 de fevereiro de 2023. A reunião presencial anterior com a EA e parte da sua equipa alocada ao PR permitiu-me saber, através da escuta das suas conversas, que era uma família afegã, estava cá através do Programa de Recolocação e

tinham vindo do Paquistão e posteriormente, Turquia, onde lhes foi reconhecido o estatuto de requerente de asilo. Daí vieram para Portugal. Estavam cá fazia, nessa altura, um mês. A família tem um agregado de dez pessoas, um casal mais velho de idades compreendidas entre os 50 e os 60 os, três filhos de maior idade, duas mulheres e um homem, e cinco netos, de idades entre os 16 e os 5 anos. Vim a perceber, no decurso das minhas idas ao terreno, que têm mais um filho que não se encontra em Portugal, estando ainda no Paquistão aguardar a possibilidade de um reagrupamento familiar. Dessa forma, considerei essencial descrever o primeiro dia de contacto com eles. Embora longo, foi neste dia que conheci a maioria dos membros dos Faizullah e pela primeira vez, observei a dinâmica de intervenção da ET.

*Cheguei ao bairro [local omitido], através do alfinete de localização enviado pela Clara no whatsapp. É o local onde se situa o apartamento arrendado da família. São 16h, estaciono o carro num complexo de edifícios antigos distribuídos por blocos. Os prédios são de uma cor amarelo-torrado bastante antigos e um pouco degradados por fora, na rua não consigo ver ninguém, apenas um morador que passa em frente ao meu carro e me olha. Aguardo pela chegada da Clara e da Luísa, técnicas na [nome omitido]. Vejo uma carrinha aproximar-se conduzida por um senhor, que mais tarde venho a conhecer como Henrique, o motorista da associação. Aguardo pelas indicações da Clara. Passados uns 2 minutos chega um senhor de cabelo grisalho e dirige-se à carrinha, junto dele encontra-se uma mulher mais nova com três crianças. Deixo-me ficar no carro porque não sei se é o melhor momento para me apresentar. A Clara liga-me e diz-me que vamos à escola tratar de uns assuntos “Queres seguir-nos até à escola? Não temos é espaço para ti na carrinha”. As três crianças e a mulher entram na carrinha. Arrancam, e eu sigo a carrinha o mais rápido que posso para não os perder de vista” (Excerto nota de campo, 15 de fevereiro de 2022, Porto).*

Foi possível identificar a dificuldade que as técnicas tiveram em encontrar a escola certa. A informação, até para os técnicos, não é clara e cria, na maioria das vezes, um constrangimento durante a intervenção, levando-nos a pensar, mais uma vez, na falta de diretrizes ao longo do PR, mas também na ausência de um diálogo entre a rede social, que se reflete em desinformação para os sujeitos abrangidos pelo PR (D5), que vai acontecendo a par com relações informais que os técnicos vão nutrindo: “(...) cada um por si, as entidades não falam, não comunicam, não há uma ligação, não há partilha. Nós estamos aqui para o mesmo” (Luísa, excerto de entrevista realizada no dia 23 de novembro de 2022). Esta partilha prendeu-se com um momento em que conversávamos sobre as dificuldades inerentes à intervenção da ET.

Vamos em direção a um Jardim de Infância/ 1º ciclo onde, aparentemente, as crianças mais novas da família foram previamente matriculadas:

*“Chegamos, após nos perdermos pelo caminho, a uma escola grande. Aproveito para me dirigir até à carrinha. A Clara cumprimenta-me rapidamente e vira-se para os membros da família que se encontram no banco de trás, e diz, em inglês: “Guys, this is Raquel. She work with us”, a mãe das crianças dirige-se a mim e com um sorriso no rosto diz-me “Hello! How are you?”. Achei curiosa a pergunta, enquanto me pareceu um pouco confusa porque de seguida apontou para as crianças e voltou a apontar para mim questionando a Clara se eu iria trabalhar com eles” (Excerto nota de campo, 15 de fevereiro de 2022, Porto).*

A Laila é, assim, o primeiro membro da família que conheço. Uma mulher nova, aparentemente na casa dos 35 anos. Nesse dia, quando a conheci, usava um lenço azul clarinho na cabeça enrolado à volta do pescoço. Fala inglês, embora com algumas dificuldades em expressar-se. É uma das filhas mais velhas da família. Formada em jornalismo, assumiu desde cedo o seu papel como mãe de cinco filhos. No primeiro contacto que tivemos percebi que me associou à escola e, por isso mesmo, ao cuidado dos seus filhos. Mais tarde percebeu que não, mas a nossa ligação manteve-se. Ainda na visita à escola:

*À entrada da escola já nos espera a Olívia diretora de uma das escolas. Ao nos cumprimentar a mesma solta com entusiasmo – “BEM-VINDOS!”, por entre alguns comentários consegui ouvi-la dizer “isto é preciso muita coragem” apontando para a mãe e as crianças. Vamos diretamente até à entrada da escola, a um pequeno balcão de secretaria e a Olívia indica que talvez fosse interessante ir mostrar a escola às crianças. A Luísa indica que não sabe se as crianças vão querer ir sem a mãe, mas que esta poderia acompanhá-los na visita comentando que seria ela própria a tratar de toda a parte administrativa, visto que a mãe não fala português. Pede que deixem os documentos e a Clara traduz em inglês, o que eles iriam fazer. Não os quero perder de vista, nesta fase interessa-me conhecê-los, aproveito a deixa perguntando à Clara se não seria bom eu acompanhá-los na visita, a esta concorda e a Olívia diz, “sim, assim pode ajudar na tradução”.(Excerto nota de campo, 15 de fevereiro de 2022, Porto).*

As questões mais burocráticas são automaticamente direcionadas aos técnicos. Sem questionar, foi a assistente social da associação que se dirigiu à secretaria indicando que iria ser ela a tratar da documentação necessária às crianças, tendo em conta que a mãe não fala inglês. É comum, para facilitar os processos mais burocráticos e de obtenção de documentação, que se retire a autonomia dos sujeitos durante o programa (D6):

(...) o/a migrante é tomado por recipiente passivo da ação caritativa e do olhar classificatório de outrem. Prisioneiro/a de uma precariedade que não lhe permite ser dono/a de si mesmo/a, da sua vida, da sua própria definição, o/a migrante não sonha, não projeta, não deseja e não vive (Monteiro, 2022, p.58 – 59).

Durante a visita, é perceptível a confusão de Laila e, à medida que vamos avançando ao longo dos corredores, vai-nos inundando de perguntas sobre o funcionamento deste sistema escolar. Esta visita revelou-se muito importante para o conhecimento e análise da realidade, mas foi também

um reconhecer de uma realidade que não estava à espera de encontrar – a fragilidade emocional e stress pós traumático em que se encontram estas pessoas (D7):

*Entramos numa das salas destinada a uma das crianças. A Laila faz-me perguntas apontando para um deles e para os quadros da sala. Não consigo compreender o que me pede, e a diretora da escola tão pouco. Olham as duas para mim aflitas. A Laila diz-nos que perdeu o marido devido aos Taliban e que é viúva com cinco filhos. Diz-me, em inglês, "I'm mother and father", e começa a chorar. Não sei o que fazer. A diretora da escola diz "estamos cá para ajudar" e eu, num gesto inconsciente, abraço-a e digo "um dia de cada vez", sabendo o quão vago é este meu comentário neste turbilhão de emoções. (Excerto nota de campo, 15 de fevereiro de 2022, Porto).*

A rede escolar é um dos aspetos basilares de integração de vários elementos das famílias. Nesse sentido, a comunicação torna-se um desafio, por parte de quem acolhe e de quem chega. Neste caso, o único meio de comunicação é através da língua inglesa, mesmo sendo notória a dificuldade por parte da maioria dos elementos da família. A Laila pedia desculpas várias vezes durante a tarde por não falar tão bem inglês, e as crianças não falam inglês.

*Seguimos pelos corredores da escola. Edifício agradável, coberto de azulejos beges, mas com diversas cores que saltam à vista pelos desenhos e trabalhos expostos no corredor: letras, números, flores e outras figuras. No meio, janelas grandes de vidro dão para um parque infantil. Parece-me uma estrutura nova, muito bem organizada e com condições excelentes. (...) Fomos diretos ao primeiro andar e pelas indicações encontrávamo-nos no andar do infantário e creche, no pré-escolar, destinada à filha mais pequena de cinco anos. A Laila pergunta-me, em inglês "Him and he together? Understand?", a Olívia ficou confusa e uma vez mais, eu sirvo de tradução. Pergunta se os filhos mais velhos iriam poder ver a irmã mais nova. Utilizei as minhas mãos para que percebessem bem que eles iriam ficar "together". A Laila traduziu às crianças noutra língua, creio que o Farsi, língua do seu país de origem, informação que recolhi anteriormente. Visitamos as várias salas, casas de banho, cantinas e outros espaços comuns que vão surgindo. A diretora aponta para um desenho na parede com uma pequena boneca e a palavra "Sorriso" e diz, "A good smile! Yes?". (Excerto nota de campo, 15 de fevereiro de 2022, Porto).*

Observo a delicada e preocupada forma como esta profissional reage em todo o processo. Desde o início faz questão de os receber e acolher, mesmo com as dificuldades comunicacionais. É importante perceber que a escola é todo um sistema composto por diversas figuras, nomeadamente docentes, discentes e assistentes operacionais e técnicos, e que a integração plena destas crianças depende, em grande medida, da mudança de atitude das instituições:

*A diretora da escola encontra duas funcionárias no corredor e diz, "São do Afeganistão. Vão precisar muito da nossa ajuda. Vão precisar de muito carinho". A caminho do pavilhão desportivo vejo uma parede que tem um alfabeto pintado e penso que é uma estrutura ideal para saber o nome dos mais pequenos, questionando-lhes qual será a primeira letra dos seus nomes (Excerto nota de campo, 15 de fevereiro de 2022, Porto).*

“A-M-A-N”. O pequeno Aman tem nove anos, não fala português e muito pouco de inglês, é tímido, mas arisco como um rapaz da sua idade. Ao seu lado ouço “Z-A-L-M-A-I”, o irmão caçula de 6 anos, são muito parecidos e questionam-me logo onde é o campo de futebol “*Futbol*”, é fácil conquistar-lhes o interesse quando falamos do “*best player in the world*”. Ao longe com um sorriso de orelha a orelha e de mão dada com a Laila ouço a “A-Z-I-Z-A”, a mais nova da família. Com apenas 5 anos, a Aziza é a única que já diz algumas palavras em português, mais precisamente “*um, dois, três*”, que vai aprendendo com as crianças do Centro Comunitário vizinho. Embora as crianças desta família não tenham feito parte direta das ações deste projeto, elas são um ponto de ligação para muitas necessidades que a família apresentou e permitiu-nos conversar sobre a importância do acesso à educação como uma medida indispensável para a concretização de outros direitos, de forma a poderem lidar com dificuldades e traumas que o percurso migratório lhes possa causar (Vaz Ferreira, et al, 2023). No caso dos irmãos mais velhos, ainda não apresentados, embora já atingida a maioridade, a estadia prolongada num primeiro país de acolhimento reflete-se em longos períodos de pausa na formação académica e, chegados ao país de recolocação, Portugal, a probabilidade de estudarem novamente anula-se face às necessidades económicas sentidas. Voltando aos Faizullah:

*A visita foi interrompida por uma chamada da Clara. Percebo que estão com pressa para ir embora e apressamo-nos logo para a terminar. À saída da escola comento com a Luísa sobre as várias questões que a Laila fez sobre o funcionamento da escola. Horários, refeições, material escolar. A Ana comentou comigo que eles recebem o apoio e que são eles que “têm de gerir isso (...) algumas escolas oferecem material”. Entramos novamente na carrinha e eu no carro e seguimos até o apartamento dos [nome da família]. Chegamos ao bairro e o Hakim já nos espera à porta do prédio (...)* (Excerto nota de campo, 15 de fevereiro de 2022, Porto).

O Hakim é aquele a que chamamos do patriarca da família, um homem alto, moreno, cabelo grisalho, tem 66 anos, quatro filhos, e seis netos. Ao longo da sua vida no Afeganistão passou por diversas funções profissionais, uma loja de venda de sapatos, professor de matemática e, mais recentemente, o investimento na sua formação como engenheiro civil, tendo trabalhado em diversos projetos na área da construção. Desde o primeiro dia que nos conhecemos foi o único que se atreveu a falar em português. Aliás, na primeira vez que o conheci soltou um agradável “*Boa tarde! Como estás?*”, e a partir daí percebi que tinha todo o interesse em aprender a língua. As vezes que os visitava fazia-se acompanhar sempre de um pequeno bloco de notas e mostrava-me orgulhosamente, as frases e as expressões que aprendia do português do Brasil, através do

*Youtube.* Quando o conheci, o Hakim aguardava pela abertura de uma turma de aprendizagem do PLA e até à data das últimas visitas e escrita deste relatório, essa turma e curso nunca abriram, levando-nos a refletir sobre o desafio da aprendizagem face à não abertura de cursos de aprendizagem da língua portuguesa suficientes que se adequam às localidades, maiores ou menores, com menos ou mais densidade populacional estrangeira na mesma situação (D8).

O Hakim é casado com a Fariba, a matriarca, mãe, avó, cuidadora da família. Tem 63 anos, e foi professora no seu país de origem. A Fariba não fala português e muito, mas muito pouco de inglês, a nossa comunicação era maioritariamente traduzida pelos filhos, ou, mais tarde, por gestos e expressões que fomos inventando. Desde o primeiro dia que a sua preocupação era receber-nos em sua casa. Os dois são o casal pilar da família de dez elementos, pai e mãe, quatro filhos, três deles a viver em Portugal, e seis netos, um deles ainda no Paquistão.

*Chegamos a casa dos Faizullah. O prédio não tem elevador. Lançamo-nos a subir o vagão de escadas que é motivo para mais uma piada sobre não precisarmos de ir ao ginásio naquela semana. À medida que vou subindo vou percebendo que as portas das casas e os corredores à volta se enchem de plantas e pequenos azulejos escritos com o nome das famílias de moradores, tipicamente portugueses. A porta do apartamento é no último andar, e quando chegamos alguém nos espera. Uma mulher cumprimenta-me com um abraço e penso ser a Fariba, ao seu lado está um rapaz na casa dos 20, o Hamza, filho mais novo, e sentada no sofá a Mariam, filha mais nova dos Faizullah. Na sala de jantar existem dois sofás grandes de pele castanha, uma janela com vista para o mar lá ao fundo e para o bairro que circunda o prédio, uma pequena televisão a cabo, antiga, e uma mesa com 6 cadeiras. A Fariba diz-nos imediatamente "sit, sit" apontando para a mesa de jantar. Olhando para a Clara e a Luísa e percebendo logo o seu comportamento imediato, sento-me repetindo um pouco aquilo que faz. Surge um rapaz mais jovem, o Omar, cumprimenta-me com dois beijinhos e segue para o quarto, é filho da Laila e de seguida uma jovem, a Khadija, que me cumprimenta também e senta-se no sofá. A Fariba e a Mariam surgem com pratos nas mãos - pataniscas de legumes e um pão achatado. São 16h, eu não tenho fome, mas seguindo os passos da Clara e começo a comer o que tenho no prato. A Fariba aponta para um molho picante e faz um gesto imitando o sofrimento de algo que arde, e mal eu acabo as 3 pataniscas, ela volta a encher o prato, mesmo eu dizendo "não, não". Ri-se para mim, e eu continuo a comer. Nenhum membro da família come connosco, mas percebo que ficam sentados à espera. A Luísa retira uns papeis da bolsa e coloca-os em cima da mesa, e entendo, que ali, à mesa, é onde se inicia a intervenção semanal da associação." (Excerto nota de campo, 15 de fevereiro de 2022, Porto).*

## 2. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

### 2.1. ORIENTANDO-ME, TANTO QUANTO POSSÍVEL, PELA IAP

Estaria a mentir se a primeira a coisa que tivesse pensado no início deste projeto tivessem sido, ordenadamente, as palavras “Investigação- Ação participativa”. A dificuldade em respeitar a ordem das palavras levaram-me a recusar, inicialmente, todo e qualquer tipo de planeamento que, a meu ver, interpretei como fazendo parte desta metodologia. Questionava, sobre um ponto de vista de “fazer projeto” o que era isto de investigar, agir e participar – e principalmente, onde e como se elencavam (ou descreviam) as necessidades, os problemas e os recursos que se iam expondo. Peço, desde já, desculpa pela ousadia nas palavras, mas de certa forma o MEIS desafia-nos a sermos um pouco rebeldes pelo constante desafio à reflexão crítica sobre práticas emancipatórias, transformadoras e ações de luta em relação a situações de injustiça, contrárias a uma atitude de comodismo presentes em muitas práticas sociais e que reforçam a condição de oprimido (Mendes, 2022).

Foi, mesmo assim, necessário acalmar um pouco a ansiedade questionadora e confiar no processo em que nos envolve esta metodologia, e arriscando dizer, orientando e tornando-a minha, a esta investigação, tanto quanto possível inspirada pela IAP, sem necessariamente me preocupar se estaria a investigar – agir – participar na ordem correta. Em projetos mais convencionais, que se faz muito na própria academia existe a tendência de separar as fases – a análise da realidade e dos dados, a caracterização, o plano/desenho e o desenvolvimento – ação. Como se primeiro estudássemos e depois viesse a intervenção. No entanto, notei uma necessidade de desconstruirmos essa fragmentação. O momento em que nos encontramos a *caracterizar*, estamos também a *agir*, pelo menos na construção de um grupo. Portanto, é um *work in progress*, tal como contar uma história, diria eu. Nesse sentido, a dimensão da narrativa pareceu-nos essencial admitir. As relações humanas e das pessoas dão-nos um enredo que é muito mais de romance do que algo que é estático. Neste caso, vou contar uma história que por sua vez, tenho uma perspetiva sobre ela, e ao mesmo tempo faço parte Não é a toa que a pesquisa

biográfica caminha ao lado de uma investigação participativa e que através de um caminho que é co construído com determinados sujeitos, seguem “conforme os casos, e a diferentes graus, objetivos individuais e coletivos de formação, de valorização dos recursos e das potencialidades, de produção e partilha dos conhecimento, de emancipação, de poder e de ação, de transformação social e política” (Mombberger, 2015).

Aliando um espírito um tanto quando rebelde a minha dificuldade encontrava-se na pena de transformar o projeto num plano ondeoubessem todas e necessárias faces da metodologia, tal como uma “receita”. Foi nesse momento, que a IAP, também ela rebelde na medida que questiona paradigmas mais tradicionais através de pressupostos como a participação e reflexão, torna-se mais clara e essencial à construção e desenvolvimento de um projeto. Num processo onde todos/as se envolvem e passam a (se) conhecer e (se) compreender, e de forma participada, caminham na identificação de desafios, necessidades, mas principalmente, a par com uma atitude positiva, olha os seus recursos, capacidades e potencialidades.

A IAP é no seu sentido mais puro, democrática e que palavra tão bonita. Porque reforça a participação, concretizando “uma das linhas de força de democracia” e reabilitando e dignificando contextos onde se inserem, frequentemente, “desvalorizados e apagados” tornando-os “visíveis e atuantes” (Monteiro, 2019). Este é o poder transformador de se fazer projeto a partir de uma perspectiva *participativa*. Assim sendo, a IAP como um método de investigação que tem por base a participação ativa dos sujeitos como forma de produção coletiva de conhecimento e ação, o menos hierarquizada possível, ela tem o objetivo de compreender e transformar a realidade em que vivem estes sujeitos, tal como reforça Lima (2003).

Por isso mesmo, entre reflexões e orientações tutoriais que, ao corresponderem à minha rebeldia, me acalmavam a dúvida sobre a necessidade de esquematizar tabelas e planos, deparo-me com a essência daquilo que a IAP tem na sua base: o *amor*. Monteiro (2019) traz-nos a reflexão de Dacosta (1990) quando se refere à preferência de um sentimento de “paixão” em relação à *metodologia de projeto*, denunciando “contradição em que desde sempre se rendeu a inquietação em torno da metodologia e da necessidade metodológica: a exigência de uma receita (...) que sirva

a qualquer situação e que caiba em qualquer contexto.” (Monteiro, 2019, p.66), tendencialmente, com a possível substituição dessa mesma emoção por “conjunto de comportamentos antecipados e tipificados numa tabela ou relatório” (idem). O autor (2019) ainda acrescenta considerando Freire (2018): “*Sem paixão, ou, em sentido freiriano, sem o amor como elemento fundamental, não há educação, não há projeto, já que é por aí que se passa da relação instrumental para o face-a-face e do processo de dominação para o diálogo (sd)*”. A este conceito de *amor freiriano* está associado o desejo de transformação e libertação emancipatória, e de escuta, foco principal.

Assim sendo, ao mergulhar na literatura adequada encontro nas palavras algo que explica como a IAP só acontece pela interação dos sujeitos com o investigador, “fazendo ambos parte da realidade e sendo ambos essenciais para a produção do conhecimento e para a intervenção” (Lima, 2003; Santos, 1987 citados por Santos & Bertão, 2020) na medida em que,

ser sujeito, ou tornar-se Sujeito, implica vencer obstáculos (concretos e imaginários), isto obriga a superar a visão ingênua e espontânea da realidade cotidiana para desenvolver a criticidade, salvaguardado o seu direito de ser singular, diferente dos demais. Na mesma medida, ser sujeito é ser eticamente voltado à vivência da relação e da equidade, dado que a incompletude humana exige a construção com o outro, com os outros. (Mendes, 2018).

Concluo, nesse sentido, que aliada a uma emoção em, observar, no terreno, e controlando o receio de não passar por todas as fases que a metodologia aconselha, abandonei toda e qualquer checklist de pressupostos metodológicos centrando-me na ideia de que, aplicada aos projetos de investigação, ela se vai incorporando através de um processo participativo da nossa parte. Observar é participar, ou participar é participar? Para a entendermos temos efetivamente de participar, quero eu dizer, considerando as duas indissociáveis, portanto, ao observar estarei igualmente a participar, reforçando a minha interferência no terreno e olhando a metodologia como um “modo de procurar entender o mundo para nele melhor se viver, para que possa constituir moradia confortável de tudo quanto nele existe” (Lima, 2003, p.306).

## 2.2. ESCOLHAS NO TERRENO: OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE, CONVERSAS INTENCIONAIS E ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Se a investigação que decorria implica um olhar dentro e aprofundado, mas também participado, era inevitável a não utilização de uma ferramenta como a observação participante. Este método qualitativo privilegiado pelas ciências sociais, nomeadamente, disciplinas que trabalham com a etnografia, tais como, Antropologia, Sociologia, Filosofia e Educação. indica-nos que o investigador deve participar na vida quotidiana de um determinado contexto social e registar as suas experiências e observações (Coffey, 2006).

No entanto, desde o final do século XIX, que esta ferramenta suscita discussões que nos levaram a mudanças significativas no modo como se praticava e se refletia a observação. Até então, a “ciência tradicional” indicava que os investigadores não se deveriam *misturar* com as pessoas e o contexto que estudavam. A *observação participante* nasce dessa crítica à pesquisa que se fazia dentro do gabinete, sem se conhecer, ver, ouvir e estar no contexto. Esta ferramenta tem no trabalho de Malinowski (1992) uma reflexão que viria a ser fundamental até aos dias de hoje, através do trabalho que realizou de observação direta com os habitantes do Arquipélago de Trobriand, na Nova Guiné onde sistematizou os fundamentos do método, por entre o seu diário de campo, viagens de canoa e a relação com a comunidade.

As minhas viagens de canoa revelaram-se viagens de carrinha com a ET da entidade que decidi conhecer e como tal, permitiram-me um papel participante na ação que levam a cabo junto de uma família acolhida ao abrigo do PR, aproximando-me de um conhecimento da realidade o mais holístico quanto possível. Nesse sentido, utilizei um diário de campo, instrumento imprescindível para o/a investigador/a que nos permite descrever as experiências vividas e as observações ao mesmo tempo que se participa de uma forma intensiva no contexto (Robert Emerson et al, 2011). Nele, registei notas de campo, seguindo as coordenadas de “Como? Onde? Quem? Porquê?”.

Ainda sobre o legado de Malinowski (1992) e pela primeira vez, após a publicação dos seus diários, foi possível ter acesso a um lado do investigador nunca antes descrito ou validado. Neste caso, não apenas sobre o seu olhar descritivo como observador e investigador dentro da academia, mas também os seus medos, desejos e preconceitos. Concluo, pensando na *observação participante*, como um método capaz de nos abranger em diferentes sentidos e formas, porque o assumimos, inevitavelmente, com o nosso lado mais humano. Por essa razão, foi importante manter, ao longo do texto, excertos do meu diário de campo e de discursos diretos dos interlocutores com quem me fui cruzando, com pouco tratamento da escrita, garantindo o anonimato dos interlocutores e de forma a retratar o contexto e as emoções do momento, e ilustrando aquilo que Clifford (1986) contradizendo o argumento de que certos modos expressivos são considerados subjetivos e retóricos a uma “não ciência”, e incentivando a uma escrita mais poética, também ela descritiva, precisa e objetiva.

Desta experiência, destaco ainda *conversas intencionais* que tive com os dez elementos da família, as duas técnicas responsáveis e um trabalhador da EA e todas as pessoas que me permitiram conversas informais significativas desde o início do projeto. Todos os nomes foram omitidos por questões de segurança tendo sido substituídos por nomes fictícios.

De forma a aprofundar o conhecimento sobre o PR procedeu-se a uma primeira fase de análise de realidade através de *entrevistas semiestruturadas* realizadas a profissionais, técnicos e voluntários que se encontravam a acolher famílias ao abrigo do programa. Nesse sentido, foram realizadas cinco entrevistas, a sete profissionais de intervenção, nos locais de trabalho profissional e uma, via plataforma *ZOOM*. *Todos os nomes envolvidos nas entrevistas foram omitidos sendo substituídos por nomes fictícios*. O ato de entrevistar dá-se a partir de um contacto direto do/a investigador/a com o/a entrevistado/a facilitando um espaço onde os mesmos podem, de forma mais ou menos diretiva, manifestar a sua opinião sobre determinado assunto, de forma mais ou menos, conduzindo, garantindo assim, um sentido de autenticidade e profundidade e sendo utilizado para que se possa analisar de que forma os sujeitos analisam e dão sentido às suas práticas e acontecimento aos quais são confrontados (Quivy & Campenhoudt, 2005).

## 2.3. DESAFIOS IDENTIFICADOS

Nos encontros, conversas e observações, foram vários os desafios que, de uma forma mais objetiva ou subjetiva, foram surgindo. Alguns deles trazidos por mim e redignificados por parte da ET, em harmonia com alguns membros dos Faizullah. Em alguns momentos e fruto de uma dificuldade em reunir com a ET os desafios identificados foram tendo uma abordagem mais centrada nas reflexões que surgiam da observação participante, tentando ao mesmo tempo que se mantivesse um entendimento de diálogo, partilha e ação. Nesse sentido, a educadora social Clara foi uma peça chave para que os desafios que iam surgindo das reflexões que tinha pós escrita do diário de campo se tornassem mais claros e abertos a soluções. Optou-se por dividir os desafios em duas direções: os relacionados com a prática profissional dos sujeitos da ET: atitudes, objetivos e intervenção; e os desafios relacionados com a integração da família: desafios identificados do PR.

Explanados de forma mais ampla e enquadrados em situações específicas nos subcapítulos anteriores 1.2 e 1.3, passamos a elencá-los de forma mais reforçada e organizada. À medida que se intensificou o contacto com a ET, emergiram desafios, tais como: carência de recursos humanos suficientes nas EA alocados ao PR (D1); culpabilização e responsabilização do sucesso no PR depositados nos sujeitos das famílias (D2); morosidade nas respostas sociais face às necessidades apresentadas (D3); falta de diretrizes e ausência de planeamento sobre os objetivos a alcançar com o PR (D4). Além de uma identificação de desafios, deu-se também uma identificação das necessidades que a família Faizullah foi refletindo que implicou um olhar mais atento entre um discurso que se apresenta por parte da ET e os convívios semanais com a família Faizullah. Assim sendo, os seguintes desafios são também necessidades apresentadas: ausência de diálogo entre a rede social que se reflete em desinformação para os sujeitos abrangidos pelo PR (D5); ausência de autonomia na tomada de decisões sobre processos burocráticos o PR por parte dos membros da família (D6); fragilidade emocional e stress pós traumático dos membros da família (D7); ausência de recursos à aprendizagem da língua portuguesa essencial à integração no país de acolhimento (D8).



### 3. DESENHO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETO

A finalidade do projeto apresenta-se como a base para a nossa ação, aliada àquilo que gostaríamos de alcançar como projeto, mas também ao que muitas vezes nos coloca em questionamento permanente. A finalidade deve ter, desde o seu princípio, uma intencionalidade. Tendo em conta o que foi percebido no terreno, as necessidades e problemas identificados, definiu-se como finalidade deste projeto: *Promover um acolhimento humanizado, fomentando redes auto-organizadas de discussão, de integração e de ajuda mútua na construção solidária do acolhimento migrante.* Nesse sentido, este capítulo pretende traçar a continuação da análise de realidade e partir disso, co construir um projeto, realizado com a família Faizullah e a equipa técnica de uma EA. Para alcançar esta finalidade foram estabelecidos objetivos gerais (OG) e para cada um, objetivos específicos (OE), que permitiram a construção de ações desenvolvidas. Este capítulo subdivide-se em duas ações: Ação 1 “À mesa”; e a Ação 2 “A intervenção não come com as mãos”. Cada ação é dividida em OG e respetivos OE.

#### 3.1.0 PLANO

<b>Finalidade:</b> Promover um acolhimento humanizado, fomentando redes auto-organizadas de discussão, de integração e de ajuda mútua na construção solidária do acolhimento migrante.			
	<b><u>Objetivos gerais</u></b>	<b><u>Objetivos específicos</u></b>  OE1: O sujeito deve ser capaz de partilhar questões	<b><u>Atividade 1</u></b>  Refeições à mesa com os membros da família

<p><b>AÇÃO1</b></p> <p><b>À Mesa</b></p>	<p>OG1 – Construção relações de proximidade e confiança</p>	<p>do cotidiano com empatia e sem filtros ;</p>	<p><u>Atividade 2</u></p> <p>Conversas intencionais em português, língua do país de acolhimento.</p>
	<p>OG2: Valorizar o reagrupamento familiar na preservação de uma abordagem ética e humanizadora</p> <p>OG3 - Reconhecer e promover a participação dos atores sociais, valorizando as suas experiências, competências e conhecimentos;</p>	<p>OE1: Os sujeitos devem ser capazes de comunicar de forma recorrente e eficaz</p> <p>OE1: Os sujeitos devem recorrer e validar formas de comunicação alternativa;</p> <p>OE2: Os sujeitos devem sentir-se legitimados para refletir acerca da paz e situação política do país</p> <p>OE2: O sujeito deve criar situações de resguardo emocional e afetivo</p> <p>OE3: O sujeito deve valorizar a sua história de vida</p> <p>OE3: Os sujeitos devem perspetivar alternativas de vida e trabalho</p> <p>OE3: Os sujeitos devem ter palavra própria na produção de discurso sobre a sua vida;</p>	<p><u>Atividade 3</u></p> <p>Construção do currículo <i>vitae</i></p>
	<p>OG4: Refletir criticamente sobre dimensões</p>	<p>OE4: Os sujeitos devem desconstruir /considerar as</p>	<p>Atividade 1</p> <p>Conversas intencionais e partilha de reflexões sobre a intervenção.</p>

<b>AÇÃO 2</b>  <b>A intervenção não come com as mãos</b>	institucionais e não institucionais de acolhimento	pessoas para além da mecânica institucional  OE4: Devem reconhecer limitações potencialidades da experiência do acolhimento ao outro  OE4: Os sujeitos devem valorizar relações de proximidade/relação de ajuda no acolhimento migrante	Atividade 2  Criação de um quadro de avaliação do terreno (NÃO ACONTECEU)

*Tabela 1 – Plano de objetivos gerais e específicos do projeto “À mesa”*

### 3.2. AÇÃO 1: À MESA

Após a primeira ida a casa do Faizullah foi claro que a intervenção realizada por parte da EA era influenciada por aquele singelo momento. Ao redor da mesa, onde todos se sentavam em volta de uma refeição preparada pela Fariba discutiam-se assuntos mais burocráticos e não só. Quando a Luísa, assistente social, estava presente, era com ela que as respostas às perguntas que tinham eram respondidas, quando a Luísa ficava no escritório, era com a Clara, de forma mais descontraída e descentralizada, que se resolviam os assuntos. No entanto, o discurso encontrado contradizia aquilo que observava, *“[tentamos] separar inclusive, por exemplo, se estamos à mesa a jantar evitamos tocar em assuntos da parte técnica, portanto, tentamos mesmo que não haja uma confusão de situações e quando temos que ser assertivos e dizer as coisas como elas são e eles respeitarem e acho que se houver estes dois lados se torna mais fácil o trabalho. Isto é a nossa perspetiva”*.(Conversas intencionais). No entanto, com uma visita semanal era inevitável que os assuntos mais burocráticos e urgentes do processo da família Faizullah não surgisse por entre outros assuntos.

Apesar disso, foi *à mesa* onde se construiu uma relação próxima, entre frango frito, sopa de grão-de-bico, douradinhos, muito refrigerante que se abria de propósito para a ocasião e o pão achatado típico afegão, feito pela Fariba. Quando subia aquelas escadas conseguíamos sentir o cheiro de comida acabada de fazer e já sabíamos que nos esperava uma refeição que não podíamos escapar, como me diziam muitas vezes.

Durante o primeiro mês limitei-me, literalmente, a comer. A Luísa e a Clara diziam muitas vezes *"não podes recusar, é falta de educação para a cultura deles"* (Conversas intencionais). Recordo-me do dia que a Fariba me ofereceu uma sopa de grão-de-bico que me foi estranha ao paladar e, quando terminamos, ela olhou para a tigela ainda cheia e fez-me um gesto com a cara entendendo que não tinha sido do meu agrado. Para compensar a minha estranheza ao prato elogiei-lhe em demasia o pão achatado que nos servia, muitas vezes acabado de sair do forno. Disse que queria aprender a fazê-lo. No final dessa refeição, trouxe-me um pedaço de pão embrulhado no jornal e disse-me apontando "mãe", percebi que queria que o levasse para casa.

Noto que me encontro, nos parágrafos anteriores a falar de comida, principalmente, de pão, mas foi necessário perceber, a certo ponto, que aquilo que eu achava que era um projeto que "não avançava" estava na verdade acontecer à frente dos meus olhos, ou por outras palavras, no meu prato. A cada semana naquela mesa, entre conversas intencionais com os membros da família e os profissionais da EA, se dava uma construção de relação de proximidade, e era também onde os problemas, necessidades, potencialidades, recursos e constrangimentos do contexto iam surgindo. É por isso que esta ação se chama "à mesa". É por isso também que em muitos momentos da escrita deste relatório me foi difícil de dissociar entre a escrita de uma análise da realidade e desenho de projeto, sem ter inicialmente apropriado a ideia de que esta é uma das características fundamentais de um projeto IAP. Esta confusão, aparentemente bloqueadora na escrita, foi facilmente desconstruída a partir do momento em que percebi que esta peça de mobiliário, que é ao mesmo tempo indicação de uma ação – À mesa – era ao mesmo tempo vetor de análise e ação. Assim sendo, "À mesa" tentamos afastar-nos de uma intervenção meramente institucional e, por outro lado, caminhar por aquilo que identifico como uma grande necessidade

da intervenção – a construção de relação de proximidade, de ajuda e de confiança – ,segundo uma perspetiva de horizontalidade e criando condições à participação dos sujeitos.

De seguida, os subcapítulos apresentados prendem-se com os respetivos objetivos gerais OG1, OG2 e OG3.

### **3.2.1 BREAD AND LOVE: OG1 – CONSTRUIR RELAÇÕES DE PROXIMIDADE E CONFIANÇA**

O OG1 “Construir relações de proximidade e confiança” surgiu logo no primeiro dia já descrito, em que percecionei a fragilidade emocional com que os elementos da família se encontravam. É importante, perceber o contexto em que estas famílias chegam a Portugal, muitas, vindas de conflitos de guerra, desprovidas de bens necessários, mas principalmente, de uma rede de suporte social. Nesse sentido, um dos primeiros problemas encontrados prendia-se com um dos elementos da família. A Laila, pela sua condição de viúva e mãe de 5 crianças menores de idade. Nas primeiras visitas que fiz à família a forma como a EA me apresentava a situação frágil da Laila percebi que me encontrava com um elemento que necessitava de acompanhamento psicológico pelo trauma que tinha vivido em relação à perda do marido, mas também pela responsabilidade em gerir a comunicação com a escola e as cinco crianças/jovens. A prioridade desta mãe era o bem-estar dos seus filhos, enquanto lidava com um trauma.

A primeira vez que a Laila se sentou comigo a falar sobre a sua situação cheguei a ouvir alguns comentários de que aquelas “queixas” eram habituais, mas em nenhum momento era claro qual o plano estratégico de intervenção em relação aquele elemento. À medida que as semanas iam passando a resposta que eu ouvia, quando questionava se esta não deveria começar a ter acompanhamento psicológico, era “*Estamos à espera de que o centro de saúde nos responda*”. Dessa forma, não quis intervir sobre uma questão burocrática, mas fui partilhando à medida que o tempo ia passando que era essencial insistir com os serviços de saúde. Mas era principalmente urgente comunicarmos claramente a situação, por não ser possível, pela sua dificuldade comunicacional, a própria Laila fazê-lo. Confrontei-me com a minha incapacidade face às

questões burocráticas destes processos, e não via razão para me sobrepor a um contacto institucional que diziam que estava a ser feito. Assim sendo, limitei-me semanalmente a me posicionar num lugar de escuta e com o objetivo claro que a Laila começasse a partilhar a sua condição. Sem exceção, desde o início que iniciei a minha presença no terreno, todas as semanas a Laila dirigia-se a nós com uma preocupação em relação à saúde física e psicológica dos filhos, e semanalmente, sem ter a certeza de que isso seria o mais adequado, pela minha falta de experiência, fui incentivando e desconstruindo a necessidade de acompanhamento psicológico para o seu bem-estar.

*A Laila olha-me de vez em quando no meio da mesa, faço-lhe sinal para se sentar ao meu lado e aproveito para conversarmos. Pergunto-lhe como se sente e esta indica-me que os filhos estão todos doentes. Um a um, dizendo os seus nomes vai-me indicando os sintomas que têm. A certa altura, olha para mim com as lágrimas nos olhos e diz que se sente preocupada. No canto da mesa posso ver que EA me olha, e fico com receio de dizer algo que não devo. Ao mesmo tempo, a Laila revela-se que quer muito começar a trabalhar, contrariando o comentário que tinha ouvido anteriormente sobre não o quererem fazer. Explico-lhe a importância de “curar as feridas” e sem pensar muito, conto-lhe o processo que realizava há dois anos sobre um luto que eu própria vivia. A Laila olha-me com atenção, pega-me na mão deixando-me um pouco nervosa com a situação, e diz-me, em inglês “You understand me. You are my friend”. Pergunta-me se eu tenho whatsapp, mas não sei o que responder porque não acordei isso com a associação. (Excerto nota de campo 8 de março, Porto).*

A Laila acabou por começar a frequentar consultas de apoio psicológico, informação que obtive junto da ET. No entanto, após as primeiras duas sessões a mesma revelou que não queria mais continuar o processo revelando algum descontentamento sobre o processo e indicando que a profissional não lhe fazia perguntas. Face à partilha da Laila e o meu receio que a mesma deixasse o processo a meio, insisti com a Luísa e a Clara, mais confortavelmente com a Clara, que fosse feita uma ponte entre a profissional de saúde e a ET responsável de forma a perceber como estava a decorrer o programa. Embora a resposta de ambas tenha sido positiva face ao meu pedido, percebi que no meio de todas as tarefas e tramites que precisavam realizar, tendo em conta as várias famílias que recebiam, isso iria perder-se no meio.

Como refere Santinho (2011), a propósito desta “escuta” mais institucional, a partir do momento em que é validada pelos trabalhadores sociais, ela pode ser “descontextualizada e repetida” e nem sempre é “vista como algo de positivo – sento antes considerada como uma invasão da sua privacidade, por alguém que não tem nada para lhes oferecer em troca da narrativa do seu sofrimento” (Santinho, 2011, p.182). Tendo em conta que os mesmos já passaram por diferente

momento onde tiveram de contar a sua história, além da “entrada da fronteira portuguesa”. Ela vai estar continuamente presente a cada passo da suposta tentativa de integração os refugiados em Portugal” (idem). Falamos de entrevistas para a obtenção do apoio ao PR, ainda no aeroporto, entrevistas de obtenção de emprego e outros momentos mais burocráticos. Santinho (2011) explica ainda como este ato de contarem as suas histórias correm o risco de se tornarem rituais “de promessa de integração”, em vez de um “ritual de passagem” (Santinho, 2022, p.182).

A construção de relações de proximidade e confiança, não se prendem só com a relação construída da família em relação à EA, mas também às redes de suporte que vão construindo na comunidade que os envolve. Nesse sentido, os Faizullah tinham duas potencialidades e recursos que ajudaram muito neste processo de integração embora a perspetiva sobre eles nem sempre fosse a mais positiva.

*Chego à casa dos Faizullah e estranho a Fariba não estar à nossa espera, entrei e encontro duas pessoas que não sei quem são. Uma senhora diz-me “Sou a vizinha de baixo. A menina não está muito bem”. A Laila está no sofá com um ar muito frágil e ao lado dela, um vizinho que me diz “Ontem fomos com elas para o hospital, ficamos lá a noite toda”. Apesar da situação delicada, fiquei contente por assistir que os vizinhos estavam com eles. Sem que ninguém repare dirijo algumas palavras à vizinha “Obrigada por terem estado com eles, o que aconteceu?”. (Excerto nota de campo 14 de abril, Porto).*

Aquilo que parecia à primeira vista um aspeto positivo não foi percecionado da mesma forma pela EA, comentando que esta ajuda assistencialista que os vizinhos dão atrapalha muitas vezes a intervenção da EA, tendo em conta que os incentiva a pedirem ajuda em todos os locais da comunidade. Noto, um certo discurso contraditório em relação a este episódio, tecendo uma crítica à forma como a ET, partindo de uma abordagem assistencialista na sua intervenção, recusarem e criticarem uma ajuda, que me pareceu necessária e inquestionável num momento de aflição – revelador, também, da construção de um sentido de pertença a uma comunidade para esta família – sobre a desculpa de ser assistencial. Nesse mesmo dia, fomos conhecer o centro comunitário do bairro, que percebi já conhecer a associação e estarem em comunicação. O diretor do centro fez questão de nos perguntar como estava a família e certificar-se que estes não estão a ser explorados do ponto de vista laboral. Falou-nos das ajudas mensais que dão, do ponto de vista alimentar, e também uma ou outra despesa da casa que é paga. Indicou-nos que inicialmente, o Hakim passava tardes em volta dos livros e computadores do centro comunitário,

mas com o tempo acabou por aborrecer-se com o ruído que as crianças faziam nas salas dos computadores. Os centros comunitários, a par com outros contextos de intervenção, são os primeiros locais de pertença destes elementos que se encontram isolados e sem suporte familiar. Em alguns casos, são formas de começarem a comunicar na língua do país de acolhimento e conhecer a cultura local.

Recordando o aspeto principal apontado pela maioria dos profissionais entrevistados, a aprendizagem da língua portuguesa por parte dos sujeitos das famílias torna-se essencial à sua integração plena no país de acolhimento. Por outro lado, importou-me não focar apenas na aprendizagem da língua materna, mas sim refletir sobre a comunicação no geral – e que quanto mais isolados se encontram da comunidade, mais difícil é a aprendizagem de uma língua essencial à comunicação. O Hakim foi o primeiro membro que se mostrou interessado em aprender a língua de acolhimento. Era recorrente receber-nos com expressões em português, e perguntar-nos sobre o curso de língua portuguesa. Era recorrente o Hakim perguntar à mesa sobre o curso de língua portuguesa, e foram também recorrentes as respostas de espera sobre os mesmos. Um problema identificado institucionalmente, é que os cursos de língua portuguesa por parte do IEF, para abrirem, têm de obter um número mínimo de elementos. Ora, quando isso acontece, as famílias ficam meses à espera do seu início. Tentei contactar, via telefone e e-mail as entidades responsáveis, mas não obtive, até à data de escrita deste relatório uma resposta.

Dada a duração deste impasse, sugeri à EA que eu pudesse semanalmente, ter momentos informais de aprendizagem da língua através da conversação. Nunca obtive resposta positiva ou concreta sobre esta atividade. No entanto, e na inércia de uma autorização que não chegava, comecei por realizar estes momentos intencionalmente junto do Hakim.

Chamei-o para se sentar comigo no sofá enquanto o resto da equipa está sentada à mesa e ofereço-lhe os dicionários ilustrados que tinha encontrado em casa da minha mãe. Percebo que são de fácil entendimento pelas imagens que ilustram. Ele tem na mão um pequeno bloco de folhas rabiscadas com palavras e aponta-me para algumas perguntando qual é a diferença. Há uma pequena confusão entre o português do Brasil e o português que falamos, mas explico-lhe que não importa, o importante é e ele comunicar. Escrevo-lhe expressões básicas do quotidiano e digo-lhe "A partir de agora só falamos em português." (Excerto nota de campo 17 de maio 2023, Porto).

E assim foi. Ao longo da minha presença junto dos Faizullah era em português que tentava comunicar com ele e, mais tarde, incentivando as crianças a fazer o mesmo, embora quase sem efeito, dada a sua timidez. A possibilidade de comunicarem eficazmente está automaticamente relacionada com outros parâmetros da sua integração, nomeadamente a procura de emprego, e estabelecimento de relações de proximidade.

No mesmo sentido, foi pensado o OE1: Os sujeitos devem descobrir formas de comunicação alternativas, na tentativa de descentralizar um pouco a comunicação através de uma única via, pela aprendizagem de língua portuguesa, usado muitas vezes como desculpa para o insucesso da sua integração.

Quem me fez entender este objetivo específico foi a Fariba, através da construção da nossa relação de proximidade e pela forma como comunicávamos, que começou por ser feita, única e exclusivamente, através da tradução que os filhos realizavam. Recordando, que a Fariba não falava inglês nem português, mas, com o passar do tempo, foi talvez o elemento que mais comunicou comigo. A nossa comunicação passou de ser traduzida a sentarmo-nos lado a lado, entre palavras perdidas do inglês, do farsi, mas principalmente, por gestos. Eu entendia o que me queria dizer e ela entendia o que eu lhe queria transmitir. Perceber que a Fariba vibrava sempre que via a Clara comer com muita vontade o seu picante artesanal, ou quando se emocionava nas vezes que me sentava com ela a mostrar a minha família e o meu “marido”, como gostava de chamar. Foi perceber que nem sempre a linguagem verbal é o único meio de nos aproximarmos, e que nos nossos silêncios e expressões se revelavam imensos aspetos a serem tidos em conta.

A Fariba representava a família à mesa, na sua alegria, na sua cultura, nos aspetos mais belos e alegres, mas também a dor de uma mãe que viu a sua família separada por um conflito. Não havia uma única vez que a Fariba não chorasse à mesa e nos dissesse “My son”, buscando a foto do casamento da filha e apontando para um rapaz alto. Foi através da Fariba que começamos a falar mais sobre a condição política do Afeganistão, que começamos a desconstruir os sentimentos que tinham sobre o conflito e que percebi um dos aspetos mais essenciais e bloqueadores da integração desta família, levando-me a criar o segundo OG não previsto inicialmente: OG2 “Falta sempre um à mesa”.

### **3.2.2 FALTA SEMPRE UM À MESA: OG2 – VALORIZAR O REAGRUPAMENTO FAMILIAR NA PRESERVAÇÃO DE UMA ABORDAGEM ÉTICA E HUMANIZADORA**

Este OG prendeu-se com a situação do filho mais velho do casal. Estando a família ao abrigo de um programa de recolocação é necessário passarem por um longo processo de obtenção de um visto e aceitação por uma EA. A família Faizullah, ao contrário de outras famílias, veio para Portugal através da tentativa de um programa de reagrupamento familiar, sendo o filho mais novo, Hamza, o primeiro membro a chegar ao país de acolhimento. Na altura, ainda menor, a família passou pela tentativa de um reagrupamento familiar, mas sem efeito.

Após um longo processo de tentativas falhadas, a família, de acordo com conversas intencionais, conseguiu juntar em Portugal parte do agregado, faltando o filho mais velho que, por ter constituído uma família, esposa e filho, viu-se obrigado a permanecer no Paquistão e aguardar o visto. A preocupação da família Faizullah era conseguir a vinda desse elemento para junto deles.

Desde o início que percebi que, sobre este constrangimento, que limitava do ponto de vista psicológico e emocional os elementos desta família, não podia intervir, pelo simples facto de se tratar de acordos internos entre as plataformas de apoio aos refugiados e as EA. Foram inúmeras as vezes que tanto a Fariba como a Laila nos perguntaram se eles podiam vir e quando. Este aspeto – da não vinda do irmão mais velho – revelava-se delicado do ponto de vista institucional e também social a todos os elementos da família. No entanto, refletimos que ele prendia-se tanto com a morosidade e falta de respostas por parte das entidades responsáveis ainda no país de recolocação onde estava o irmão, tanto com o sentimento que os Faizullah retinham sobre a condição sociopolítica do mesmo país, obrigando a que um elemento ainda não se tivesse juntado. No entanto, percebemos que seria importante incluir um OG que lhes permitisse refletir sobre a condição sociopolítica do país de origem de forma legítima e válida, levando-nos a pensar os seguintes objetivos específicos.

O OE:2 Os sujeitos devem ser sentir-se legitimados para refletir acerca da situação política do país, permitindo assim que esse assunto não fosse um tabu à mesa, respeitando o tempo de cada um e permitindo-nos ter um conhecimento maior sobre a realidade que viviam.

*Entre conversas sobre expressões culturais em farsi e um ou outro prato que a Fariba cozinha, o Hakim faz um comentário sobre a questão política do seu país. É a primeira vez que ouço os Faizullah falar sobre o Afeganistão. Aproveito, a medo, para perguntar o que considera sobre a situação das mulheres no estado atual, e com receio da sua resposta, respeito o silêncio que se faz. O Hakim sem hesitar e com uma expressão fechada diz-me que se estivesse agora no Afeganistão as filhas não podiam estudar, e a Fariba não podia ser professora. (Excerto de nota de campo 7 de junho 2023, Porto)*

Este objetivo leva-nos à construção de um segundo OE2: Os sujeitos devem ser capazes de criar situações de resguardo emocional e afetivo, incentivando à procura de ferramentas e estruturas que lhes permita uma maior integração, mas essencialmente a serenidade possível dada a situação. O meu papel neste caso não foi o de solucionar a vinda de um dos elementos da família, mas sim, encontrar ferramentas e criar espaço para que possam exprimir as suas frustrações em relação a tal. Em muitas situações, um assunto que era tabu, passou a ser um assunto falado à mesa, mas só passado dois meses de me encontrar no terreno é que comecei a ouvi-los falar sobre os sentimentos que este conflito e a ausência do filho lhes causava. Por parte das EA, aceitar que isto é um constrangimento é também aceitar que o sistema falha e, por isso, as emoções são válidas e necessárias para que cada individuo possa ultrapassar situações de desgaste emocional.

À data da escrita deste relatório o filho mais velho de Fariba ainda não se encontra em Portugal. No entanto, foi validado o visto de residência e acordado com a plataforma responsável, que será a mesma EA que acolhe os Faizullah, a acolher o agregado do filho mais velho. Quando, não sabemos, mas o modo como as nossas conversas acabam por suprir, sem na verdade suprir aquilo que necessitam, mas no fundo, através do conforto, colmatar esta ausência,

*No caminho até casa dos Faizullah a Clara diz-me que eles se encontram mais felizes. Foram visitar uma casa em [local omitido] para onde se mudará metade do agregado, para dar lugar à chegada do filho mais velho e família. (...) Chego a casa dos Faizullah e a Fariba dirige-me a mim, dando-me os habituais 4 beijos "Um, dois, três, quatro?" brinco com eles, e ela dá-me um quinto beijo na face rindo-se em resposta. Pede-me a mim e à Clara para nos sentarmos com ela no sofá e aponta para o Hamza tirar uma fotografia dizendo, em inglês "my daughters". (Excerto nota de campo 21 de junho 2023, Porto)*

À medida que o tempo vai passando, os desafios de sustentarem um agregado familiar com 10 elementos, com apenas o apoio do programa de acolhimento, vai surgindo. Como tal, os elementos mais velhos dos agregados são assim obrigados à procura de emprego.

O Hamza, filho mais novo, ajuda-nos a subir as escadas com os sacos de alimentos, e vai-nos perguntando sobre o irmão mais velho. Ele é quem traz a maioria das vezes os assuntos à mesa, de uma forma um pouco ansiosa e questionadora. Foi o primeiro a chegar a Portugal através de um clube de futebol, nunca percebo muito bem a sua situação, mas entendo que não querem falar sobre isso. A Clara responde como habitualmente que não sabem e que esse assunto não lhes compete a eles, mas sim, ao ACM. O Hakim não nos recebe como habitualmente, está no quarto a descansar porque se encontra doente. Na cozinha, a Laila e a Fariba preparam um frango estufado. Os miúdos estão na escola e a Mariam, no restaurante a trabalhar. (Excerto nota de campo, Porto).

Conhecer a realidade sociopolítica do país de origem da família Faizullah revelou-se essencialmente, uma forma de conhecer também as suas histórias de vida e por sua vez, perceber a necessidade de respeitarmos os seus percursos pessoais e profissionais para assim traçarmos um caminho de intervenção e integração que respeite os indivíduos na sua totalidade.

### **3.2.3 ALÉM DE UM CV: OG3 – RECONHECER E PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS, VALORIZANDO AS SUAS EXPERIÊNCIAS, COMPETÊNCIAS E CONHECIMENTOS.**

Segundo as técnicas da EA, encontrar uma ocupação profissional revela-se de extrema urgência e prioridade tendo em conta o prazo de término do programa de acolhimento. Nesse sentido, todas as situações, anteriormente, apresentadas, os sujeitos vêm-se na busca por um posto de trabalho que aceite cidadãos com o estatuto de refugiado e por sua vez, com um nível de língua portuguesa baixo. O objetivo geral deste subcapítulo surgiu dessa necessidade apresentada pela EA mas também de um desejo por parte do Hakim em encontrar trabalho rapidamente.

Quando cheguei à família Faizullah, as profissionais referiram que era imperativo a família encontrar trabalho por serem um agregado familiar grande, mencionando várias vezes que o *"tempo passa muito depressa e no final do programa eles têm de estar autónomos e conseguir pagar uma casa por eles"* (Conversas intencionais). O filho mais novo do casal, o Hamza, de apenas

19 anos, era o único que se encontrava a trabalhar à data do início do trabalho de campo, numa grande superfície, ao abrigo de um programa de empregabilidade. No entanto, mostrava-se diariamente descontente "*i need to catch the train, then the metro, and then a bus. Sometimes i stay there in a house of a friend to sleep*" (Hamza, conversas intencionais). O Hamza é um membro da família que acaba por assumir alguns papéis importantes do ponto de vista de burocracias. É o único que fala fluentemente inglês e embora não falasse português, tenho quase a certeza que nos entendia. Foi o primeiro a chegar e nunca percebi exatamente através de que via ele tinha vindo para cá, sendo um tabu falar sobre esse assunto com a família e a ET porque envolvia um esquema com recrutamento de jogadores de futebol. Por essa mesma razão, este rapaz de 19 anos parecia-me sempre muito nervoso e ansioso por ver concretizados questões mais burocráticas relacionadas com as entidades responsáveis e na sua presença, era quem falava com a equipa técnica.

Passado um mês de conhecer os Faizullah, a filha mais nova Mariam, de 22 anos, e a Laila, tinham começado a trabalhar numa pizzaria perto de casa e revelavam-me o cansaço e desmotivação no local "*We do everything, we cook, we wash the floor, we clean the plates, we do desserts, we do pizza. We work until very late. I'm very tired*" (Mariam, conversas intencionais). As duas irmãs apresentavam-se semanalmente com um olhar desmotivado e cansado, embora revelassem sempre que estavam a ser bem tratadas pelos donos dos restaurantes, algo que tanto eu como a Clara fazíamos questão de saber. No entanto, as condições não eram as melhores, e a comunicação no restaurante com os colegas revelavam episódios de discriminação.

Tentei refletir com a Clara que outras alternativas seriam possíveis para as duas irmãs, visto terem ambas um curso superior e serem muito novas para serem submetidas a um trabalho assim. Percebi nesse momento que apesar de existirem certos programas de empregabilidade para migrantes, a urgência e necessidade em que estes se encontram leva-os a aceitar estes trabalhos porque são imediatos, ao contrário destes programas onde têm de passar por um processo de entrevistas e formações que lhes toma tempo que não têm.

No caso da Laila, esta acabou por se despedir e existindo um apoio por parte da ET para que esta passasse a receber um apoio do Estado por ser mãe solteira, permitindo assim que tenha tempo

para iniciar um processo terapêutico. Em relação à Mariam, passei a estar semanalmente mais atenta a esta jovem mulher, com apenas 22 anos, que adotou desde o início uma postura de trabalho para sustentar a família.

*Desta vez a refeição foi-nos trazida pela Mariam, que na hora de almoço e pausa do restaurante trouxe para toda a família. Está cansada, e sinto na voz uma desmotivação pelo processo que enfrenta. Diz-me que toda a gente está doente em casa, menos ela. Penso na forma como eles vão mudando com o tempo, e para meu desalento, nem sempre para melhor. Descreve-me um dia de trabalho, e mostra-me a mão com queimaduras que fez no dia anterior. Pergunto-lhe porque não ficou em casa a descansar e ela responde-me que os colegas não a deixaram. Tento explicar que não são os colegas que mandam nela e que ela tem direito a ficar em casa se estiver doente. Insisto para fazermos juntas um currículo do percurso dela para entregar junto do currículo do pai para o programa de empregabilidade que inicia na próxima semana. Ela recusa, diz que tem de ir trabalhar. A Clara não insiste. No caminho para casa explico-lhe que não podemos simplesmente desistir à primeira e que lhes temos de mostrar as alternativas que têm. Ter um posto de trabalho não pode ser só a única opção para um jovem de 22 anos. (Excerto de nota de campo, 24 de maio de 2023, Porto).*

Dessa forma foi pensado o OE3: O sujeito deve ser capaz de perspetivar alternativas de vida e trabalho, como forma de incentivar os sujeitos na procura de novas e melhores oportunidades da sua condição de migrante.

Nesse sentido, a Clara falou-me que costuma fazer o currículo *vitae* com alguns sujeitos das famílias com quem trabalha e sugeriu que o fizéssemos com o Hakim indicando ser o elemento mais velho da família e que pela sua idade pode ter mais dificuldade em encontrar emprego. Perspetiva o envio deste currículo para um programa de empregabilidade que abriu dentro de uma outra grande superfície.

*Marquei com a Clara o mais cedo para aproveitarmos a manhã mais calma e silenciosa na casa dos Faizullah. Hoje vamos fazer o CV do Hakim e por isso, a Clara traz consigo o computador. Uma semana antes tinha-me enviado um ficheiro em word previamente preenchido com um formato de currículo. Quando chegamos, só lá estava a Fariba e o Hakim e dirigem-se a mim como habitualmente. "Como estás, Hakim?", responde-me "Estou bien, bém, bém?". A Clara diz ao Hakim que iríamos fazer o currículo dele e fico sem perceber se tinham previamente combinado. Sentamo-nos os 4 na mesa e a Clara começa por fazer perguntas ao Hakim O que estudaste? Onde estudaste? Em que ano? Que emprego tinhas. Percebi que a confusão começou a aparecer quando lhe perguntávamos sobre anos de conclusão e a Clara ia avançando a todo o gás. Pedi-lhe que esperasse um pouco para explicar o que estávamos a fazer e talvez, apontar o ecrã do computador para ele ver seria um exercício mais interessante. "Escola [local omitido]", diz o Hakim, mas não conseguimos perceber o que nos diz. "Espera, procura no google maps", diz a Clara. No meio das buscas pelos nomes vamos conhecendo o percurso do Hakim e este, fazendo contas de subtrair num pequeno pedaço de papel que tem na mesa. Percebo a sua frustração por não se conseguir lembrar. Diz-nos "outro dia. outro dia", e percebemos que quer terminar aquele exercício ali, podendo retomar noutro dia para concluir com precisão as datas das suas formações. Aproveito a deixa para perguntar ao casal como se conheceram e como começaram a namorar e vou percebendo, pelos seus sorrisos, de como me sinto muito mais à vontade para explorar outras partes do seu íntimo. Os dois riem-se e contam-me sobre o tempo que tinham uma loja de sapatos. (Excerto nota de campo 9 de junho de 2023, Porto).*

Neste pequeno momento foi importante perspetivar dois objetivos específicos OE2: O sujeito deve valorizar a sua história de vida e OE2: O sujeito deve ter palavra própria na produção de discurso sobre a sua vida. Além da dificuldade em se recordar das datas das formações, pela fase adulta em que se encontra, os sujeitos que se encontram nesta situação de fuga veem interrompidas e igualmente estagnadas partes importantes das suas vidas. O tempo e a forma como ele é vivido passa a ser um problema.

Recordo um dos dias em que cheguei a casa dos Faizullah e eles tinham uns balões pendurados numa das paredes. Percebi que era o aniversário da Khadija, a neta mais velha do casal. No entanto, foi muito difícil compreender o real dia do seu aniversário, tendo em conta que existe uma diferença de dias em termos de calendário cultural. Mas é também verdade que quando se inicia o processo de documentação é raro as datas de nascimento baterem certo com as reais. Os sujeitos vão-se perdendo daquilo que realmente são, em termos identitários, e, como tal, cabe-nos a nós profissionais incentivar ao discurso que os poderá levar a reapropriar a narrativa da sua própria vida.

### **3.3. AÇÃO 2: A INTERVENÇÃO NÃO COME COM AS MÃOS**

A ação 2 nasce de uma reflexão provocatória aos discursos sobre a prática encontrados no terreno, sabendo o/a leitor/a que é reflexiva de uma experiência circunscrita à experiência minha experiência como investigadora e de um único contexto observado. No entanto, ela surge, uma vez mais, à mesa, por entre idas à família Faizullah e que nos levou a pensar o (OG4) refletir criticamente sobre as dimensões institucionais e não institucionais de acolhimento, através da minha observação participante e contacto com os profissionais. Apesar do projeto não caminhar por uma via institucional, desde o início sentimos que foi essencial refletir com os profissionais no sentido de humanizar esta relação de acolhimento, que é essencialmente burocrática.

Retomo uma das primeiras idas ao terreno, precisamente, uma conversa de regresso a casa com a equipa.

*Quando estávamos a ir embora comentei com as técnicas a dureza de nos apercebermos das condições em que se encontra a família. A Luísa concordou, mas comenta "Sim, só acho que são um bocadinho exigentes", percebo que não é lugar para discutir o que isso significa naquele contexto, mas ouço a Clara na tentativa de remediar o comentário dizer "temos de olhar às circunstâncias" e a Luísa responde "Os nossos imigrantes quando vão para lá fora não recebem metade". Despedi-me e perguntam-me "Correu bem?"; aceno com um pequeno sorriso e penso, o que é "correr bem?". (Excerto de nota de campo dia 15 de fevereiro de 2023, Porto)*

Foi este episódio que espoletou um dos OE desta ação OE4: Os sujeitos devem ser capazes de desconstruir/considerar as pessoas para além da mecânica institucional. Nesse sentido, nas viagens que fazíamos de regresso a casa, percecionei uma necessidade e vontade de partilha e reflexão queurgia da ação. Mais precisamente com a Clara que me acompanhou ao longo do ano e mostrou, desde o início, vontade em partilhar a sua experiência. Por entre conversas longas e de muita reflexão sobre o que estava errado e o que podia ser melhorado na intervenção, mas também sobre aquilo que se fazia bem. Estas viagens de carro, que duravam cerca de 45 minutos, para lá e para cá, eram momentos de reflexão e de conhecimento da realidade. 45 minutos pareciam 5 pelas infindáveis perguntas que tinha sobre todo o processo de acolhimento. À medida que fui conhecendo a Clara fui ganhando mais confiança para dar a minha opinião sobre alguns aspetos. Percebi que o projeto não passava só por indicar aquilo que estava mal, mas também, ouvir aquilo que ela estava a fazer bem e assim, OE4 ser capaz de reconhecer as limitações/potencialidades da experiência de acolhimento em relação ao outro. A Clara, estava no terreno com mais duas famílias, e pronta para receber mais uma, à data do término da escrita deste relatório. Por entre conversas fomos confrontando pressupostos aprendidos e partilhados durante o mestrado e a prática, percebendo a sua insatisfação e sentido de "impotência" face a um sistema que não facilita o trabalho de quem quer acolher da melhor forma possível. Ainda assim, foi gratificante poder aprender com a Clara nos momentos em que juntas visitávamos os Faizullah e refletir sobre a necessidade de uma intervenção voltada para a educação.

Esta profissional, com quem todos ficavam contentes pela forma como se lançava a provar cada prato que nos era servido, estava na verdade a lidar com aquilo que retomo como "*hospitalidade crítica*". Este lugar de acolhimento a que nos habituamos a dizer que temos não é mais nem menos que, novamente, um lugar de cultura ocidental, e que me leva a trazer aqui o conceito de percepção de *hospitalidade*, que concebe, por si só, uma relação hierárquica entre quem recebe e quem

---

<sup>4</sup> Reduzida a virtude moral, qualidade generosa atribuída a quem concede hospitalidade. (Monteiro, 2022, p. 87)

chega. Neste caso, falamos de uma *hospitalidade imperfeita* que se torna *condicional*, ou seja, acolhemos o “outro” desde que esse mesmo “outro”, se anule enquanto “outro” e desde que respeite as regras do nosso lugar/casa. Esta hospitalidade condicional, muito fruto de leis europeias, e que nos deita por terra todo e qualquer tipo de pretensão contida na expressão “cidadão/dã do mundo” deve ser confrontada com a “absoluta, incondicional” – única e verdadeira, que “*assume o acolhimento de seja quem for, vindo de onde for, “antes de saber e perguntar o que quer que seja, seja um nome ou um bilhete de identidade”* (Monteiro, 2022, p89). Trocando miúdos por graúdos, eu acolho o “outro” pelo facto de ser “outro”, acolho na língua, nos seus costumes, naquilo que ele é. Este confronto “*traça uma dificuldade no que concerne pensar as leis condicionais e escritas da hospitalidade migrante, vinculadas ao Estado e às leis de Estado”* (Monteiro, 2022, p.90) e que me faz pensar, do ponto de vista das práticas profissionais, a necessidade de encontrarmos uma ponte entre as duas.

Com a Luísa, foi também possível refletir de forma mais consciente as limitações que o programa tem face a um prazo de financiamento que a família tem *versus* o que fazer no final do programa, “*Hoje, também estamos minimamente em sintonia sobre isto, acho que às vezes também (...) não fechar totalmente a porta às famílias ou seja, não apoiamos mais financeiramente, nós não estamos mais semanalmente com eles mas eles saberem que se precisarem podem enviar uma mensagem podem ligar podem vir aqui nós estamos aqui para ajudar (...) nós não sabemos que daqui a um ano a família vai ter um problema a nível de trabalho e até precisa de contactar, se calhar às vezes é isso que parece um bocadinho durante estes 18 meses porque não é possível os técnicos preverem tudo o que vai acontecer no futuro e as famílias às vezes depois podem perder aqui a retaguarda para questões específicas”* (Luísa, conversas intencionais). Admitindo que “*18 meses parecem muito tempo se falarmos um ano e meio, mas temos consciência que não é muito tempo para uma integração na totalidade”*, (Luísa, conversas intencionais), a associação refletiu a necessidade da contratação de mais recursos humanos e encontram-se a candidatar-se para um projeto no âmbito do FAMI para formar uma equipa multidisciplinar para trabalhar essencialmente no PR, mas principalmente, uma equipa que seja capaz de auxiliar as famílias após o término do programa.

*A Khadija surge na sala com uma travessa de arroz acabado de fazer. Sinto o cheiro a canela. Nunca comi arroz com canela e surpreendo-me pelo sabor incrível que tem. A Luísa diz ao Sr. Henrique que desta vez não quer provar, “coma, Sr. Henrique, só connosco é que tem estas experiências”. O Hakim entra e diz Bom tarde, bem-bemvin-bem-vindo”, “Bem-vindos” responde-lhe a Luísa com um ar sorridente “Muito bem, Hakim”. O Hamza começa por fazer perguntas sobre a segurança social à Luísa, a Laila explica à Clara umas manchas que tem surgido no corpo do pequeno Zalmal. “Deve ser uma alergia”, “deve ser da água”, “pode ser varicela, já tiveram varicela?”. Os miúdos estão novamente doentes. Acontece tudo muito rápido e não temos tempo para aprofundar os assuntos. O Hamza deita-nos mais arroz na travessa “please, eat!” e logo de seguida, inunda a Luísa de perguntas sobre o valor que devem receber do ACM. Entre a degustação desta refeição ouço as habituais perguntas: “Khadija, health?”, “Zalmal, Health”, “The school, ok?” “The kids, ok?”, “The job, good?”. A Mariam solta uma piada no meu “everyone is sick, im the only one that can’t be sick”. O Hamza conta que quer deixar o emprego que tem numa cadeia de lojas, e a Luísa diz-lhe “Please, don’t leave [nome omitido] without finding a job first”. (Excerto nota de campo 22 de março de 2023, Porto)*

Nesse sentido, urge-nos uma mudança de perspetiva que de ouvir, rever e revalorizar as vozes de margem: a pessoa em sem abrigo, a excluída e o paria, certamente, o refugiado ou migrante (Monteiro, 2022, p119). Nesse sentido, conversamos abertamente sobre um dos últimos objetivos específicos OE4: Os sujeitos devem olhar e valorizar relações de proximidade/relação de ajuda no acolhimento migrante. Em muitas viagens que fiz com a Clara senti a dificuldade entre uma intervenção que se queria institucional, e uma intervenção que se desejava e urgia próxima. O projeto passou por uma relação de proximidade que foi construída em relação à família Faizullah mas principalmente, entre duas profissionais, que num crescimento e aprendizagem face ao que o terreno lhes trazia, sempre estiveram abertas a sentarem-se e experimentarem. Por entre uma intervenção *checklist* e que nunca saía da mesa, tinha de ser na própria mesa que as suas vozes começam a tomar lugar e por sua vez, na forma que queriam. Por outras palavras, não adiantava comermos pratos afegãos se as regras continuavam a ser as nossas para os comer. Estávamos assim perante um dos principais objetivos desta ação que se norteiam pela “escuta”, sendo este ato, por si só, ação. Numa das nossas conversas partilhava a necessidade de algumas respostas serem por si só, contra institucionais, mas precisamente por isso se constituírem como alternativas – neste preciso momento senti projeto.

*Chegamos a casa dos Faizullah e reparo que a Clara retira os sapatos à entrada. Como é que nunca tinha reparado nisso? A família está mais feliz com a possibilidade de vinda do irmão mais velho. Foram visitar uma casa em Guimarães. A Fariba mostra-me fotos. Fica no centro da cidade, parte da família muda-se para lá com a sua chegada do filho de ser das poucas casas que a associação consegue arrendar. A Mariam chegou do trabalho e mostra-se mais confiante, mudou de trabalho. A Laila continua com o mesmo sorriso fechado, e a filha, a Khadija não está melhor e continua sem os resultados das análises médicas. Os miúdos estão na escola. O Hakim chega e pergunta em inglês sobre os resultados da entrevista de emprego do programa de apoio. Sem resposta. O Hamza está ao telemóvel e parece confuso a explicar à Clara que documentos o ACM lhe pediu. Passaram-se meses desde a minha primeira visita cá e tudo parece*

*continuar igual. A Fariba coloca os pratos na mesa e a Mariam começa a comer com as mãos sobre a pequena taça de arroz e almôndegas que nos são servidas. Ri-se para mim e diz-me "its better like this" apontando para as mãos. Pergunto-lhe, envergonhada, se posso experimentar e com receio, largando os garfos que tinha nas mãos, repito os gestos e o arroz ensopado em molho imediatamente me vai fugindo pelas mãos. Todos se riem. Foi a primeira vez que o ví comer connosco à mesa, e por sua vez, que fazemos uma refeição juntos. (Excerto nota de campo, 15 de agosto de 2023, Porto).*

## 4. AVALIAÇÃO

Chega o momento de fazer uma releitura do percurso realizado até aqui, apoiando-me naquilo que me parece ser uma das suas essências, olhar as relações criadas e as pessoas. Esta[r] [à] mesa implicou, desde o primeiro momento, uma atitude de interrogação, inquietação e principalmente, curiosidade e reflexão. Importa refletir, globalmente, sobre o percurso e os objetivos traçados, não no sentido de os validar positivamente, mas sobre um espectro de intenção, os espelhar neste espaço. Nesse sentido, apoiada numa abordagem desenvolvida por Robert E. Stake, (1995) relembro a importância de ponderar uma avaliação que responda a questões e necessidades dos participantes, contrastando com avaliações mais convencionais que avaliam/olham para o projeto com critérios predefinidos sem levar em consideração as perspectivas e necessidades dos indivíduos.

Assim sendo, e retomando os *círculos de leituras* de Paulo Freire (2022) não devemos pensar nesta avaliação, ou por sua vez, no projeto de intervenção na sua totalidade, de *cima para baixo*, com o risco de o transformarmos numa "instituição superposta ao meio" representando a perda do seu carácter efetivo (Freire, 2022, p.83). Por outro lado, esta avaliação deve ser vista de *baixo para acima*, olhando ao seu *carater orgânico* (p.84). Ainda, Freire (2022) elucida-nos de que o mesmo deve "*surgir, não como uma dádiva de uma "elite", mas como uma reivindicação da comunidade*"(p.84).

Nesta investigação, desde cedo, comecei a aperceber-me de que isso não acontece no terreno. De facto, ter partido da instituição, e do trabalho de análise das entrevistas fez com que neste momento, volte a ela, portanto a uma componente mais institucional para refletir criticamente sobre o acolhimento. Nesse sentido, o OG4, das necessidades dos sujeitos, neste caso, os profissionais alocados ao PR reflitem criticamente sobre as dimensões institucionais e não institucionais do acolhimento de migrantes, surtiu efeitos na medida em que foi possível pensar criticamente, não na totalidade dos elementos da ET, mas com parte dos seus técnicos, algumas falhas que existem no próprio programa. A particularidade do projeto prende-se com os espaços onde foi possível refletir estas práticas, nomeadamente, as viagens de carro e na carrinha da EA

que eram lugares de partilha e diálogo entre nós e que nos permitiu refletir sobre significativas mudanças que seriam necessárias realizar. Algo que não seria possível fazer no próprio espaço da EA, ou, na casa da família dos Faizullah.

Uma vez mais, tomo consciência desta *"dicotomia"* em termos legais que se reflete na forma como as EA, em certa medida, acolhem estas pessoas. Fazem-no porque têm de acolher, não chegando a refletir o que isso implica. Ou seja, a dicotomia entre o "voluntário, económico e migrante, por um lado, e forçado, político e refugiado" (Holmes, 2019, p.59) e que estabelece que aos "refugiados deverão ser atribuídos no país de acolhimento direitos políticos e sociais, já que foram forçados a migrar por razões políticas" (p.59). Como se o facto de "não terem alternativa" fosse nesse sentido, a única justificação para acolher. Questiono, faríamos e teríamos a mesma atitude se estivéssemos a falar de imigrantes que "voluntariamente" fazem estas travessias e não lhes é concedido os mesmos direitos porque o decidiram fazer por questões económicas?

Em certa medida, aquilo que obtive das minhas observações e participação é que as EA não entendem bem porque de repente as entidades onde trabalham assinam protocolos de acolhimento, e veem-se obrigados, internamente, a reestruturar e gerir de recursos, claramente insuficientes, para atingir o que prevê o programa de acolhimento. A forma como o programa está pensado, em termos de legislação, ainda hoje, para os profissionais entrevistados, se torna confuso e bastante complexo de perceber. Uma das primeiras reflexões que fiz foi precisamente a dificuldade que tive, enquanto investigadora que procurou conhecer aprofundadamente o programa, de organizar a informação sobre as diferentes fases e entidades responsáveis que estão envolvidas, sobre o possível risco de não ter sido totalmente fiel ao que se encontra nos documentos oficiais. Existe muita informação e de uma forma dispersa que se reflete nos aspetos elencados nos OE deste OG. Nomeadamente, serem capazes de desconstruir/considerar as pessoas além da mecânica institucional. Ora, nesse sentido, observei como os elementos das famílias são constantemente "culpabilizados pelo seu próprio sofrimento" (Holmes, 2019, p.293), no sentido em que "através do uso da metáfora comum, 'querer'" (p.294). Frequentemente, foi possível reter do terreno que alguns elementos das famílias, de um modo generalizado, são culpabilizados por não encontrarem emprego, aprenderem português, porque "não querem", ou "não entendem que em Portugal a vida económica é diferente".

No caso da aprendizagem da língua portuguesa, todos os elementos, à exceção talvez da Fariba, da família Faizullah disseram querer aprender português durante o tempo que estive com eles e alguns tentaram fazê-lo. Mas por um lado, face à ausência de respostas por parte das entidades que gerem os cursos de PLA, a desculpa de que as turmas só podem abrir se tiverem um número mínimo e, a necessidade de aceitarem trabalhos com horários excessivos e irregulares, alguns migrantes acabam por desistir da ideia porque não conseguem conciliar com os horários de trabalho. Isso foi observado em relação ao Hamza e a Mariam e pelo descontentamento do Hakim face à ausência das turmas de português dos cursos do IEFP. Ainda assim, importa-me refletir sobre o peso que o programa e por sua vez as EA, colocam na aprendizagem desta língua, sendo depois utilizada como uma justificação para a não integração das famílias. Tomo consciência sobre o poder simbólico que esta aprendizagem tem nesta fase. O migrante quando chega ao país de acolhimento já sofre com a imposição da língua do “dono da casa”, neste caso, representado pelo Estado, o que caracteriza, em termos de hospitalidade, numa das primeiras violências que sofrem (Derrida, 2003, p.15). O autor leva-nos a refletir ainda se devemos, ou não, pedir ao “estrangeiro” que fale a nossa língua, “a fim de poder acolhê-lo entre nós? Se ele já falasse a nossa língua (...) o estrangeiro continuaria sendo um estrangeiro e dir-se-ia, a propósito dele, em asilo e em hospitalidade?” (Derrida, 2003, p.15).

Importa refletir sobre o poder simbólico que este aspeto carrega, num país marcado por uma história e um passado onde a “imposição” de uma língua já foi utilizada para controlar e dominar populações oprimidas. Como tal, não devendo considero não ser um fator preponderante para acolher pessoas, mas sim, devemos refletir se estão a ser criadas as oportunidades, adequadas às necessidades de cada pessoa, para a sua aprendizagem, livre de escolha. Nesse sentido, observei através de alguns testemunhos que os casos em que as famílias acabaram por aprender a língua portuguesa foram as situações onde as EA disponibilizaram formas de aprendizagem da língua portuguesa alternativas e próximas dos indivíduos, dentro das EA, quer por via de professores ou voluntários que ensinassem a língua, ou, pela interação e relação construída na comunidade, aqui representada sobre a forma de centro comunitários.

Por outro lado, olhando para o OE4, e a necessidade de reconhecerem as limitações e potencialidades da experiência do acolhimento foi possível refletir junto dos profissionais da EA

que o programa de acolhimento tem falhas e que dezoito meses de financiamento não são suficientes para a autonomização das famílias.

Além disso, é extremamente importante refletirmos sobre a “autonomização” das famílias, e como para que isso seja possível, a base da autonomia está numa perspectiva de empoderamento dos sujeitos e principalmente, no acesso à informação para que se sintam seguras e compreendam as decisões que tomam (Vaz Ferreira et al, 2023). Nesse sentido, como no caso do currículo vitae que foi feito com o Hakim ou na matrícula escolar das crianças com a Laila, seria muito importante que ambos os processos foram feitos com eles, “por uma questão de transparência e para lhes permitir ter espaço para colocar dúvidas, e que os profissionais que analisem os seus processos as ouçam e as possam esclarecer” (idem).

Olhando os objetivos gerais 1 e 3 prendo-me agora com a evolução dos membros da família Faizullah e a relação de proximidade construída com a família. Por outro, reflito sobre a minha relação com a família e sobre o que isso implicou. À medida que o tempo ia passando e o meu rosto era mais frequente à mesa, a minha liberdade e conforto na casa também se ia notando. Em muitas situações, em vez de me dirigir diretamente à mesa, acabava por me encaminhar até à cozinha para ver a Fariba fazer o pão. Nesse espaço, onde a cozinha se tornava um espaço seguro onde podíamos falar de aspetos que não chegariam à mesa posteriormente, algumas inquietações e preocupações eram reveladas. É nesse sentido que reflito que se o projeto tivesse uma continuidade mais efetiva, ele iria sair da mesa, tal como uma intervenção deve ser feita. Não é preciso muito, além de uma postura empática, de escuta, mais focalizada nas pessoas, para perceber que passado algumas semanas, os Faizullah começavam a fazer referência à nossa presença, principalmente em relação a mim e à Clara, mencionando expressões como era “diferente” quando lá estávamos. A inesperada realidade desta relação, falo da minha e da Clara, levou a que muitas vezes recebêssemos pedidos que anteriormente já tinham sido recusados, facto que foi muitas vezes comentado entre mim e a ET como sendo algo negativo do trabalho dos voluntários.

No entanto, e como um aspeto mais negativo, esta relação de proximidade, e aqui faço referência apenas ao meu papel como investigadora com esse objetivo, trazem expectativas de visitas

regulares, fazendo-me pensar, até quando fazemos projeto? Ou, até quando será possível fazermos? De certa forma, esta continuidade requer uma reflexão da nossa parte, com o risco de nos sentirmos culpados por trocarmos o terreno por o computador, e por sua vez a escrita. À data da escrita deste relatório já não via a família Faizullah faz três meses, mas por outro lado, ia acompanhando e sabendo deles pela Clara, que semanalmente me dizia “eles andam um pouco em baixo, fazia-lhes bem a tua visita” (Conversas intencionais através do *whatsapp*).

Nesse sentido, importa-me referir que apesar dos desafios que enfrentam no terreno esta ET não deixou os Faizullah na mão, sendo recorrente a partilha e preocupação da sua situação. Na impossibilidade face à ausência de recursos humanos, a Clara tentava a todo o custo colmatar uma distância. Não sei se foi o facto de este projeto “obrigar” a uma presença mais regular, a verdade, é que insistia com a Clara para que fossemos juntas ao terreno, não só por não me sentir à vontade para ir sozinha, mas também como forma de incentivar a que a reflexão fosse feita também pela sua própria observação. Com isto, não considero que tenha sido o projeto fator revelador de uma postura de proximidade, mas sim, que o facto da EA contratar uma técnica com uma perspetiva educativa e humanizada lhes permitiu essa construção de uma relação que se revela positiva na integração desta família. Por entre conversas, era possível perceber o envolvimento que esta profissional tinha, como por exemplo, atender o telefone e falar perfeitamente francês com um grupo de cidadãos que tinham acolhido e me dizer “Eu comecei a praticar o meu francês nesta tentativa de comunicar com eles. Hoje, já consigo ter conversas mais longas”. Fico contente e de certa forma, aliviada, por saber que por enquanto, vai continuar no terreno incentivando à reflexão crítica sobre o trabalho que a entidade faz.

Assim, e sobre um prisma de uma avaliação que é realizada de baixo para cima, volto novamente ao *institucional* e reflito sobre o ponto de vista do que seria uma avaliação nesse sentido. Creio que o OG2 nos levou a pensar precisamente sobre isso e de forma adaptada quase verifiquei isso no *OE2 “Falta um à mesa”* – no modo como as instituições e aquilo que são as suas dinâmicas mais formais não veem aquilo que são os problemas concretos que podem decidir a vida de uma família. Neste caso, foi claro que a ausência de um elemento fundamental da família Faizullah vinha carregada de um peso simbólico que ditava o insucesso, ou na esperança da EA, o enraizamento desta família em Portugal. Por outras palavras, o facto de não compreenderem

como a “falta de um elemento à mesa” faz com que se sentissem estagnados no seu próprio processo de integração.

Por outro lado, esta avaliação pretende seguir um pressuposto totalmente diferente do que seria uma avaliação feita pela EA, marcadamente realizada pelo “cumprimento” ou “não cumprimento” dos seus objetivos. “A EA acolheu ou não acolheu?” “Os elementos aprenderam ou não aprenderam a língua portuguesa?” “Arranjaram emprego ou não arranjaram?” “Autonomizaram-se ou não?”. Nesse meio entre o acontecer e não acontecer, não se lê nas entrelinhas pequenas evoluções e mudanças que os elementos possam ter. Se, por outro lado, olhássemos a um trabalho social mais humanizado, ou se lhe quisermos chamar, de raiz, que olha os humanos e tenta de forma justa partir disso, talvez pudéssemos perceber o carrega o momento de “comermos com as mãos”, ou, no caso da Clara, tirar os sapatos à entrada da casa dos Faizullah. Posso dizer, que a ET caminha nesse sentido, na medida em que na sua raiz, ou no lado mais humanizado de alguns elementos, facilmente os vejo a comer com a mãos num futuro próximo se entendidas as profundas desigualdades a que estes sujeitos são submetidos, e a hierarquia social e histórica que existe no nosso país (Holmes, 2019).

É inevitável não refletir sobre as mudanças que o projeto me trouxe. Já não era indiferente ao âmbito, no entanto, tornei-me ainda mais atenta às implicações deste fenómeno global. Lá em casa, não há uma notícia em o Lucas, o meu companheiro e a minha mãe não me digam “Olha, Raquel” Estão a falar de migrantes na televisão”, o que por vezes implicou da minha parte uma certa recusa em atender ao entusiasmo deles por já não aguentar ver, diariamente, as mesmas notícias que insistem, da mesma forma, retratar o fenómeno, mascarando a invisibilidade de quem sofre com ele.

A transformação também se vê aí, no modo como passamos a olhar a todas estas complexidades, e perceber a sua invisibilidade nas estruturas sociais do país, mesmo estando estampado diariamente nas notícias, à frente dos nossos olhos. A transformação está no interesse e envolvimento que passamos a ter em mais ações que possam implicar a mudança. Está na reflexão numa ida a um restaurante onde serei “servida” por um imigrante e em perceber as camadas de sofrimento que esse lugar ocupa, está nas conversas que tenho com a minha mãe,

discente numa escola que recebe crianças migrantes e a proposta de criação de uma ação de formação que visa a desconstrução de preconceitos em relação a migrantes, está nas conversas constantes que tenho à mesa com amigos, familiares e interessados/as que ainda se encontram confusos com tudo isto, mas que caminham para um melhor entendimento e tolerância. O próximo passo será, certamente, desconstruir que até mesmo no ato de “tolerar” estamos a excluir.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar e escrever sobre o contexto atual que atravessamos tornou-se complexo, mas também uma aprendizagem em diversos níveis. Além disso, foi a oportunidade de refletir sobre o que se passa no mundo e, mais precisamente, conferir a este relatório um lugar de visibilidade para o percurso desta família, que representa tantas outras, em situações similares, que transportam a mesma condição de se encontrarem condicionados pelas políticas de asilo e proteção internacionais, onde muitas vezes são postos em causa os direitos humanos. O projeto não quis discutir a importância da existência de políticas e medidas que promovam a inclusão e a igualdade de acesso aos direitos, mas sim o caminho que ainda falta traçar para alcançarmos uma maior plenitude em termos de direitos humanos.

No contexto português, os migrantes que chegam têm acesso aos serviços e entidades tal como qualquer cidadão português. No entanto, em relação à prática que é realizada pela EA, esse acesso nem sempre acontece de forma eficaz. Existem ainda dificuldades no acesso a habitação, emprego, saúde... seja pela falta informação, seja por sofrerem de discriminação face à condição que trazem consigo – a de serem imigrantes.

“À mesa”, tentamos refletir o que ainda falta fazer e, a partir da partilha e do trabalho com duas técnicas, melhorar a experiência de acolhimento da família Faizullah e dos seus dez membros, tendo no pensamento o trabalho de proximidade e de construção de relações. A primeira ação refletiu esse trabalho de proximidade, construído ao longo dos meses e das necessidades que iam surgindo, mas, principalmente, do ato de “escutar” o outro, procurando empoderar os indivíduos. Estes, foram construindo um lugar de encontro e conforto, capaz de permitir a partilha das suas necessidades e constrangimentos. A segunda ação, voltada para o trabalho de reflexão com a ET, incidiu precisamente sobre a observação participante em campo e sobre as pequenas mudanças que podem ser feitas para melhorar o acolhimento.

Refletindo sobre o programa de reinstalação, tal como explanado no capítulo anterior, este deve sofrer alterações no sentido de: informar as EA dos agregados familiares e permitir uma maior

comunicação prévia à sua chegada, para que os profissionais possam estar preparados para as dificuldades comunicacionais, e para outros aspetos a terem em conta; o apoio assistencialista facultado pelas EA - tanto a distribuição de alimentos, como o pagamento de despesas e habitação - deve ser acompanhado de um trabalho próximo e de literacia com os membros da família sobre a realidade económica do país, mas também correspondendo às diferentes necessidades de cada família. As entidades responsáveis devem refletir sobre a duração do apoio financeiro e se dezoito meses são suficientes à integração e autonomização das famílias; o programa deve prever a contratação de mais técnicos para um acompanhamento mais próximo.

Além de tudo isto, importa-me refletir, num ambiente marcado pela diversidade humana, a importância de construirmos ambientes voltados para uma interculturalidade verdadeira. Nesse sentido, aponto como necessidade futura a formação, do ponto de vista de competências interculturais, de profissionais envolvidos nos diferentes serviços públicos, instituições e até sociedade civil, de forma a que possam desenvolver competências que facilitem a comunicação, o diálogo, a escuta ativa e a empatia.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

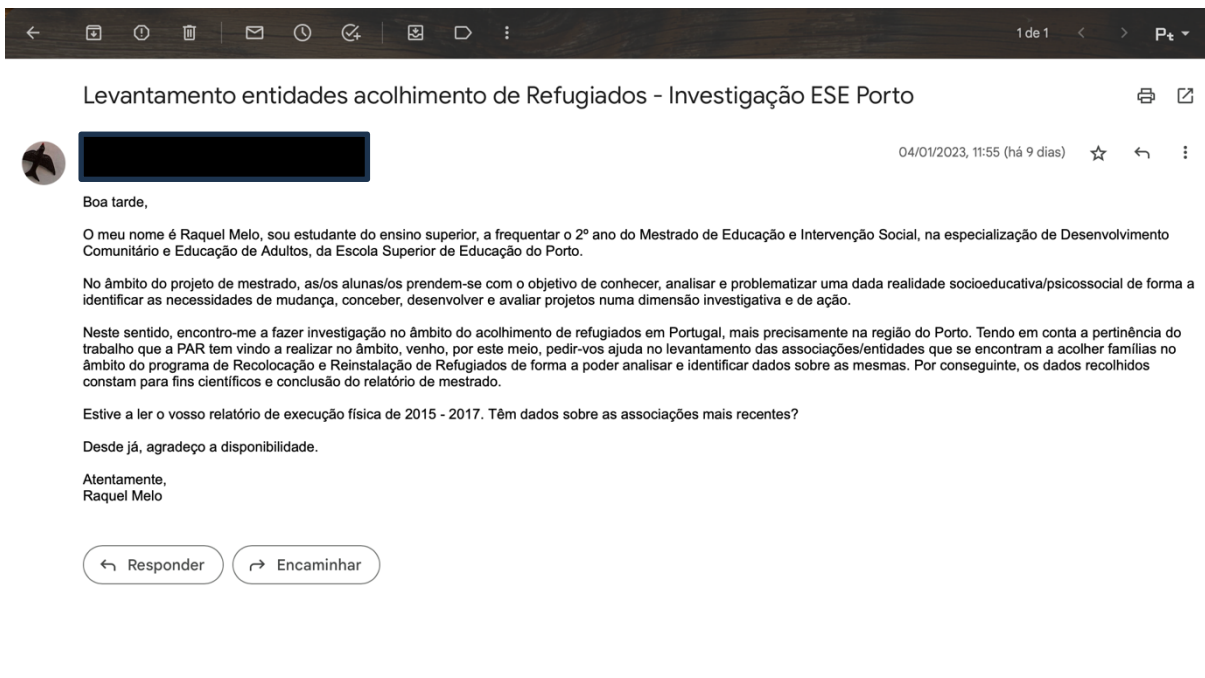
- Bertão, A. M. (2008). Eu e o outro ou o encontro comigo na cadeira do outro: Processos identificatórios e mudança. Texto integral da lição da candidatura ao concurso de provas públicas para provimento de uma vaga de professor-coordenador do quadro da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na área científica de Psicologia, na especialidade de Psicologia Clínica, Social e Comunitária, publicado no Diário da República, II Série através do edital no 910/2007.
- Bréville, B. (2023). Cinismo em Lampedusa. *Le Monde Diplomatique - Edição Portuguesa*. <https://pt.mondediplo.com/2023/10/cinismo-em-lampedusa.html>
- Clifford, J. (1986). "Introduction: Partial Truths". In Clifford, J. & Marcus, GE (eds.), *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography* (pp.1-26). University of California Press.
- Coffey, A. (2006). *The sage dictionary of social research methods. Participant observation*. Sage Publications.
- Derrida, J. (2003). Questão de estrangeiro: vinda do estrangeiro. In *Anne DuFourmantelle convida Jacques Derrida A Falar da Hospitalidade*, pp.5-65, Escuta.
- Diogo, E. & Melo, R. (eds.) (2022). *Trajetórias Sociais: Perceções da Condição de Imigrante*. Edições Esgotadas.
- Emerson, R., Fretz, R. I., & Shaw, L. L. (2011). *Writing ethnographic fieldnotes*. University of Chicado Press.
- Ferrari, S. (2022, November 17). La Tumba mediterránea. *Viento Sur*. <https://vientosur.info/la-tumba-mediterranea/>
- Freire, P. (1979). *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação - Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.

- Freire, P. (2022). Sou Projeto. In Gonçalves, A., Dias, D., & De La Cuadra, F. (Eds.), *Paulo Freire Centenário: Um Educador para o Mundo*, pp.67-80, Outro Modo.
- Freire, P. (2022). Círculos de Cultura. In Gonçalves, A., Dias, D., & De La Cuadra, F. (Eds.), *Paulo Freire Centenário: Um Educador para o Mundo*, pp.83-91, Outro Modo.
- Holmes, S. (2019). Corpos Resistentes. Imigração, racismo e trabalho agrícola nos EUA. Outro Modo.
- Lechner, E. (2023). OFICINAS BIOGRÁFICAS COM ESTUDANTES E INVESTIGADORES: UM MÉTODO PARTICIPATIVO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO. *Cadernos IS-UP*, (3). [https://ojs.letras.up.pt/index.php/Cadernos-ISUP\\_1/article/view/13565](https://ojs.letras.up.pt/index.php/Cadernos-ISUP_1/article/view/13565)
- McAuliffe, M. & Triandafyllidou (eds). (2021). Informe sobre las Migraciones em el Mundo 2022. Organização Internacional para as Migrações.
- Mendes, I., D., P (2022). Mendes, I. (2022). Freire: o/um educador social rebelde. *SINERGIAS*, 9. <https://sinergiased.org/wp-content/uploads/2022/02/Freire-O.Um-educador-social-rebelde.pdf>
- Miranda, A., & Oliveira, J. (2015). Quando o palco é parte da realidade O Sociodrama na formação dos Educadores Sociais. *Sensos*, 2(1).
- Momberger, D. C., (2015). Pesquisa biográfica e experiência migratória. In Lechner. E. (Ed.) *Rostos, Vozes e Silêncios: Uma pesquisa biográfica colaborativa com imigrantes em Portugal* (pp. 62 – 72). Almedina.
- Monteiro, H. (2019). Investigação, transformação e «palavramundo»: Novos e velhos desafios ético-metodológicos. *Educação, Sociedade & Culturas*, (54), (pp.65-84). <https://doi.org/10.34626/esc.vi54.50>

- Monteiro, H. (2022). *Migrações e hospitalidades. Crítica do cosmopolitismo nas fronteiras do século*. Edições Húmus.
- MRI, E. (2022). *A Lealdade Aos desconhecidos (Daniel Bensaïd)*. Blog MRI. <https://teoriamarxista.wixsite.com/blog-mri/post/a-lealdade-aos-desconhecidos-daniel-bensaid>
- Oliveira, C. R. (2023). Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal, Relatório Estatístico do Asilo 2023 do Observatório das Migrações, Coleção Imigração em Números OM. ACM
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Santinho, C. (2011). *Refugiados e requerentes de asilo em Portugal: Contornos políticos no campo da saúde*. [Tese de Doutoramento em Antropologia, ISCTE, Lisboa]. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3512>
- Santinho, M. C. (2013). Afinal, que asilo é este que não nos protege?. *Etnográfica* . 17 (1), 5-29. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/14749>
- Santos, A. R., & Bertão, A. (2020). O impacto da Metodologia Investigação-Ação Participativa no acompanhamento a famílias beneficiárias de Rendimento Social e Inserção. *Sensos-E*, 7(2), 5-13. <https://doi.org/10.34630/sensose.v7i2.3620>
- Vaz Ferreira, J., Mairós Ferreira, S., & Bertão, A. (2023). Pelos meandros de um refúgio que desprotege: Análise das orientações normativas internacionais e portuguesas que regulam a proteção internacional. *EduSer*, 15(1). <https://doi.org/10.34620/eduser.v15i1.259>

## 7. ANEXOS

# ANEXO 1 – PEDIDO DE LEVANTAMENTO DE ENTIDADE DE ACOLHIMENTO (EXEMPLO)



Levantamento entidades acolhimento de Refugiados - Investigação ESE Porto

04/01/2023, 11:55 (há 9 dias)

Boa tarde,

O meu nome é Raquel Melo, sou estudante do ensino superior, a frequentar o 2º ano do Mestrado de Educação e Intervenção Social, na especialização de Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos, da Escola Superior de Educação do Porto.

No âmbito do projeto de mestrado, as/os alunas/os prendem-se com o objetivo de conhecer, analisar e problematizar uma dada realidade socioeducativa/psicossocial de forma a identificar as necessidades de mudança, conceber, desenvolver e avaliar projetos numa dimensão investigativa e de ação.

Neste sentido, encontro-me a fazer investigação no âmbito do acolhimento de refugiados em Portugal, mais precisamente na região do Porto. Tendo em conta a pertinência do trabalho que a PAR tem vindo a realizar no âmbito, venho, por este meio, pedir-vos ajuda no levantamento das associações/entidades que se encontram a acolher famílias no âmbito do programa de Recolocação e Reinstalação de Refugiados de forma a poder analisar e identificar dados sobre as mesmas. Por conseguinte, os dados recolhidos constam para fins científicos e conclusão do relatório de mestrado.

Estive a ler o vosso relatório de execução física de 2015 - 2017. Têm dados sobre as associações mais recentes?

Desde já, agradeço a disponibilidade.

Atentamente,  
Raquel Melo

Responder Encaminhar

# ANEXO 2 – PEDIDO DE ENTREVISTA ÀS ENTIDADES DE ACOLHIMENTO

P.PORTO

12 janeiro 2023

## Projeto de investigação: O acolhimento de Refugiados na zona norte do País (Porto)

O meu nome é Raquel Melo e sou estudante do segundo ano do mestrado em Educação e Intervenção Social, especialização em Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos, na Escola Superior de Educação do Porto (ESEP), e estou, no âmbito do mestrado a iniciar o desenvolvimento de uma investigação, tendo como orientação o Professor Doutor Hugo Monteiro. A minha investigação segue o âmbito do acolhimento de refugiados e como tal, estou a fazer um levantamento junto das associações/entidades que estão a proceder ao acolhimento de famílias refugiadas em Portugal, ao abrigo do programa de Recolocação e Reinstalação de Refugiados no distrito do Porto.

### Qual o objetivo?

O principal objetivo do projeto de mestrado destina-se a conhecer uma dada realidade socioeducativa/psicossocial de forma a identificar as necessidades de mudança, conceber, desenvolver e avaliar projetos numa dimensão investigativa e de ação. Dessa forma, um dos primeiros objetivos da minha investigação prende-se em analisar e identificar dados sobre o acolhimento das famílias que beneficiam do apoio do estado, conhecer as práticas e experiências de diferentes profissionais e instituições no acolhimento de famílias refugiadas no distrito do Porto. Por conseguinte, os dados recolhidos constam apenas para fins científicos e conclusão do relatório de mestrado.

Os objetivos específicos da entrevista são:

- 1) Conhecer o trabalho que vem sendo realizado pelos profissionais da área social quanto ao acolhimento de pessoas em situação de asilo (refugiado);
- 2) Recolher informações sobre o processo de acolhimento e seus contornos legais, culturais e sociais no Porto;
- 3) Identificar os maiores desafios e dificuldades no processo de inclusão.

### Que critérios estão definidos na escolha de participantes?

Os participantes devem ser técnicos e/ou representantes das entidades que se encontram a trabalhar ao abrigo de programas de acolhimento: admissão humanitária; reinstalação e recolocação; barcos humanitários; voluntariado;

### De que forma vão ser recolhidos os dados?

A recolha de dados será feita através de uma entrevista individual com guião de entrevista semiestruturado que pode ser enviado anteriormente ao entrevistado. O local, data e hora da mesma serão sempre definidos de acordo com a disponibilidade do/a entrevistado/a. Os dados recolhidos são apenas para fins académicos e de conclusão do grau de mestre salvaguardando o anonimato do entrevistado/a e da própria instituição. Nenhum dado será publicado sem o consentimento dos mesmos. O entrevistado/a pode assinar um termo de consentimento e o entrevistador assina uma declaração de compromisso de como os dados não são divulgados sem o anonimato.

### Como posso participar e/ou ter mais informações sobre o estudo?

Caso aceite ser entrevistada/o ou quiser obter mais informações sobre o estudo pode contactar-me através do

Muito obrigada,  
Raquel Melo

# ANEXO 3 – GUIÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

## Guião entrevista técnico/a/trabalhador/a, voluntário/a no acolhimento dos programas de reinstalação

**1. Identificação do entrevistado e experiência com migrantes/refugiados** [Pedir para identificar, nome, formação, profissão, experiência na área das migrações, entidade que representa]:

- **O que é a \_\_\_\_\_ (Entidade/associação)?** [Desenvolver este tópico envolvendo com a associação além da resposta social com refugiados (se aplicável)]

- **Como surge o programa de acolhimento de famílias na instituição?**

- Através de qual organismo? (ACM, PAR, JSR?)

- Como se deu o processo do protocolo? Pré-acolhimento;

- Fale-me deste protocolo de acolhimento. Quais os objetivos principais?

- Quanto tempo demorou desde o início até chegar a primeira família?

- Como é o vosso quotidiano profissional, que intervenção fazem junto das famílias pessoas em situação de refugiado? Quantos profissionais têm a trabalhar nesta reposta?

- **Como foi o processo de preparação?**

- Contactaram outras entidades que já se encontravam com essa resposta ativa?

- Quais eram as vossas expectativas?

- Como lidaram com a diferença da língua?

- E as diferenças culturais?

- Que informações prévias tinham sobre a família?

- **Como foi, para si, abraçar um processo de acolhimento como este?** Pode-me contar o que sentiu no início do processo? [Expectativas; Desafios; Dúvidas; Medos]

**2. Caracterização dos sujeitos/famílias:**

- N.º de pessoas em situação de refugiados que acolhem? Quantas famílias? Nacionalidades?

- **Durante quando tempo foi feito o acompanhamento?** Interromperam o processo?

- Perfil da pessoa refugiada: Idades; formação; informações sobre a vida ante.
- Expectativas iniciais;
- **Qual o percurso que fazem antes de chegar a Portugal?** [Percurso - sendo Portugal o país de reinstalação]
- **Que necessidades apresentam inicialmente?** E outras que o profissional percebe?
- **Aspetos positivos que as pessoas em situação de refugiados identificam. Negativos?**

### **3. Programa de recolocação e reinstalação de refugiados – Experiência e prática:**

- Quer-me falar da primeira vez que foi buscar uma família ao aeroporto em Lisboa [ainda não viajam para o Porto]
- Quais as responsabilidades da entidade de acolhimento? Que apoios foram fornecidos pela instituição? Como se dão os 18 meses?
- Quais as prioridades e urgências durante o processo?
- Como funciona a gestão financeira do apoio? Pode-me indicar o valor que cada família recebe?
- Para além do apoio financeiro que outro trabalho é desenvolvido?
- Que perceção as pessoas refugiadas têm deste programa? Quais os desafios que identificam?
- Como funciona a procura de habitação? Identifique desafios que tenham surgido; Sobre Empregabilidade; Relação com a escola; Saúde; Curso de língua portuguesa;
- Consegue pensar num caso de sucesso em termos de inclusão social? Identifique os condicionalismos que fazem deste caso um sucesso de inclusão social. E os restantes quais apresentarão?
- Principais desafios da intervenção e acolhimento? Desafios no estabelecimento da relação? O que ajudou a superar esses desafios?
- Que alterações identificam que já foram feitas desde o início do programa?
- EM TERMOS GERAIS O QUE FUNCIONOU BEM E O QUE FUNCIONOU MAL?

### **4. E depois?**

- Como se finaliza o processo?
- A família partiu?
- Qual o motivo de partida?
- Como a família decidiu partir?

- Mantém contacto ou é possível manter contacto?
- Já alcançaram autonomia?

**5. Avaliação:**

- Como avaliam este programa? (ver se tem avaliação que possam enviar);
- Relação de proximidade que se dá entre técnico/voluntário? Voluntários e formação? Como desenvolvem este processo?
- Sugestões de melhoria para a inclusão de pessoas em situação de refugiados?
- Perguntar se têm projetos futuros/candidaturas em vista;
- Algo acrescentar?
- O que levou deste processo? [Finalizo com esta pergunta]

*Obrigada pela sua/vossa participação. Se tiverem mais alguma questão estou ao vosso dispor!*

## ANEXO 4 – CONSETIMENTO INFORMADO PARTICIPANTES

### Consentimento Informado - Participação em entrevista para projeto de investigação

A aluna Raquel Melo, estudante do segundo ano do mestrado em Educação e Intervenção Social, especialização em Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos, na Escola Superior de Educação do Porto (ESEP), encontra-se, no âmbito do mestrado, a desenvolver investigação, sob a orientação do Professor Doutor Hugo Monteiro e coorientação da Professora Doutora Ana Bertão, no âmbito do acolhimento de refugiados. Numa primeira fase realiza-se um levantamento junto das associações/entidades que estão/ou estiveram envolvidas no acolhimento de famílias refugiadas em Portugal. A presente entrevista semiestruturada, conduzida pela aluna Raquel Melo, apresenta como objetivo central analisar e identificar dados sobre o processo de acolhimento das famílias e conhecer as práticas e experiências de diferentes profissionais e instituições, no distrito do Porto. A entrevista tem como objetivos específicos:

- 1) Conhecer o trabalho que vem sendo realizado pelos profissionais da área social em relação ao acolhimento de pessoas em situação de asilo (refugiados);
- 2) Recolher informações sobre o processo de acolhimento e seus contornos legais, culturais e sociais no Porto;
- 3) Identificar os maiores desafios e dificuldades no processo de inclusão.
- 4) Preparar e estabelecer contacto para a 2ª fase do projeto de investigação;

A recolha de dados será feita através de uma entrevista individual com guião de entrevista semiestruturado e um gravador. Os dados recolhidos e gravados serão analisados através da análise de conteúdo e serão apenas para fins académicos e de conclusão do grau de mestre, salvaguardando o anonimato e confidencialidade do entrevistado/a e da própria instituição. Esta análise estará presente no relatório de projeto, objeto de provas públicas no final do ano, e ficará disponível no repositório da ESE/IPP. A qualquer momento o entrevistado/a pode desistir de participar.

Para eventuais dúvidas contactar:

Raquel Melo / 

Eu, \_\_\_\_\_ declaro que tomei conhecimento e aceito participar no estudo a ser desenvolvido pela aluna Raquel Melo no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social, sendo garantido o anonimato e confidencialidade das minhas respostas e da minha identidade. Aceito que a entrevista seja gravada em áudio.

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 20\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Nome e assinatura da entrevistadora: \_\_\_\_\_

# ANEXO 5 – DOCUMENTO DE APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS A ALCANÇAR COM O PROJETO.

**P.PORTO**

7 de fevereiro 2023

## **Projeto de investigação: O acolhimento de Refugiados na zona norte do País (Porto)**

O meu nome é Raquel Melo e sou estudante do segundo ano do mestrado em Educação e Intervenção Social, especialização em Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos, na Escola Superior de Educação do Porto (ESEP), e estou, no âmbito do mestrado a iniciar o desenvolvimento de uma investigação, tendo como orientação o Professor Doutor Hugo Monteiro. A minha investigação segue o âmbito do acolhimento de refugiados e como tal, estou a fazer um levantamento junto das associações/entidades que estão a proceder ao acolhimento de famílias refugiadas em Portugal, ao abrigo do programa de Recolocação e Reinstalação de Refugiados no distrito do Porto.

### **Qual o objetivo?**

O principal objetivo do projeto de mestrado destina-se a conhecer uma dada realidade socioeducativa/psicossocial de forma a identificar as necessidades de mudança, conceber, desenvolver e avaliar projetos numa dimensão investigativa e de ação. Dessa forma, um dos primeiros objetivos da minha investigação prende-se em analisar e identificar dados sobre o acolhimento das famílias que beneficiam do apoio do estado, conhecer as práticas e experiências de diferentes profissionais e instituições no acolhimento de famílias refugiadas no distrito do Porto. Por conseguinte, os dados recolhidos constam apenas para fins científicos e conclusão do relatório de mestrado.

Os objetivos específicos da investigação:

### **1º fase: Análise documental institucional/organizacional**

- 1) Clarificar o enquadramento jurídico e institucional dos programas de acolhimento,
- 2) Avaliar criticamente os pressupostos inerentes ao enquadramento jurídico e institucional dos programas de acolhimento;
- 3) Tomar conhecimento das práticas concretas decorrentes dos programas de acolhimento;
- 4) Mapear dificuldades e constrangimentos inerentes aos processos institucionais de acolhimento;

- 7) Estabelecer uma progressiva relação de proximidade com algumas destas famílias;
- 8) Construir momentos e ferramentas de interação, diálogo e de mediação, que favoreçam a comunicação dos sujeitos entre si, entre estes e a comunidade envolvente;
- 9) Mapear necessidades e aspirações dos atores sociais (membros das famílias), por suas próprias vozes, meios e testemunhos;
- 10) Mobilizar recursos pessoais, sociais e comunitários que correspondam às necessidades e aspirações concretas dos sujeitos.

### 3º Fase: Desenvolvimento do projeto e ferramentas avaliativas

- 11) Construir instrumentos que facilitem a auto e heteroavaliação dos programas de acolhimento institucional existentes;
- 12) Avaliar, a partir das vozes e testemunhos concretos dos sujeitos, a situação legal e institucional dos processos de acolhimento.

#### De que forma vão ser recolhidos os dados?

Numa 1º fase, considerando a análise da realidade, pretendo recorrer à **observação direta e observação participante**, às **conversas intencionais** e à **análise documental**, participando e estando presente no quotidiano da instituição de acolhimento sempre que me for permitido. Posto isto, identificando as necessidades, potencialidades e recursos e eventuais problemas, proponho-me a uma problematização teoricamente sustentada da realidade em análise.

Relativamente à regularidade dos encontros, considero essencial visitar as famílias no seu domicílio, uma vez por semana, podendo estar presente em momentos que não os domiciliários acompanhando atividades quotidianas em que se considere a presença útil para os atores sociais ou no âmbito do projeto. O local, data e hora desses encontros serão sempre definidos de acordo com a disponibilidade da instituição de acolhimento, do/a técnico/a responsável e da própria família.

Os dados recolhidos são apenas para fins académicos e de conclusão do grau de mestre salvaguardando o anonimato de todos/as envolvidos/as na investigação, tanto os atores sociais (membros das famílias, como todos/as técnicas/os e a própria instituição. Nenhum dado será publicado sem o consentimento dos mesmos.

Muito obrigada,  
Raquel Melo

ESCOLA  
SUPERIOR  
DE EDUCAÇÃO  
POLITÉCNICO  
DO PORTO

P.PORTO

M

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL  
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS

**Á mesa...Investigação e ação reflexiva  
junto de uma família afegã**

Raquel de Castro Lopes Casal e Melo

